

ANEXO 1
CADASTRO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM				
Nome Fantasia:	MAIS FM	CNPJ:	24.323.931/0001-99		
Endereço de Sede:	R. Armino da Costa Quintão, S/n.º, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2, Bairro Ipíiba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055
Nome do representante legal:	Márcio Ribeiro dos Santos				
Endereço eletrônico (e-mail):	locutorcerto@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua José Mazoca de Miranda, S/n.º, Qd. 9, Lt. 11, Bairro Ipíiba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	R. Armino da Costa Quintão, S/n.º, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2, Bairro Ipíiba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	22 ° S 52 ' 21"			
	Longitude:	42 ° W 58 ' 48" ' "			

A entidade acima qualificada, regularmente constituída nos termos da legislação, vem, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998, **SOLICITAR A ABERTURA DE EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA** para o Município acima identificado, onde se pretende instalar o sistema irradiante. Com este intuito, **DECLARO**, para os devidos fins, que estou ciente de que a apresentação deste requerimento não gera qualquer direito à autorização ou ao funcionamento de estação de rádio comunitária, não dá início ao processo de outorga, não confere direito de preferência e não dispensa a entidade de atender ao edital nas condições e prazos estabelecidos, conforme art. 10, §§1º, 2º e 3º, da Portaria nº 4.334/2015.

Márcio Ribeiro dos Santos

Assinatura do representante legal da entidade

15 DE DEZEMBRO DE 2020 - São Gonçalo - RJ

Data, Município e UF

ATENÇÃO:- As coordenadas geográficas devem ser apresentadas na padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS" com apenas 02 dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.



ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM				
Nome Fantasia:	LITORAL FM	CNPJ:	24.323.931/0001-99		
Endereço de Sede:	Rua José Matola de Miranda, s/nº, Quadra 9, Lote 11, Casa 2, Bairro Ipiíba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-130
Nome do representante legal:	Márcio Ribeiro dos Santos				
Endereço eletrônico (e-mail):	locutorcerto@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd.9, Lt. 11, Casa 2, Ipiíba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

Endereço:	Rua José Matola de Miranda, s/nº, Quadra 9, Lote 11, Casa 2, Bairro Ipiíba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-130
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 22º S 52' 21" Longitude: 42º W 58' 48"				

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 04/05/2022, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Márcio Ribeiro dos Santos		
Cargo:	Diretor Geral (Presidente)	Tit. Eleitor:	0228 7491 0370
RG:	071779631-2	Órgão Emissor:	DETRAN RJ
		CPF:	882.450.207-53
Endereço:	Rua José Matola de Miranda, Qd. 9, Lt. 11, Bairro: Ipiíba		
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
		CEP:	24752-055
Assinatura:			

Nome do dirigente:	Rômulo Braga Verlinde		
Cargo:	Diretor Administrativo (Secretário)	Tit. Eleitor:	1534 5672 0388
RG:	26.565.331-1	Órgão Emissor:	DETRAN RJ
		CPF:	151.053.357-59
Endereço:	Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4, Lt. 14, Bairro: Ipiíba		
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
		CEP:	24752-160
Assinatura:			

Nome do dirigente:	Paulo Henrique da Silva Dutra		
Cargo:	Diretor de Operações (Tesoureiro)	Tit. Eleitor:	1377 6271 0329
RG:	22296420-7	Órgão Emissor:	DIC RJ
		CPF:	121.635.917-27
Endereço:	Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lt. 25, Bairro: Ipiíba		
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
		CEP:	24752-058
Assinatura:			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

DECLARAÇÃO DE NACIONALIDADE

São Gonçalo, 24 de Junho
de 2022...

Eu Márcio Ribeiro dos Santos,
com base nos documentos juntados,
declaro e comprovo ser
de nacionalidade, natural do
Rio de Janeiro, BR 61000.
Nascido em 10 de Outubro de
1966.

Márcio Ribeiro dos Santos
Márcio Ribeiro dos Santos
CPF. 882458207-53







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
11.ª CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
AVENIDA SUBURBANA N.º 6776 - 1.º ANDAR - PILARES - TELEFONE: 564-5856
Oficial - GERSON ANDRADE DE GOUVEIA QUEIROZ

CASAMENTO

N.º

49764

LIVRO BE-125

FOLHA N.º

137

Aos 12 de junho de mil novecentos e noventa e quatro
nos termos da lei 6015/73, inscrevo o casamento de Marcio Ribeiro dos Santos
com Madlene de Araújo
Jo Barboza Lima - que adotou o nome de

Madlene Lima dos Santos

ELE, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascido aos 10 de outubro de 1966

estado civil solteiro

profissão radialista

residente à nesta cidade

filho de Arlindo Ribeiro dos Santos

e de Luzia Ribeiro dos Santos

ELA, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascida aos 02 de junho de 1967

estado civil solteira

profissão radialista

residente à nesta cidade

filha de Gentil Barboza Lima

e de Meriam de Araujo Barboza Lima

ATO realizado aos 13 de maio de 1994

às 20 horas e - minutos, sob rito evangélico

na Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro

perante o Rev. Silas de Freitas Oliveira

e as testemunhas Teófilo Câmara de Oliveira

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão engenheiro

estado civil casado

residente à nesta cidade

e Márcio Corrêa

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão radialista

estado civil casado

residente a nesta cidade

sob o

REGIME DE Comunhão parcial de Bens.-

Os nubentes exibiram os documentos exigidos pelo art. 180 do Código Civil n.ºs 1, 2. Os editais foram publicados no D. O. de 07 / 04 / 19 94, tendo o processo tomado o n.º 91.161

Observações: Em tempo ressalvo a emenda onde se lê: - "Lima". -

Certifico e dou fé que a presente é CERTIDÃO ORIGINAL, inteiro teor, de ato lavrado neste Cartório. Certidão extraída de conformidade com o parágrafo 1.º do art. 19, da Lei 6.015 de 73.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 13 JUN 1994 de 19

Cotagem Tab. 2, n.º II.

FIRMA

11.ª CIRCUNSCRIÇÃO

AV. Suburbana, 6776

Pilares

Gerison Andrade de Gouveia Queiroz
Gerison Andrade de Gouveia Queiroz
O. AUTORIZADO

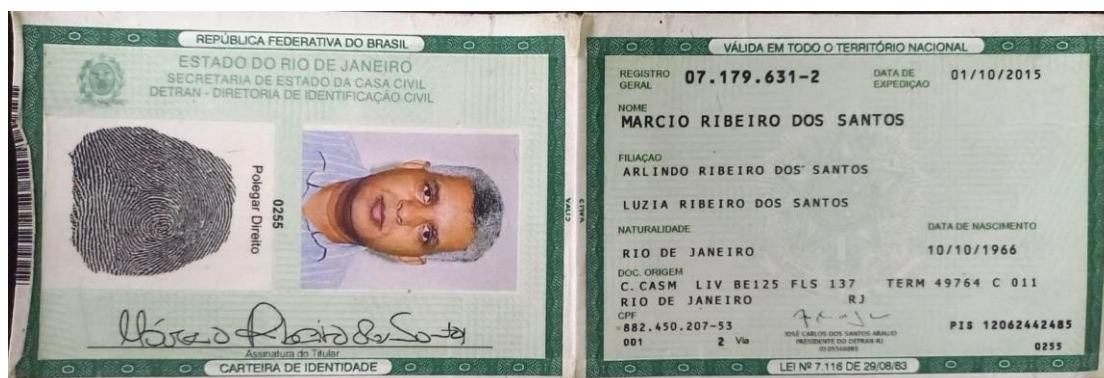
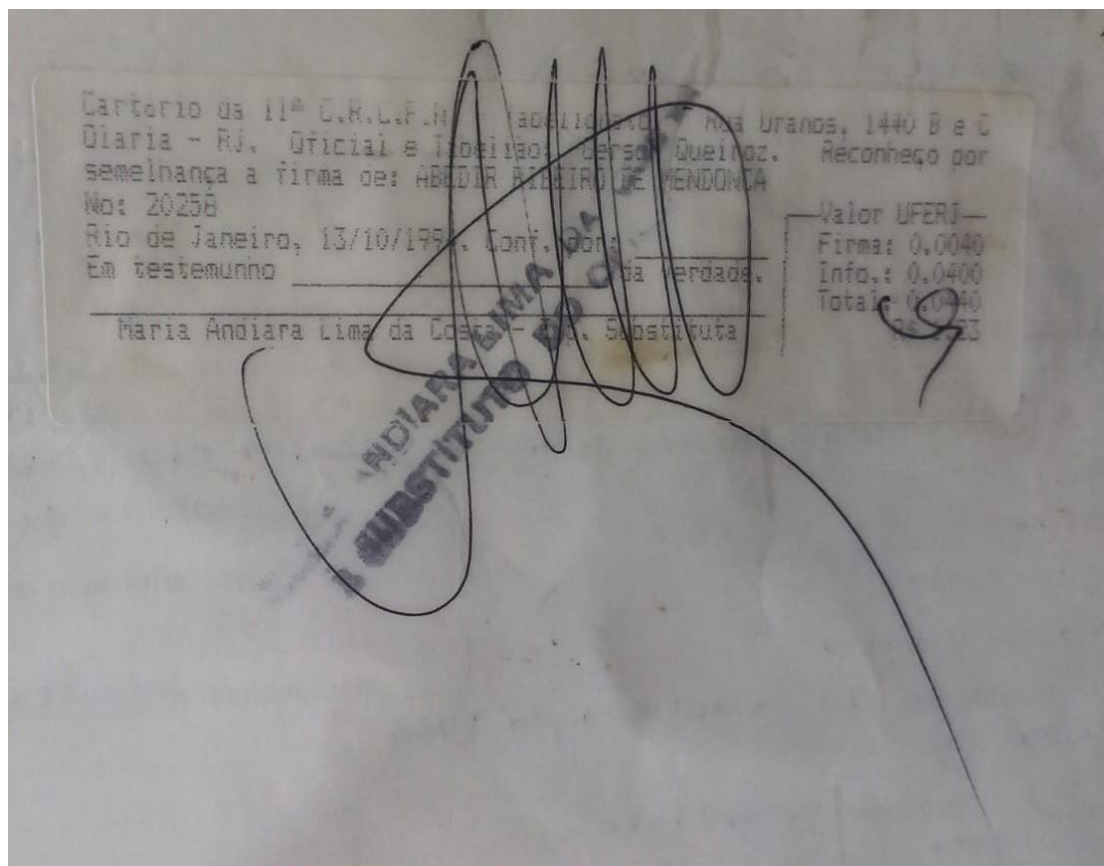
PREVINA-SE CONTRA O CÂNCER



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO

10/10/1966

INSCRIÇÃO

0228 7491 0370

ZONA

069

SEÇÃO

0413

MUNICÍPIO / UF

SÃO GONÇALO/RJ

DATA DE EMISSÃO

08/10/2015

JUIZ ELEITORAL

Edson Vasconcelos Des. Edson Vasconcelos

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Marcio Ribeiro dos Santos

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **882.450.207-53**

Nome: **MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS**

Data de Nascimento: **10/10/1966**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:44:11** do dia **24/06/2022** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **8699.52C8.705B.8B97**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"
(/Servicos/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

DECLARAÇÃO DE NACIONALIDADE

São Gonçalo, 24 de Junho
de 2022...

Eu Márcio Ribeiro dos Santos,
com base nos documentos juntados,
declaro e comprovo ser
de nacionalidade, natural do
Rio de Janeiro, BR 61600.
Nascido em 10 de Outubro de
1966.

Márcio Ribeiro dos Santos
Márcio Ribeiro dos Santos
CPF. 882458207-53







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
11.ª CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
AVENIDA SUBURBANA N.º 6776 - 1.º ANDAR - PILARES - TELEFONE: 564-5856
Oficial - GERSON ANDRADE DE GOUVEIA QUEIROZ

CASAMENTO

N.º

49764

LIVRO BE-125

FOLHA N.º

137

Aos 12 de junho de mil novecentos e noventa e quatro
nos termos da lei 6015/73, inscrevo o casamento de Marcio Ribeiro dos Santos
com Madlene de Araújo
Jo Barboza Lima - que adotou o nome de

Madlene Lima dos Santos

ELE, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascido aos 10 de outubro de 1966

estado civil solteiro

profissão radialista

residente à nesta cidade

filho de Arlindo Ribeiro dos Santos

e de Luzia Ribeiro dos Santos

ELA, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascida aos 02 de junho de 1967

estado civil solteira

profissão radialista

residente à nesta cidade

filha de Gentil Barboza Lima

e de Meriam de Araujo Barboza Lima

ATO realizado aos 13 de maio de 1994

às 20 horas e - minutos, sob rito evangélico

na Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro

perante o Rev. Silas de Freitas Oliveira

e as testemunhas Teófilo Câmara de Oliveira

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão engenheiro

estado civil casado

residente à nesta cidade

e Márcio Corrêa

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão radialista

estado civil casado

residente a nesta cidade

sob o

REGIME DE Comunhão parcial de Bens.

Os nubentes exibiram os documentos exigidos pelo art. 180 do Código Civil n.ºs 1, 2. Os editais foram publicados no D. O. de 07 / 04 / 19 94, tendo o processo tomado o n.º 91.161

Observações: Em tempo ressalvo a emenda onde se lê: - "Lima". -

Certifico e dou fé que a presente é CERTIDÃO ORIGINAL, inteiro teor, de ato lavrado neste Cartório. Certidão extraída de conformidade com o parágrafo 1.º do art. 19, da Lei 6.015 de 73.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 13 JUN 1994 de 19

Cotagem Tab. 2, n.º II.

FIRMA

11.ª CIRCUNSCRIÇÃO

AV. Suburbana, 6776

Pilares

Madlene Lima dos Santos
Marcio Ribeiro dos Santos
AUTORIZADO

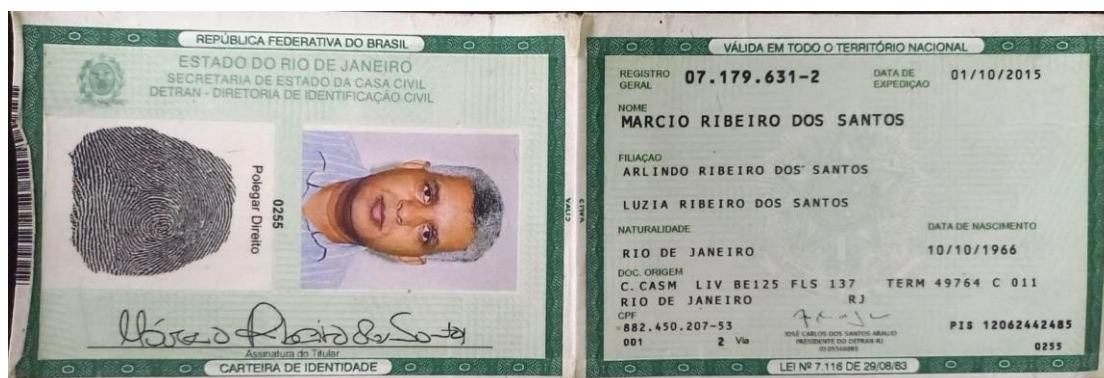
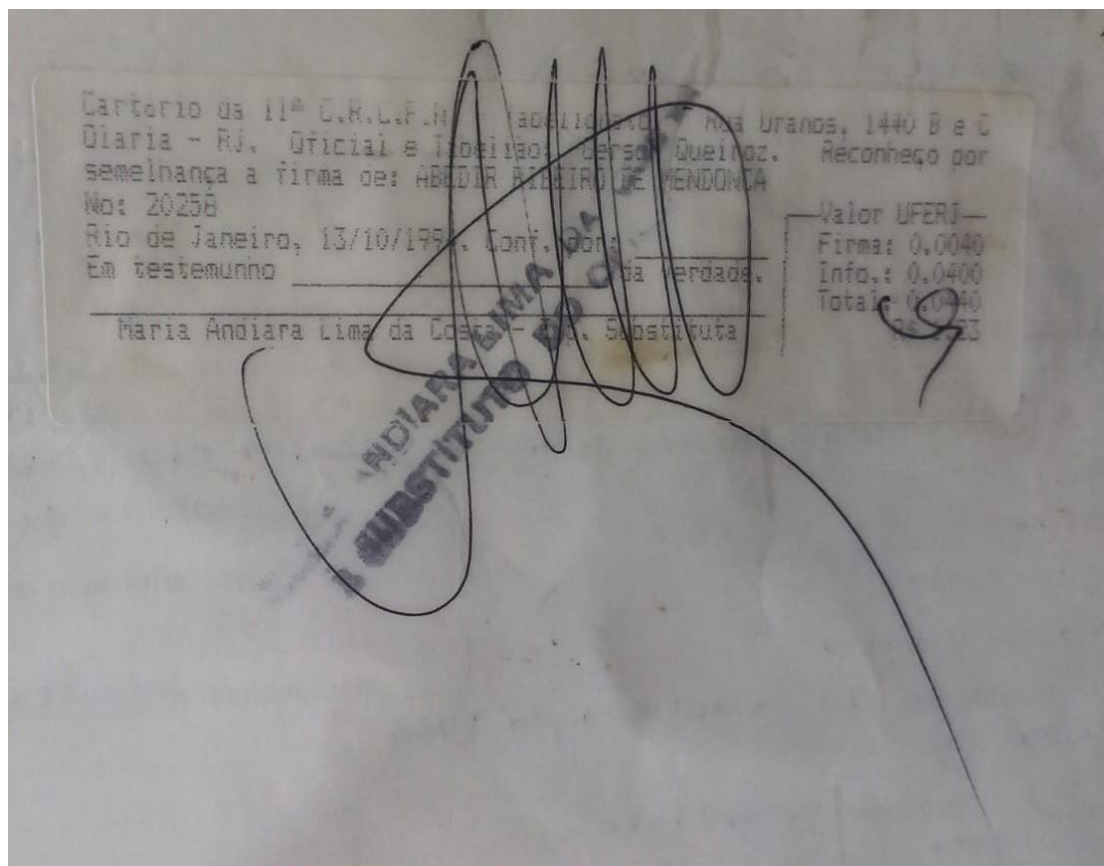
PREVINA-SE CONTRA O CÂNCER



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO

10/10/1966

INSCRIÇÃO

0228 7491 0370

ZONA

069

SEÇÃO

0413

MUNICÍPIO / UF

SÃO GONÇALO/RJ

DATA DE EMISSÃO

08/10/2015

JUIZ ELEITORAL

Edson Vasconcelos Des. Edson Vasconcelos

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Marcio Ribeiro dos Santos

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **882.450.207-53**

Nome: **MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS**

Data de Nascimento: **10/10/1966**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:44:11** do dia **24/06/2022** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **8699.52C8.705B.8B97**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"
(/Servicos/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).

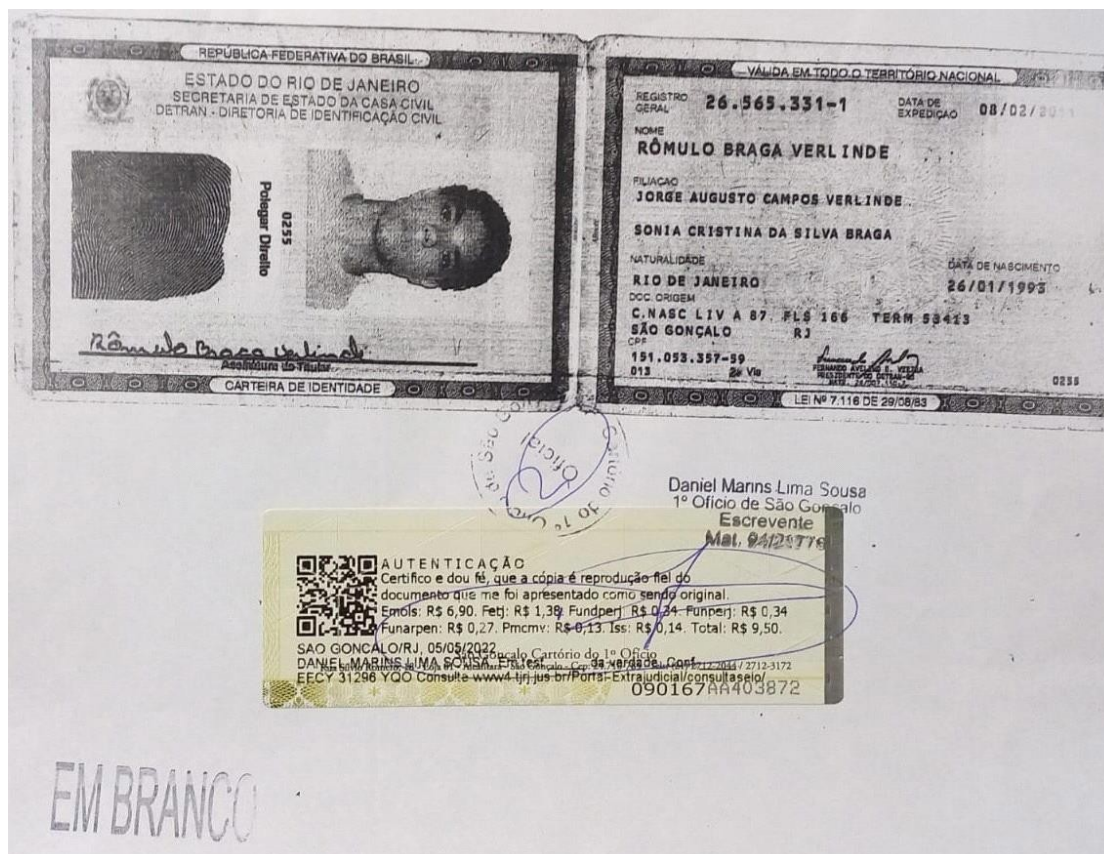




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 26.565.331-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/02/2011

NOME RÔMULO BRAGA VERLINDE

FILIAÇÃO JORGE AUGUSTO CAMPOS VERLINDE

SONIA CRISTINA DA SILVA BRAGA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993

DOC. ORIGEM C.NASC LIV A 87 FLS 166 TERM 53413

SÃO GONÇALO RJ

CPF 151.053.357-59

013 2ª Via

FERNANDO AVELINO B. VIEIRA
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
DATA: 24/02/2012

0235

LEINº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RÔMULO BRAGA VERLINDE

DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993 Nº INSCRIÇÃO 1534 5672 0388 D.V. ZONA 134 SEÇÃO 0048

MUNICÍPIO / UF SÃO GONÇALO/RJ DATA DE EMISSÃO 07/05/2012

JUIZ ELEITORAL

PRESIDENTE TRE-RJ

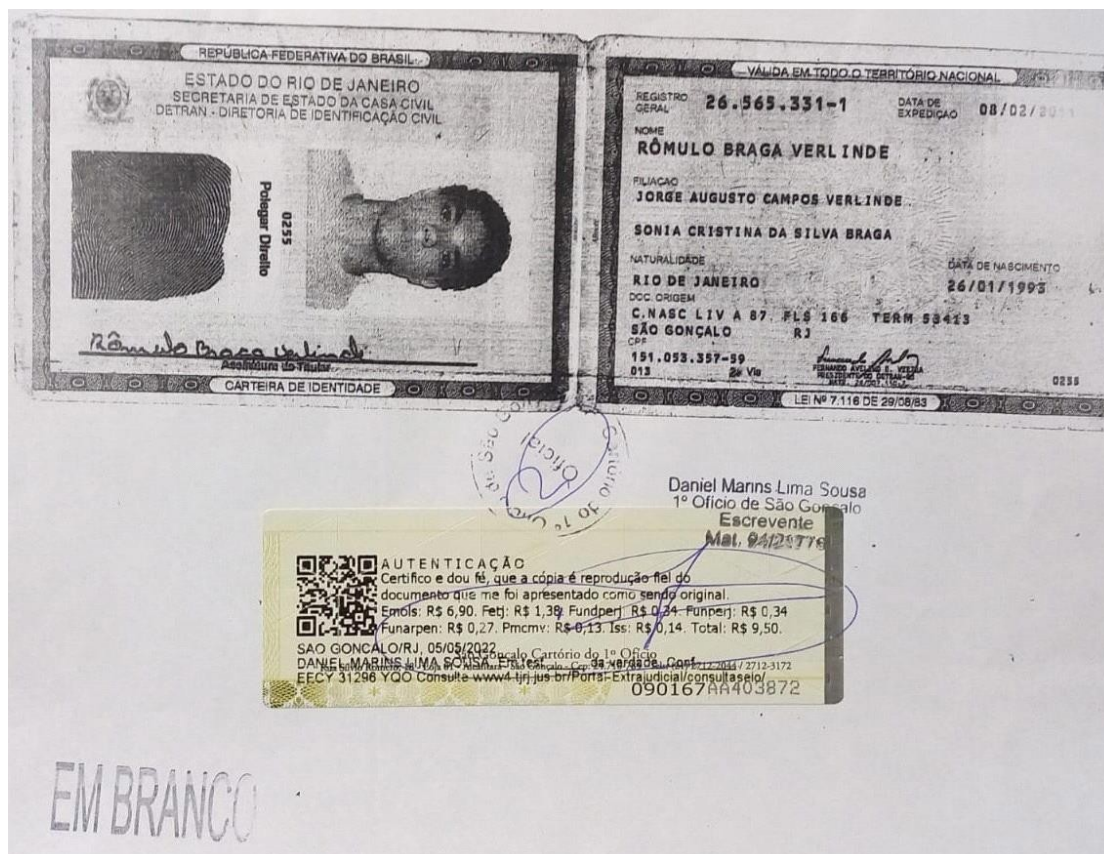
VÁLIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 26.565.331-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/02/2011

NOME RÔMULO BRAGA VERLINDE

FILIAÇÃO JORGE AUGUSTO CAMPOS VERLINDE

SONIA CRISTINA DA SILVA BRAGA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993

DOC. ORIGEM C.NASC LIV A 87 FLS 166 TERM 53413

SÃO GONÇALO RJ

CPF 151.053.357-59

013 2ª Via

FERNANDO AVELINO B. VIEIRA
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
DATA: 24/02/2012

0235

LEINº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RÔMULO BRAGA VERLINDE

DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993 Nº INSCRIÇÃO 1534 5672 0388 D.V. ZONA 134 SEÇÃO 0048

MUNICÍPIO / UF SÃO GONÇALO/RJ DATA DE EMISSÃO 07/05/2012

JUIZ ELEITORAL PRESIDENTE TRE-RJ

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL: 22.296.420-7 DATA DE EXPEDIÇÃO: 10/12/2004	
POLGAR DIREITO 0235		NOME: PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA	
FILIAÇÃO: RAUL CEZAR DUTRA DE SILVA GEORGINA ROSA DA SILVA		DATA DE NASCIMENTO: 07/10/1988	
NATURALIDADE: RIO DE JANEIRO		DOC ORIGEM: C. NASC. LIV. A-A-09 NITERÓI 000.000.000-00 009 1 V1B	
Assinatura do Titular: <i>Paulo Henrique da Silva Dutra</i> CARTEIRA DE IDENTIDADE		TERMO 3542 RJ 0255 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

Vinicius Silveira de Oliveira
 1º Ofício de São Gonçalo
 Escrevente
 Matr. 94/2086

Carimbo do 1º Ofício de São Gonçalo
 Oficial

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.
 Emols: R\$ 6,00. Fetj: R\$ 1,20. Fundperj: R\$ 0,30. Funperj: R\$ 0,30.
 Funarpen: R\$ 0,24. Dmcmv: R\$ 0,12. Iss: R\$ 0,12. Total: R\$ 8,28.
 SÃO GONÇALO/RJ, 08/05/2020.
 VINICIUS S DE OLIVEIRA. Em test. da verdade. Conf.
 EDKR 08659 RZH Consulte <http://www4-1.rj.gov.br/república>
 Rua Sérgio Rosseto, 18 - Loja 01 - Alcatraz - São Gonçalo - Cep: 24.710-205 - Tele: (21) 2712-2044 / 2712-3172

090167 AA324982



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1456548024

NOME
PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
222964207DICRJ

CPF
121.635.917-27

DATA NASCIMENTO
07/10/1988

FILIAÇÃO
PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA
GEORGINA ROSA DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05720968396

VALIDADE
21/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
02/03/2013

OBSERVAÇÕES

Paulo Henrique da Silva Dutra
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
23/05/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

07410554275
RJ172687837

RIO DE JANEIRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DATA DE NASCIMENTO **07/10/1988** Nº INSCRIÇÃO **1377 6271 0329** D.V. ZONA **069** SEÇÃO **0535**

MUNICÍPIO / UF **SÃO GONÇALO/RJ** DATA DE EMISSÃO **24/04/2006**

JUIZ ELEITORAL
[Assinatura]

PRESIDENTE
TRE-RJ

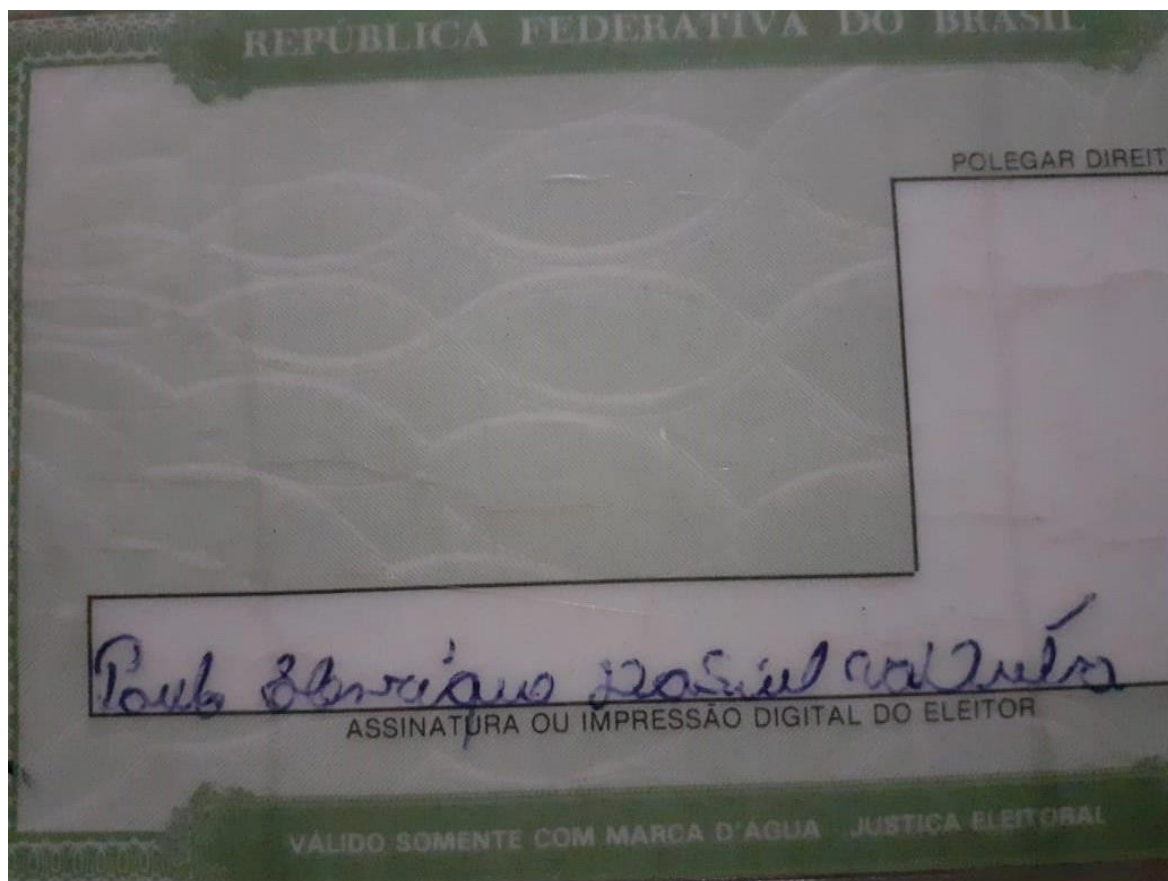
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22.296.420-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/12/2004

NOME PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

FILIAÇÃO PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA

GEORGINA ROSA DA SILVA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988

DOC ORIGEM C.NASC LIV A-A-09 FLS 71 TERM 3542 NITERÓI RJ

CPE 000.000.000-00 009 1 Via

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

LUIS ANTONIO ABRANTES COELHO
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
RAT. 24/006.301 0255



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 22.296.420-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/12/2004		NOME PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA	
FILIAÇÃO RAUL CEZAR DUTRA DE SILVA GEORGINA ROSA DA SILVA		DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988	
NATURALIDADE RIO DE JANEIRO		DOB ORIGIN C.NASC. LIV. A-A-09 EL 5-25-25 TERM 3542 RJ	
CPF 000.000.000-00 009 1 V1B		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

Vinicius Silveira de Oliveira
 1º Ofício de São Gonçalo
 Escrevente
 Matr. 94/2086

Autenticação
 Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.
 Emols: R\$ 6,00. Fetj: R\$ 1,20. Fundperj: R\$ 0,30. Funperj: R\$ 0,30.
 Funarpen: R\$ 0,24. Dmcmv: R\$ 0,12. Iss: R\$ 0,12. Total: R\$ 8,28.
 SAO GONCALO/RJ, 08/05/2020.
 VINICIUS S DE OLIVEIRA. Em test. da verdade. Conf.
 EDKR 08659 RZH Consulte <http://www4-1.rj.gov.br/reppublico>
 Rua Sílrio Romero, 18 - Loja 01 - Aldeotara - São Gonçalo - Cep: 24.710-205 - Tele: (21) 2712-2044 / 2712-3172

090167 AA324982



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
222964207DICRJ

CPF
121.635.917-27

DATA NASCIMENTO
07/10/1988

FILIAÇÃO
PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA
GEORGINA ROSA DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05720968396

VALIDADE
21/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
02/03/2013

OBSERVAÇÕES

Paulo Henrique da Silva Dutra
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
23/05/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

07410554275
RJ172687837

RIO DE JANEIRO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1456548024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988 Nº INSCRIÇÃO 1377 6271 0329 D.V. ZONA 069 SEÇÃO 0535

MUNICÍPIO / UF SÃO GONÇALO/RJ DATA DE EMISSÃO 24/04/2006

JUIZ ELEITORAL

[Assinatura]

PRESIDENTE
TRE-RJ

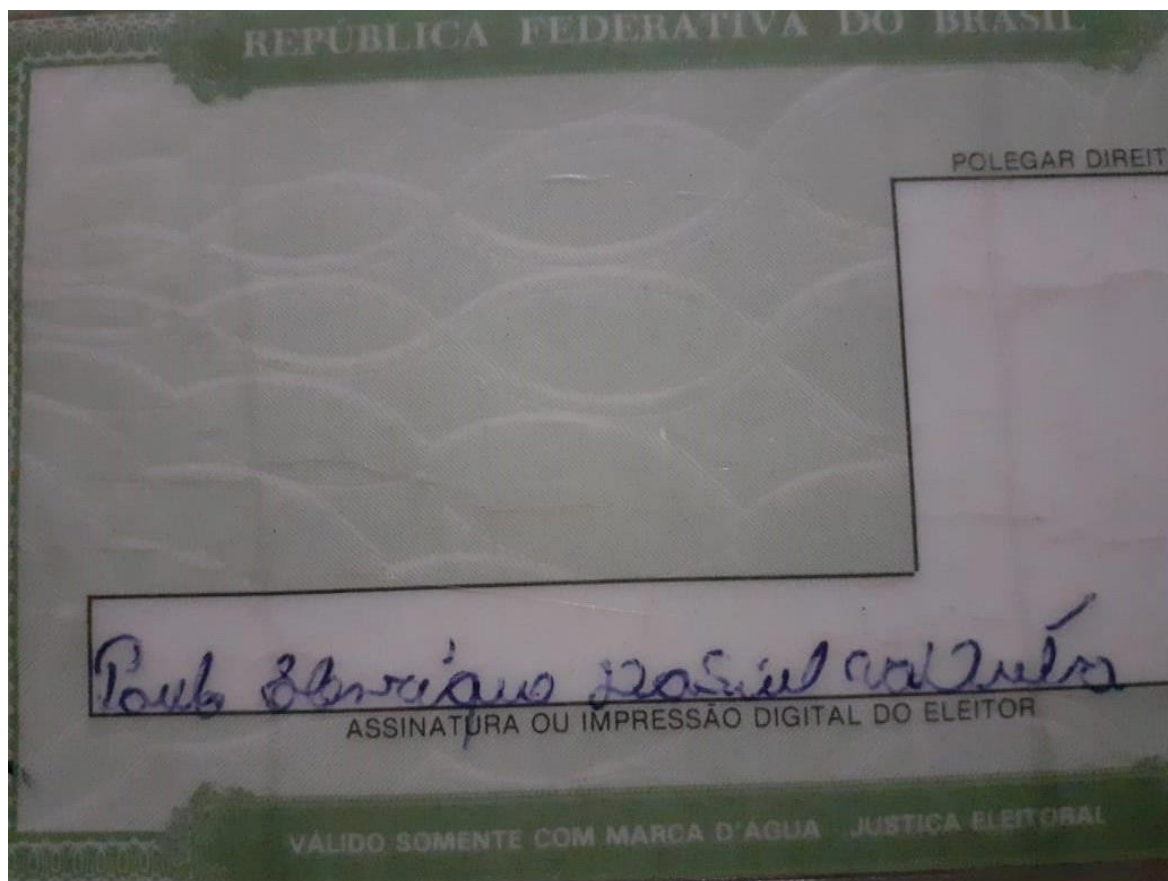
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22.296.420-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/12/2004

NOME PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

FILIAÇÃO PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA

GEORGINA ROSA DA SILVA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988

DOC ORIGEM C.NASC LIV A-A-09 FLS 71 TERM 3542 NITERÓI RJ

CPE 000.000.000-00 009 1 Via

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

LUIS ANTONIO ABRANTES COELHO
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
RAT. 24/006.301 0255



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

RACAO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

(NPJ)

02/06/2022 - BANCO DO BRASIL - 14:44:03
481219520 0253

CONTRIBUANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio: GRU-GUTA RECOL HIM, UNIAO
Codigo de Barras: 85840000001-9 00000254188-2
22042122243-0 23931000199-2
Data do pagamento: 02/06/2022
valor em Dinheiro: 100,00
valor em Cheque: 0,00
valor Total: 100,00

NIL AUTENTICACAO 1.45A.D17.F0B.B45.74D

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.
[STNE5AB08902571FE0E6477552681A2D693]

85840000001-9 00000254188-2 22042122243-0 23931000199-2



IA CIONAL - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
STICOS	CNPJ ou CPF do Contribuinte	24.323.931/0001-99
	UG / Gestão	240101 / 00001
	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

LOUVADO SEJA DEUS!



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

02/06/2022 - BANCO DO BRASIL - 14:44:03
481219520 0253

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 85840000001-9 00000254188-2
22042122243-0 23931000199-2
Data do pagamento 02/06/2022
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

NR. AUTENTICACAO 1.45A.D17.FDB.B45.74D

A	Código de Recolhime
ACIONAL	Número de Referên
GRU	Competência
	Vencimento
	CNPJ ou CPF do
	UG / Gestão
STICOS	(=) Valor do Prin
o de exclusiva	(-) Desconto/Ab
so de	(-) Outras dedu
ios.	(+) Mora / Mult
	(+) Juros / En
	(+) Outros Ac

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

0800 729 0722
suspensão ou cancelamento de
recuperação, ou cancelamento de
recuperação

VIDA
de seu
número
de
recuperação

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Recolhedor: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM	Código de Recolhimento	18822-0
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	Número de Referência	
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	Competência	
	Vencimento	
	CNPJ ou CPF do Contribuinte	24.323.931/0001-99
	UG / Gestão	240101 / 00001
	(=) Valor do Principal	100,00
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNE5AB08902571FE0E6477552681A2D693]	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

85840000001-9 00000254188-2 22042122243-0 23931000199-2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ.**

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://roleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. Nº: 28101
Sob Nº: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José **Matola** de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Inscrição, ao Reg., Nos 28101,
Sob Nos 5 Livros 161
Data: 28/06/2022



autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

- **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoureiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), **CPF: 151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Avrb. do Freg. No: 28101
Sob No: 5 Livros: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipiúba, SG – RJ, E-mail

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.

• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018

Presidente da reunião
Secretária da reunião
Tesoureiro
Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo 09 / 06 / 2022 às 08 / h
Ass. [Assinatura] Carimbo

Rose Moreira
1º Oficial de São Gonçalo
Escritório
Mat: 9412790

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apres. no dia 05/05/2022, Av. 5, Prot. 506573, Lv. A2
Registro Nº 28101, no livro A-161, Averb. 5

SÃO GONÇALO, 09/06/2022. Subscrito e Assinado
Oficial Rômulo Braga Verlinde
Emp. R\$224,49 Feb. R\$44,93 Fund. R\$11,23 Fund. R\$11,23
Fura. R\$8,98 Pnc. R\$3,92 Ins. R\$4,58 Dat. R\$33,45 Total R\$143,01
EDZK 38951 ORG Concilire www.rj.gov.br/portal-extrajudicial/consularel/

São Gonçalo Cartório do 1º Ofício
Rua Silvio Buarque, 18 - Laje 01 - Aldeia - São Gonçalo - Cep: 24.710-795 - Tele: (21) 2712-3044 / 2712-3177

090167AA401974

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Deciano Pinheiro Jorge

Rômulo Braga Silva

Valdemir da Silva

Evandro Augusto de Amorim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Soto Dutra

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticação eletrônica por conferência com original
<https://rtdleg-autenticacao.com.br/verificar>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO – SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiiba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM

ESTATUTO SOCIAL

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - O **CENTRO CULTURAL VIDA FM**, doravante denominado **CCVFM**, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua Adelina Alves Viana, Quadra 09, Lote 11, Casa 02, CEP 24.752-057, Bairro Ipiíba.

Parágrafo Único – O **CCVFM** utilizará como denominação fantasia **VIDA FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º - O **CENTRO CULTURAL VIDA FM** tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I – Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais na comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral a comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências visuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

III – (Outros objetivos da entidade)

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

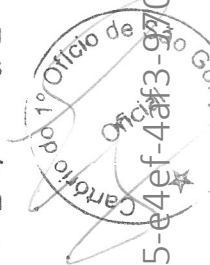
§3º Qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

RECEBIMOS DE ASSINATURA
AUTENTICA
0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381
Data: 16/10/2016
Hora: 17:11



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita do **CENTRO CULTURAL VIDA FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

II – DOS ASSOCIADOS

Art. 5º Será assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos nela sediadas, que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste estatuto.

Art. 6º - O **CCVFM** será composto pelas seguintes categorias de associados:

- a) **I – Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- b) **II – Contribuintes ou Efetivos** – os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,
- c) **III – Honorários** - cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) Pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que atendam ao disposto no 2º art. 12;
- b) Pessoas jurídicas sem fins lucrativos, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- c) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

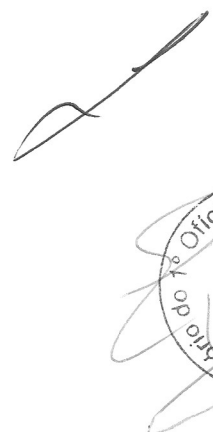
Art. 10º - São órgãos do **CCVFM**:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



Art. 11º – A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação do **CCVFM** será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 17 do mês de Agosto para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada 4 anos para eleição da Diretoria e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no 1º.

§1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede do **CCVFM**, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12º - A Diretoria do **CCVFM**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

§1º - A Diretoria do **CCVFM** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º do artigo 11º.

§2º - Farão parte da Diretoria pessoas físicas brasileiras, natas ou naturalizadas há mais de 10(dez) anos com capacidade civil plena e que mantenham residência na área de execução do serviço de radiodifusão comunitária e, ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial, nem poderão exercer qualquer atividade profissional que implique em inobservância do disposto na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

ART. 13º – São atribuições:

- I) Da Diretoria:
 - a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
 - b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
 - c) Representar o **CCVFM** em atos públicos ou internos;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento do **CCVFM**;
- e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins.
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral.

II) De cada dirigente:

- a) Ao Diretor Geral compete: representar o **CCVFM**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; e participar das reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira do **CCVFM** secretariar as reuniões da diretoria, lavar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14º - A entidade, caso venha a ser contemplada com uma outorga para executar o Serviço da Radiodifusão Comunitária, deverá instituir um Conselho Comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998.

§1º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º - A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



0102/0191-8990
LIVRO 133
FOLHA 16410/2015
Reg. Nº 28101
TOMAZ DOS SANTOS
Câmara Municipal de São Gonçalo

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

IV – DAS ELEIÇÕES

Art. 15º - O processo de eleição para os cargos que compõem a estrutura administrativa e deliberativa da entidade deverá observar o princípio da alternância de poder, respeitando o disposto no subitem 3.3 da Norma Complementar 1/2011.

§1º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V – DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA

Art. 16º – A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária e assegurar espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Parágrafo único – Será vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis. Também serão vedados a cessão e o arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ART. 17º – O Patrimônio e Receita do **CCVFM** serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural aos seus programas, desde que oferecidos por estabelecimentos situados na área de execução do serviço.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18º – Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo único – As alterações nos atos constituídos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições da Norma Complementar 1/2011, deverão ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

Art. 19º – A extinção do CCVFM ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e a destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20º – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

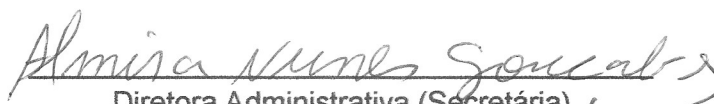
Art. 21º – O presente estatuto foi aprovado na AG de 17 de Agosto de 2015 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Gonçalo/RJ, 17 de Agosto de 2015

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo



Diretor Geral (Presidente)
MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS



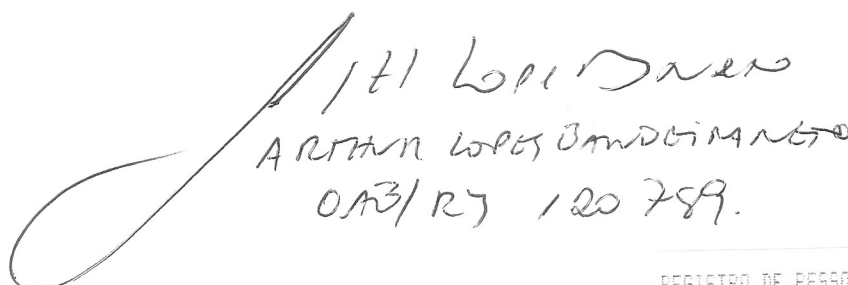
Diretora Administrativa (Secretária),
ALMIRA NUNES GONÇALVES

2º DISTRITO



Diretora de Operações (Tesoureira)
REGIANE VIEIRA NOGUEIRA CARDOSO

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo


ARTHUR LOPES BANDEIRA
OAB/RJ 120 789.

REGISTRO DE PESSOA JURIDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Reg. Nº: 28101
Livro: 133
Data: 16/10/2015



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Eduardo de Oliveira Queiroz
1º Ofício de São Gonçalo
Escritor
Mat. 94/14200

Eduardo de Oliveira Queiroz
1º Ofício de São Gonçalo
Escritor
Mat. 94/14200

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Atas, no dia 14/09/2015 p/ Reg.Int. e Prot. 24441, LV.17
Registro No 28101 no livro A-133.
No dia de hoje, SÃO GONÇALO, 16/10/2015. Oficial
Emol.: R\$155,59 Leis 3217/4664/111/6281: R\$52,87
Mut./Aco.: R\$12,24 Dist.: R\$22,19 Total: R\$245,80
EBET 25422 JCY <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>
São Gonçalo Cartório do 1º Ofício
Rua Cel. Moreira César, 107 - Centro - São Gonçalo - RJ - Cep: 24.440-440 - Tels: (21) 2712-2044 / 2712-3172 / 2723-6572
090167AA057464

4º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NITERÓI - RJ
Escrituras, Procuções, Testamentos, Autenticações, Rec. Firmas, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
AV. Emílio do Amaral Peixoto, 600 - Loja 102 - Centro - Niterói - RJ - CEP: 24020-077 - Tel./Fax: (21) 2622-6665 / 2622-7254 / 2622-2129
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS
Cod: X00000030502
Niterói, 26 de agosto de 2015. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 4,50
36% TJ+FUNDOS : 1,00
Total : 5,50
Lorena Queiroz Oliveira - Escrivente
EBDO-51522 UXA Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

Cartório de Niterói
Lorena Queiroz Oliveira
Escrivente

RCPN 2º DISTRITO DE SÃO GONÇALO - RJ
Rua João de Almeida, nº 108 - Loja 05 - Alcântara - São Gonçalo - RJ - CEP: 24740-550 - Tel.: (21) 2602-7604 / 2729-5226
Email: repnenotasdo2distritosg@lg.com.br
Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:
ALMIRA NUNES GONCALVES
REGIANE VIEIRA NOGUEIRA CARDOSO
SÃO GONÇALO, 27/08/2015. Total: 12,40
ELAINE CORREA DA FONSECA CASTRO Mat. 94/15440 em Test.
EBDV24647 URT, EBDV24648 DWN <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>
091611A84017

2º DISTRITO DE SÃO GONÇALO
RCPN - NITERÓI
JFAX:
2729-5226
2602-7604



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ.**

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://roleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. Nº: 28101
Sob Nº: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José **Matola** de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

- **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoureiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), **CPF: 151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Avrb. do Freg. No: 28101
Sob No: 5 Livros: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipiúba, SG – RJ, E-mail

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.

• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018

Presidente da reunião
Secretária da reunião
Tesoureiro
Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo 09 / 06 / 2022 às 08 / h
Ass. [Assinatura] Carimbo

Rose Moreira
1º Oficial de São Gonçalo
Escritório
Mat: 9412790

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apres. no dia 05/05/2022, Av. 5, Prot. 506573, Lv. A2
Registro Nº 28101, no livro A-161, Averb. 5

SÃO GONÇALO, 09/06/2022. Subscrito e Assinado
Oficial Rômulo Braga Verlinde
Emp. R\$224,49 Feb. R\$44,93 Fund. R\$11,23 Fund. R\$11,23
Fura. R\$8,98 Pnc. R\$3,92 Ins. R\$4,58 Dat. R\$33,45 Total R\$143,01
EDZK 38951 ORG Concilire www4.trf4.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaeto/
São Gonçalo Cartório do 1º Ofício
Rua Silvio Buarque, 18 - Laje 01 - Aldeia - São Gonçalo - Cep: 24.710-795 - Tele: (11) 2712-3044 / 2712-3177

090167AA401974

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Deciano Pinheiro Jorge

Rômulo Braga Silva

Valdemir da Silva

Evandro Augusto de Amorim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Soto Dutra

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente em conferência com original
<https://rleg-autenticacao.org.br/verificar>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO – SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiiba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ.**

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://roleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. Nº: 28101
Sob Nº: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José **Matola** de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Inscrição, ao Reg., Nos 28101,
Sob Nos 5 Livros 161
Data: 28/06/2022



autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

- **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoureiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), **CPF: 151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Avrb. do Freg. No: 28101
Sob No: 5 Livros: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipiúba, SG – RJ, E-mail

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.

• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018

Presidente da reunião
Secretária da reunião
Tesoureiro
Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo 09 / 06 / 2022 às 08 / h
Ass. [Assinatura] Carimbo

Rose Moreira
1º Oficial de São Gonçalo
Escritório
Mat: 9412790

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apres. no dia 05/05/2022, Av. 5, Prot. 506573, Lv. A2
Registro Nº 28101, no livro A-161, Averb. 5

SÃO GONÇALO, 09/06/2022. Subscrito e Assinado
Oficial Rômulo Braga Verlinde
Emp. R\$224,49 Feb. R\$44,93 Fund. R\$11,23 Fund. R\$11,23
Fura. R\$8,98 Pnc. R\$3,92 Ins. R\$4,58 Dat. R\$33,45 Total R\$143,01
EDZK 38951 ORG Concilire www4.trf4.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaeto/
São Gonçalo Cartório do 1º Ofício
Rua Silvio Buarque, 18 - Laje 01 - Aldeia - São Gonçalo - Cep: 24.710-795 - Tele: (11) 2712-3044 / 2712-3177

090167AA401974

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Deciano Pinheiro Jorge

Rômulo Braga Silva

Valdemir da Silva

Evandro Augusto de Amorim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Soto Dutra

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticação eletrônica por conferência com original
<https://rleg-autenticacao.org.br/verificar>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO – SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiiba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

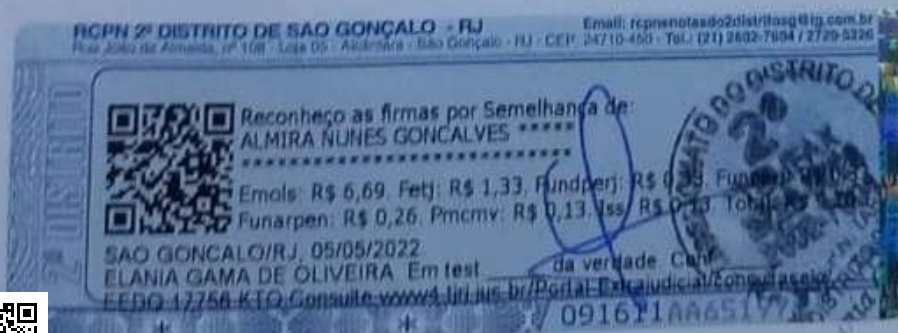
Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM		
Endereço:	Rua João Manoel de Mello	CNPJ:	24.323.931/0001-99
Município:	São Gonçalo do Rio Preto	UF:	RJ
		CEP:	24.752-055
Nome do representante legal:	MARCOS RIBEIRO DE SAUS		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

MARCOS RIBEIRO DE SAUS
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

28 de Junho de 2022 São Gonçalo RJ
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/10/2015
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VIDA FM				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO R JOSE MAZOCA DE MIRANDA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO QUADRA09 LOTE 11 CASA 02	
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO		UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8151-6104		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/07/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/06/2022 às 18:26:16 (data e hora de Brasília).



Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL 07.179.631-2	DATA DE EXPEDIÇÃO 01/10/2015
 		NOME MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS	
Polegar Direito 0255		FILIAÇÃO ARLINDO RIBEIRO DOS SANTOS	
Assinatura do Titular		LUZIA RIBEIRO DOS SANTOS	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		NATURALIDADE RIO DE JANEIRO	DATA DE NASCIMENTO 10/10/1966
		DOC. ORIGEM C. CASH LIV BE125 FLS 137 TERM 49764 C 011	
		RIO DE JANEIRO RJ	
		CPF 882.450.207-53	PIS 12062442485
		001 2 Via	0255
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

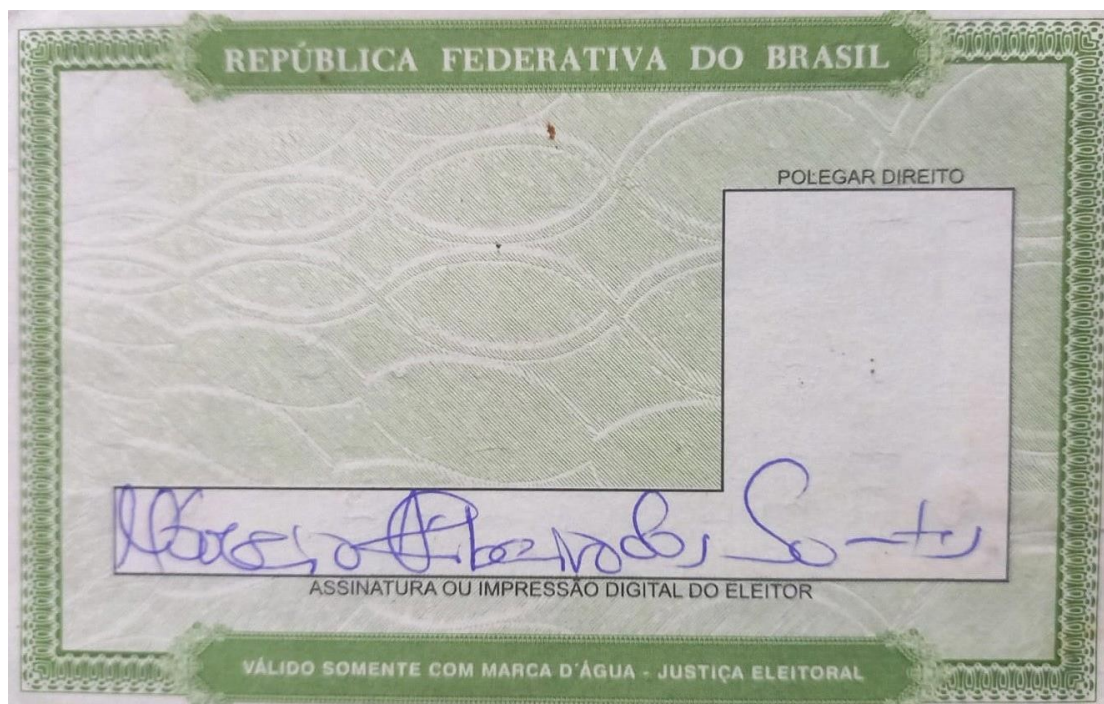
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL			
NOME DO ELEITOR MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS			
DATA DE NASCIMENTO 10/10/1966	Nº INSCRIÇÃO 0228 7491 0370	ZONA 069	SEÇÃO 0413
MUNICÍPIO / UF SÃO GONÇALO/RJ	DATA DE EMISSÃO 08/10/2015		
JUIZ ELEITORAL		Des. Edson Vasconcelos	
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

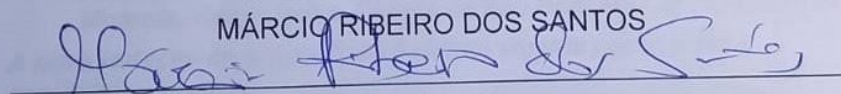
O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS



Presidente



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ**.

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José **Matola** de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

• **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

• **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

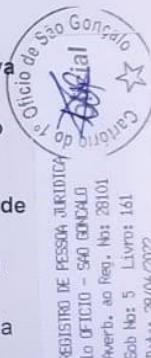
Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoureiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), CPF: **151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



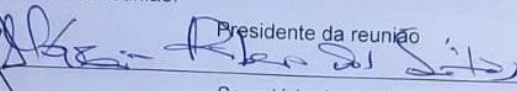
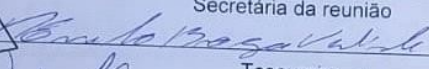
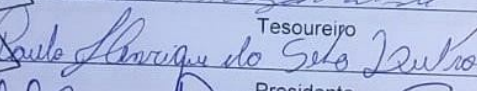
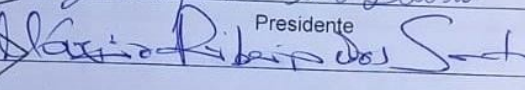
Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipilba, SG – RJ. E-mail:

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.


• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira 13.726/2018  Presidente da reunião
Inc I, Primeira 13.726/2018  Secretária da reunião
Inc I, Primeira 13.726/2018  Tesoureiro
Inc I, Primeira 13.726/2018  Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo, 09 / 06 / 2022 às 08 / 08
Ass.  Carimbo
Rosa Moreira
Escritório São Gonçalo
Mat: 94/27790



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Deciano Pinheiro Jorge

Rômulo Braga Silva

Valdinei da Silva

Evandro Augusto de Cunerim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Soto Dutra

Assinatura de Marcio Ribeiro dos Santos

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Assinatura de Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob Nos: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

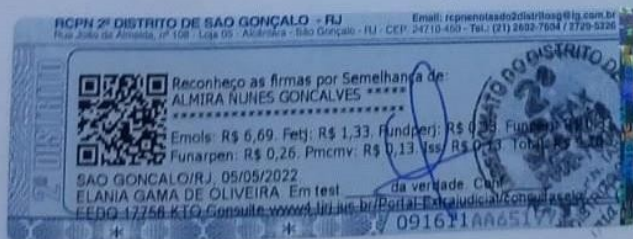
Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
24.323.931/0001-99
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
16/10/2015

NOME EMPRESARIAL
CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
LITORAL FM

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R JOSE MATOLA DE MIRANDA

NÚMERO
SN

COMPLEMENTO
LOTE 11 QUADRA09 CASA 02

CEP
24.752-055

BAIRRO/DISTRITO
IPIIBA

MUNICÍPIO
SAO GONCALO

UF
RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO
LOCUTORCERTO@GMAIL.COM

TELEFONE
(21) 8151-6104

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/07/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

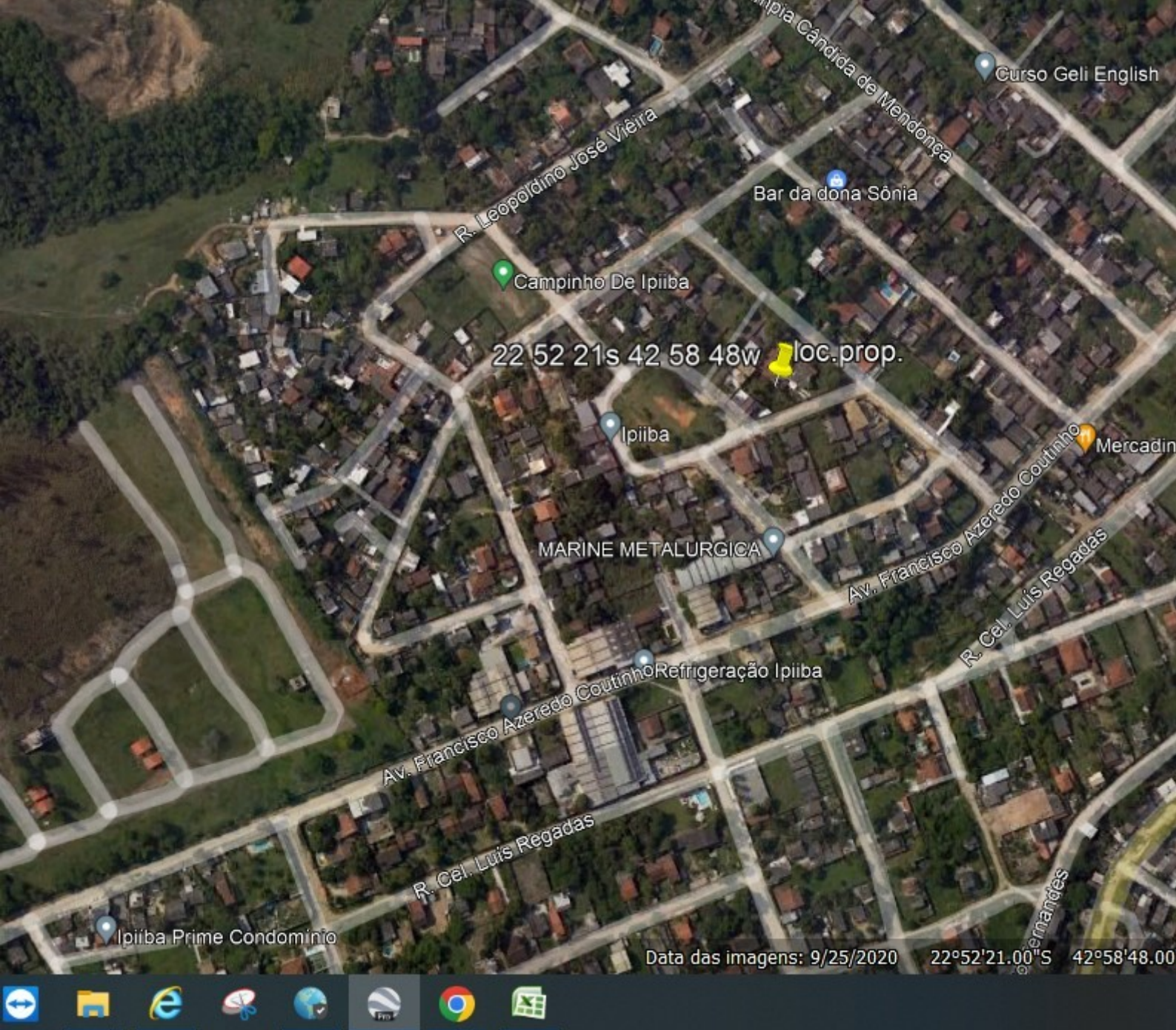
Emitido no dia **13/10/2022** às **10:03:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

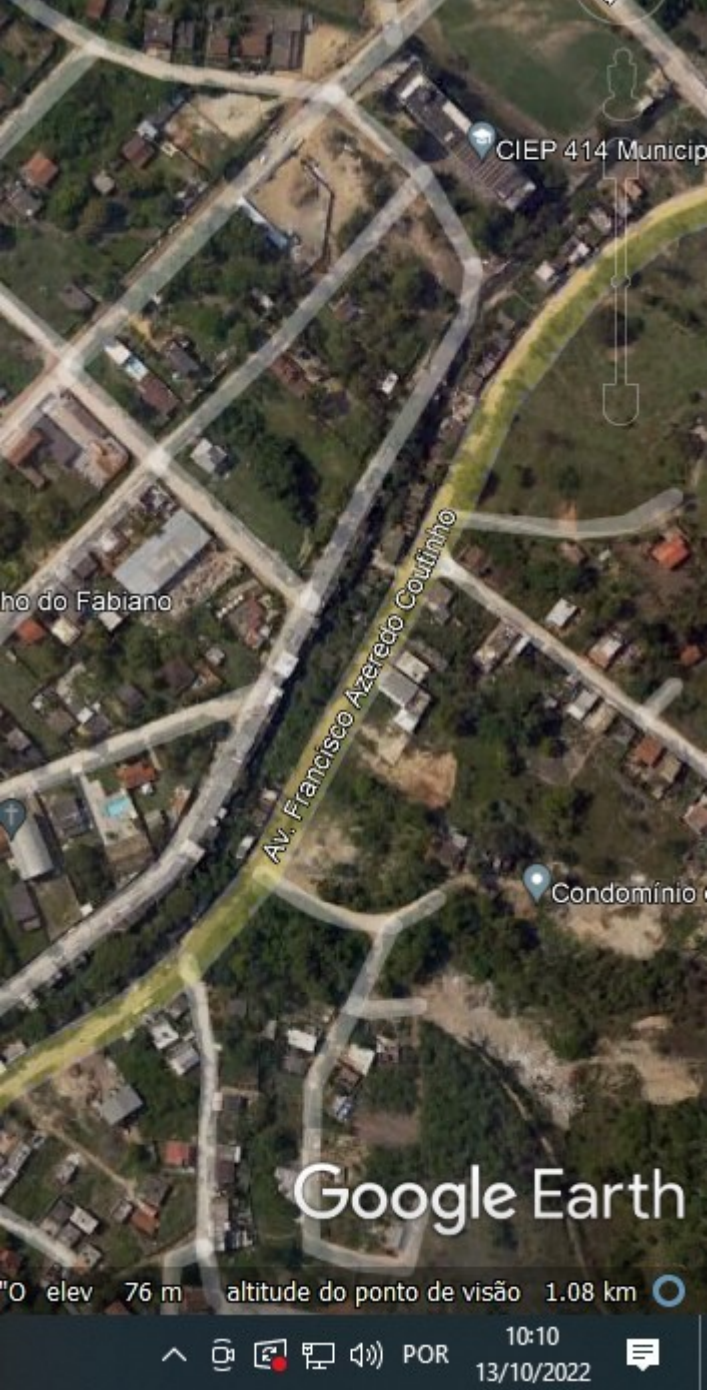


0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 662022
Número do Processo: 531150171602022

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	
0.00	RJ	SÃO GONÇALO	01250.042287/2019	82	22S5221	42W5848	ARQDE F	CENTRO CULTURAL VIDA FM
0.00	RJ	SÃO GONÇALO	53115.024855/2020	0	22S5221	42W5848	RAQ	CENTRO CULTURAL VIDA FM
0.00	RJ	SÃO GONÇALO	53115.017160/2022	662022	22S5221	42W5848	EMA	CENTRO CULTURAL VIDA FM
2.68	RJ	NITERÓI	53000.048097/2004	21	22S5328	42W5948	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE D
3.96	RJ	RIO DE JANEIRO	53000.038755/2005	30	22S5044	42W5717	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE E
4.22	RJ	SÃO GONÇALO	53000.011404/2008	30	22S5005	42W5901	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE C
4.77	RJ	SÃO GONÇALO	53770.000981/1999	6	22S4949	42W5819	ARQDE F	SOCIEDADE COMUNITARIA RA
4.94	RJ	SÃO GONÇALO	53000.042228/2010	30	22S4958	43W0006	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORE
4.94	RJ	SÃO GONÇALO	53000.049279/2010	30	22S4958	43W0006	PAN	ASSOCIACAO DE MORADORE
5.03	RJ	RIO DE JANEIRO	53770.000621/1999	6	22S5302	43W0139	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA S
5.23	RJ	SÃO GONÇALO	53000.058288/2005	30	22S5121	42W5556	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE
6.04	RJ	SÃO GONÇALO	53000.042038/2010	30	22S4914	42W5950	ARQDE F	ASSOCIACAO EDUCACIONAL
6.35	RJ	NITERÓI	53000.045619/2003	21	22S5214	43W0231	ARQDE F	MISSAO REVERENDO DANIEL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81.

Interessado: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto: FASE DE HABILITAÇÃO.

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução da fase requerimento de interesse do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, localizada em São Gonçalo/RJ, em razão do Edital 66/2022 publicado no Diário Oficial da União em 03/05/2022, para executar o Serviço de que as coordenadas geográficas 22° S 52' 21" / 42° W 58' 48", indicadas pela interessada:

- atendem ao disposto no § 1º, art. 22, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada e suas alterações, pois estão situadas em São Gonçalo/RJ (evento SEI nº 10464046) e, sua declaração da interessada, atendem à padronização GPS-WGS84 (evento SEI nº 10104051);
- atendem ao disposto no art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. e suas alterações, visto que guardam uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (evento SEI nº 10464051).

Desse modo, considerando que em data atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, e seus autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de habilitação.

Brasília, 19 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edineide da Silva Reis**, Engenheiro, em 19/10/2022, às 15:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donizetti**, Engenheiro, em 19/10/2022, às 15:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 19/10/2022, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **75837931**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI-MCOM nº 10464070



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA 06880733794		
Endereço:	AV. DR. EUGÊNIO BORGES	CNPJ:	34.795.767/0001-76
Município:	SÃO GONÇALO DO RIO	UF:	RJ CEP: 24.751-000
Nome do representante legal:	ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Angelo Maximo Lemos da Silva
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

São Gonçalo, 23 de Maio de 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 34.795.767/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/09/2019
NOME EMPRESARIAL ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA 06880733794			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Churrasquinho do Marcinho			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-03 - Obras de alvenaria			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV DOUTOR EUGENIO BORGES	NÚMERO S/n	COMPLEMENTO *****	
CEP 24.751-000	BARRIO/DISTRITO TRIBOBO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO marcinholemos@gmail.com		TELEFONE (21) 9567-2336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:41:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

1692584942

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

1692584942

ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / CNH EMISSOR / UF
1070302641EPRJ

CNPJ
068.807.337-94

DATA NASCIMENTO
13/09/1976

FILIAÇÃO
ANEZIO ERNANDES DA
SILVA
MARIA LUCIA LEMOS DA
SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
01065831027

VALIDADE
05/06/2023

1ª HABILITAÇÃO
03/11/1999

OBSERVAÇÕES
EAR

1692584942

PROIBIDO PLASTIFICAR

1692584942

ASSINATURA DO PORTADOR
ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
08/06/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

53005894108
RJ173012019

RIO DE JANEIRO

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	DENIS LEMOS DA SILVA 10495228770		
Endereço:	RUA ALFREDO BORGES, 2297	CNPJ:	36.755.850/0001-47
Município:	SÃO GONÇALVES	UF:	RJ CEP: 24752-295
Nome do representante legal:	DENIS LEMOS DA SILVA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

+ Denis Lemos da Silva
 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SÃO GONÇALVES RJ. 23 de Novembro de 2022
 Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 36.755.850/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/03/2020
NOME EMPRESARIAL DENIS LEMOS DA SILVA 10495228770			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PICOLE DO DENINHO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R ALFREDO BORGES	NUMERO 2297	COMPLEMENTO *****	
CEP 24.752-295	BARRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO SORIANOLUCIANA197@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 2617-4340	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/03/2020
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:57:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
2266579307

NOME
DENIS LEMOS DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
91693S142MTPSRJ

CPF
104.952.287-70

DATA NASCIMENTO
25/09/1984

FILIAÇÃO
ANEZIO ERNANDES DA SILVA
MARIA LUCIA LEMOS DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05038630107

VALIDADE
06/06/2031

1ª HABILITAÇÃO
23/09/2010

OBSERVAÇÕES

Denis Lemos da Silva

LOCAL
MARICA, RJ

DATA EMISSÃO
08/06/2021

ASSINATURA DO PORTADOR
Adolpho Konder

ASSINATURA DO EMISSOR
45886456480
RJ216356768

RIO DE JANEIRO

PROIBIDO PLASTIFICAR
2266579307



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.023.506/0001-38 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 25/06/2019			
NOME EMPRESARIAL HEDLENE LIMA DOS SANTOS 90273680749			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TEM PIZZA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.94-5-00 - Fabricação de massas alimentícias			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R JOSE MAZOCA DE MIRANDA (R MAZOLA DE MIRANDA)		NÚMERO 00	COMPLEMENTO LOTE 11;QUADRA 09
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO HEDLENE@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 2080-1850	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/06/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2022 às 20:06:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Leandro Júnior Gonçalves Ferreira		
Endereço:	Al. Buenos Aires, 367	CNPJ:	446566610001-45
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752-360
Nome do representante legal:	Leandro Júnior Gonçalves Ferreira		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Leandro Júnior G. Ferreira
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

09/06/22, São Gonçalo, Rio de Janeiro
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.656.661/0001-45 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 22/12/2021			
NOME EMPRESARIAL LEANDRO JUNIOR GONCALVES FERREIRA 10755895762			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TENDA DO PASTEL		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AL BUENOS AIRES		NÚMERO 367	COMPLEMENTO *****
CEP 24.752-360	BARRIO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LEOMONTANHAS40@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 3709-9646	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/12/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:53:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



RJ



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1517019323

NOME
LEANDRO JUNIOR GONCALVES FERREIRA



DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
0208174391 DIC RJ

CPF
107.558.957-62

DATA NASCIMENTO
30/11/1983

FILIAÇÃO
NAO IDENTIFICADO

ANA MARIA GONCALVES FERREIR
A

PERMISSÃO
[]

ACC
[]

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
04113818567

VALIDADE
08/08/2022

1ª HABILITAÇÃO
05/06/2007



1517019323

OBSERVAÇÕES
EAR A


ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
09/08/2017

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

43237535603
RJ172742919

RIO DE JANEIRO

DENATRANCONTRAN

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	MÁRCIA HÉLLEN LIMA SANTOS 12703835744		
Endereço:	R. ARMINDA dos FILHOS QUILHAS	CNPJ:	37.807.661/0001-33
Município:	São Gonçalo do Rio Preto RJ	UF:	RJ
Nome do representante legal:	MÁRCIA HÉLLEN LIMA SANTOS		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Márcia Hellen Lima Santos
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

07 DE Maio DE 2022 São Gonçalo RJ.
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
<p>ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL</p> <p>0554</p> <p><i>Márcia Hellen Lima Santos</i> Assinatura do Titular</p> <p>TELA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 24.119.021-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/09/2015</p> <p>NOME MÁRCIA HÉLLEN LIMA SANTOS</p> <p>FILIAÇÃO MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS</p> <p>HEDLENE LIMA DOS SANTOS</p> <p>NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 25/09/1995</p> <p>DOC. ORIGEM C. NASC LIV 1013 FLS 108 TERM 180403 C 008</p> <p>RIO DE JANEIRO RJ</p> <p>CPF 127.038.357-44</p> <p>001 2 Via</p> <p>JOSE CARLOS DOS SANTOS ARAUJO PRESIDENTE DO DETRAN/RJ</p> <p>0554</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 27/8/83</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

 <p align="center">REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p align="center">CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</p>				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.807.661/0001-33 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/2020
NOME EMPRESARIAL MARCIA HELLEN LIMA SANTOS 12703835744				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AICRAM DESIGN				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-02 - Promoção de vendas				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 32.12-4-00 - Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)				
LOGRADOURO AV ARMINDA DA SILVA QUINTAO		NÚMERO 0	COMPLEMENTO QUADRA 9 LOTE 11	
CEP 24.752-130	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ	
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCIALIMA.PC@HOTMAIL.COM		TELEFONE (21) 9769-8649		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2022 às 22:28:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS 88245027-53		
Endereço:	R. ARLINDO DO CASTO QUINTAS	CNPJ:	30.933.004/0001-93
Município:	São Gabriel do Oeste, IPIRANGA	UF:	RJ CEP: 24.752-130
Nome do representante legal:	MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS		



A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

07 DE Maio DE 2022 SÃO GABRIEL DO OESTE RJ.
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	
 Polegar Direito 0255	
<u>MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS</u> Assinatura do Titular	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 07.179.631-2	DATA DE EXPEDIÇÃO 01/10/2015
NOME MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS	
FILIAÇÃO ARLINDO RIBEIRO DOS SANTOS	
LUZIA RIBEIRO DOS SANTOS	
NATURALIDADE RIO DE JANEIRO	DATA DE NASCIMENTO 10/10/1966
DOC. ORIGEM C. CASM LIV BE125 FLS 137 TERM 49764 C 011	
RIO DE JANEIRO RJ	
CPF 882.450.207-53	PIS 12062442485
001 2 Via	0255
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

 <p align="center">REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p align="center">CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</p>				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.933.004/0001-93 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/07/2018
NOME EMPRESARIAL MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS 88245020753				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REPLAYVP				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente 59.12-0-01 - Serviços de dublagem				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)				
LOGRADOURO R ARMINDO DA COSTA QUINTAO		NÚMERO 00	COMPLEMENTO LOTE 11;QUADRA 9	
CEP 24.752-057	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO		UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO locutorcerto@gmail.com		TELEFONE (21) 2174-1247		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/07/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2022 às 20:20:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA 12202117797		
Endereço:	R. LEOPOLDO TATÁ VIEIRA C.H. C.S	CNPJ:	4198584000193
Município:	SÃO GONÇALO TRIPA	UF:	PT
		CEP:	24.752-125
Nome do representante legal:	PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

x Paulo Ricardo Almeida de Lima
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SÃO GONÇALO, PT. 20 DE JUNHO DE 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2106490870

NOME
PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
300249497DETRANRJ

CPF
172.021.177-97

DATA NASCIMENTO
26/11/2000

FILIAÇÃO
PAULO CUSTODIO DE LIMA
SUELI MARIA DE ALMEIDA

PERMISSÃO
ACE
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
07270320318

VALIDADE
12/12/2023

1ª HABILITAÇÃO
31/05/2019

OBSERVAÇÕES
EAR

Paulo Ricardo Almeida de Lima

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
NITEROI, RJ

DATA EMISSÃO
15/12/2020

ASSINATURA DO EMISSOR
59595613944
RJ419496157

PROIBIDO PLASTIFICAR
2106490870

RIO DE JANEIRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 41.925.584/0001-93 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/05/2021
NOME EMPRESARIAL PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA 17202117797			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRA TRANSPORTES			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores 29.50-6-00 - Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R LEOPOLDINO JOSE VIEIRA	NUMERO O	COMPLEMENTO CONJ C5	
CEP 24.752-125	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO PR230880@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9519-0190	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/05/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/06/2022 às 10:05:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Rorip Pimenta do mato 106 278 527-42		
Endereço:	Rua Alameda da Paz N.º 12	CNPJ:	221582480001-13
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752951
Nome do representante legal:	Rorip Pimenta do mato		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Rorip Pimenta do mato
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

13/06/2022 São Gonçalo Rio de Janeiro
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RODRIGO PEREIRA DE MATOS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
129519955DICRJ

CPF
106.278.527-42

DATA NASCIMENTO
04/09/1983

FILIAÇÃO
IRANI TEIXEIRA DE
MATOS
MARIA ANGELA DA COSTA
PEREIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB. D

Nº REGISTRO
04396563937

VALIDADE
28/04/2031

1ª HABILITAÇÃO
03/07/2008

OBSERVAÇÕES

Rodrigo Pereira de Matos

LOCAL
NITEROI, RJ

ASSINATURA DO PORTADOR
Adolpho Konder

DATA EMISSÃO
08/06/2021

ASSINATURA DO EMISSOR
04203473891
RJ419608583

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2266568509

PROIBIDO PLASTIFICAR
2266568509



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.


A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.158.248/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/03/2015
NOME EMPRESARIAL RODRIGO PEREIRA DE MATOS 10627852742			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CRISTAL POOL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R ALFREDO BORGES	NÚMERO 12	COMPLEMENTO CASA	
CEP 24.752-295	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO rodrigomatosgui@gmail.com		TELEFONE (21) 2729-3659	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/03/2015
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:50:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

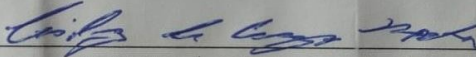
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	CIDNEY DE ARAUJO ROCHA		
Endereço:	R. LIDALDINO SPSE V. 511 M. 112016	CNPJ:	14.258.650/0001-75
Município:	SÃO GONÇALO	UF:	RJ CEP: 24752-125
Nome do representante legal:	CIDNEY DE ARAUJO ROCHA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

20 DE JUNHO DE 2022, SÃO GONÇALO / RJ
 Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.258.630/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/09/2011
NOME EMPRESARIAL CIDNEY DE ARAUJO ROCHA 70375500782			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CIDTEK			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R LEOPOLDINO JOSE VIEIRA	NÚMERO 8	COMPLEMENTO CASA LT.01 QD.06	
CEP 24.752-125	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO CIDNEY.ROCHA@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9749-4750	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/09/2011
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/06/2022 às 09:49:01 (data e hora de Brasília).



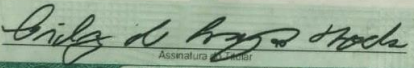
Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	
 0255 Polegar Direito	
 Assinatura	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	06.281.164-1
DATA DE EXPEDIÇÃO	11/11/2015
NOME CIDNEY DE ARAUJO ROCHA	
FILIAÇÃO NICOLAU DA ROCHA	
JANIRA DE ARAUJO ROCHA	
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
RIO DE JANEIRO	21/12/1964
DOC. ORIGEM	C. CASM LIV 138AUX FLS 183 TERM 3720
NITERÓI	RJ
CPF	703.755.007-82
001	2 Via
JOSE CARLOS DOS SANTOS ARAUJO PRESIDENTE DO DETRAN RJ (00949885)	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
0255	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

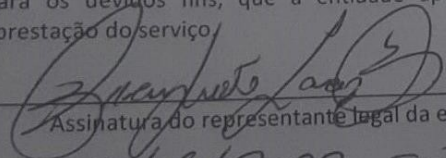
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Macearia NFP		
Endereço:	Rua Carlos Lessa	CNPJ:	44.951776/000162
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
		CEP:	24752-150
Nome do representante legal:	Allan Leite Laranjeira		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

21/06/2022 - São Gonçalo - RJ
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 44.951.776/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/01/2022
NOME EMPRESARIAL ALLAN LEITE LAROZA 06037078742			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMKJMULTYMARCS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV DANIEL MARTINS DOS SANTOS	NÚMERO 02	COMPLEMENTO CASA LT 12 QD 23	
CEP 24.752-230	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMKJIMPORTMODASGRIFES@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9752-1921	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/01/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/06/2022 às 22:22:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1893214520

PROIBIDO PLASTIFICAR
1893214520

NOME
ALLAN LEITE LAROZA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
213207269DICRJ

CPF
060.370.787-42

DATA NASCIMENTO
07/07/1987

FILIAÇÃO
ALCEU LAROZA
MARIA BEATRIZ COSTA
LEITE

PERMISSÃO
[REDACTED]

ACC
[REDACTED]

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06149483162

VALIDADE
15/07/2024

1ª HABILITAÇÃO
16/08/2014

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR
NITERÓI, RJ

DATA EMISSÃO
17/07/2019

ASSINATURA DO EMISSOR
10047959468
RJ0855395141

RIO DE JANEIRO

11051F19206.012_Berco - Mov. 103206 - Seq. 000466



ALLAN LEITE LAROZA 06037078742
AVENIDA SANTOS 2
QD 23LT 12
IPIIBA
24752-230 SAO GONCALO - RJ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

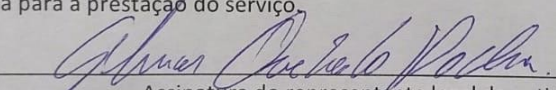
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	GILMAR QUEVEDO ROCHA 95116486753		
Endereço:	RUA ANTONIO RODRIGUES, 12	CNPJ:	26.318.285-0001-05
Município:	SÃO GERALDO DO JOQUICURU	UF:	RJ CEP: 24.743-560
Nome do representante legal:	GILMAR QUEVEDO ROCHA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SAS GERALDO RJ. 21 de junho 2022

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DGPC/DPT/INSTITUTO FÉLIX PACHECO

R. GERAL
06948655-3

NOME
GILMAR QUEVEDO ROCHA

NOME DO PAI
JOSE JOÃO DA ROCHA

NOME DA MÃE
ELMA QUEVEDO ROCHA

DATA NASC
25/07/1966

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO

EMIÇÃO
02/08/1983

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

16

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO GPF
951164867 53

COMPLETO
GILMAR QUEVEDO ROCHA

NASCIMENTO
25.07.66

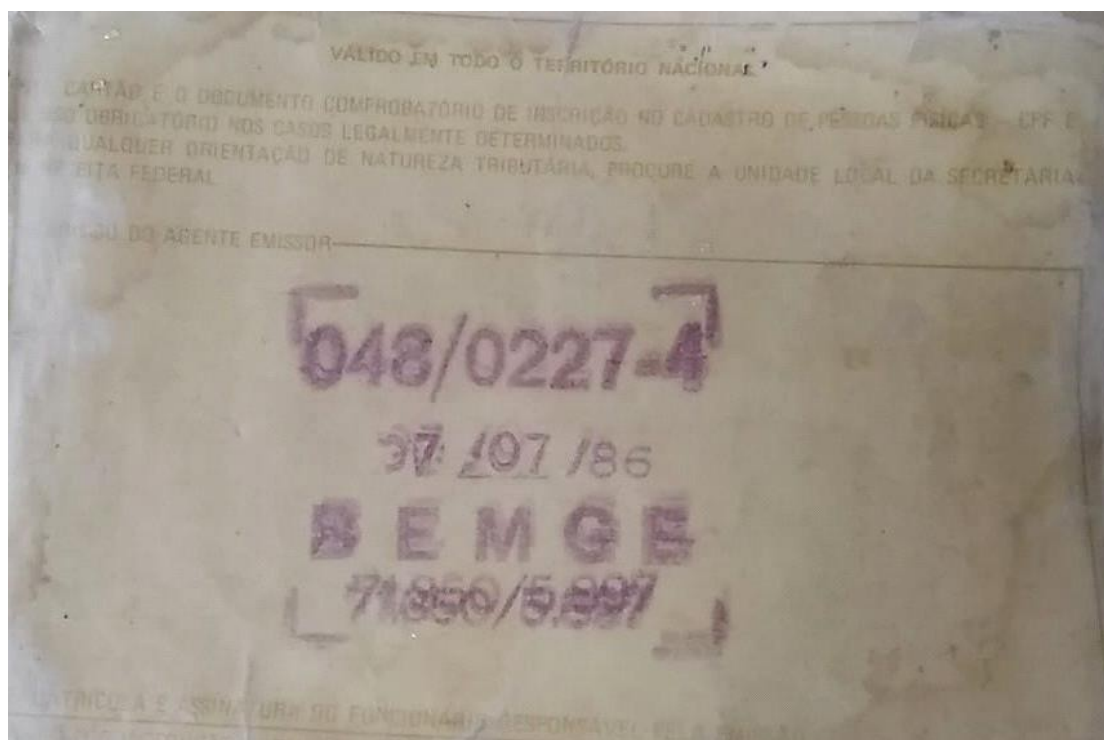
Gilmar Quevedo Rocha.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 26.318.285/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/10/2016
NOME EMPRESARIAL GILMAR QUEVEDO ROCHA 95116486753			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ELETRONICA GQ			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO *****	NUMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF *****
ENDEREÇO ELETRÔNICO albinocorreia1@gmail.com		TELEFONE (21) 9758-4365	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSÃO DE DECLARAÇÕES			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/06/2022 às 23:07:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

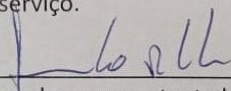
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	LEONARDO ROCHA DA CUNHA 11214967760			
Endereço:	AV. DE EUGÊNIO BORGES, 204, RIO DO OURO	CNPJ:	33542707/0001-89	
Município:	SÃO GONÇALO	UF:	RJ	CEP: 24753000
Nome do representante legal:	LEONARDO ROCHA DA CUNHA			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.



 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

RJ, SÃO GONÇALO 22 DE JUNHO DE 2022

 Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.542.707/0001-89 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 06/05/2019	
NOME EMPRESARIAL LEONARDO ROCHA DA CUNHA 11214967760			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LEO TEC SEGURANCA ELETRONICA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 95.12-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV DOUTOR EUGENIO BORGES		NÚMERO 204	COMPLEMENTO LOTE 02
CEP 24.753-000	BAIRRO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO leonardorochadacunha@gmail.com		TELEFONE (21) 9785-2431	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/05/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 16:20:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
LEONARDO ROCHA DA CUNHA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
0201788395 DIC RJ

CPF
112.149.677-60

DATA NASCIMENTO
07/11/1983

FILIAÇÃO
ELIAS SANTANA DA CUNHA
VERA LUCIA ROCHA DA CUNHA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03476347307

VALIDADE
11/12/2024

1ª HABILITAÇÃO
12/01/2005

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1965932899

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
NITERÓI, RJ

DATA EMISSÃO
13/12/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

14000461268
RJ855532645

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Ribeiro Santos Rodrigues da Moura		
Endereço:	R. Profeta Elias 1122 2º/24	CNPJ:	345444220001/40
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752455
Nome do representante legal:	Ribeiro Santos Rodrigues da Moura		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

[Assinatura]

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

São Gonçalo, 22 de junho 2022

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.296.010-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/09/2017

NOME RISONETE SANTOS RODRIGUES DE SOUZA

FILIAÇÃO JOÃO LUDOVICO DOS SANTOS

LUIZA MARIA DA SILVA

NATURALIDADE ESTADO DA PARAÍBA DATA DE NASCIMENTO 06/09/1969

DOC. ORIGEM C. CASM LIV 00040BA FLS 190 TERM 12986

SÃO GONÇALO RJ

CPF 962.088.997-53 PIS 12425223179

001 2 Via

VINICIUS MEDEIROS PARAH
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
ID 50823334

0255

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.544.422/0001-40 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 15/08/2019			
NOME EMPRESARIAL RISONETE SANTOS RODRIGUES DE SOUZA 96208899753			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Cara di lua		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 13.59-6-00 - Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R PROFETA AMOS		NÚMERO S/n	COMPLEMENTO *****
CEP 24.752-455	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO netyjulove@hotmail.com		TELEFONE (21) 2617-1287	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/08/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 17:53:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA	VOLTAR	IMPRIMIR
---------------	--------	----------

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		CPF
Razão Social:	ELIS ANGELA GONÇALVES DE SOUSA 000.591.347-04	
Endereço:	AL. ANTONIO MARCILLO BRITO 412 916	CNPJ: 11.433.534/0001-61
Município:	SAO GONÇALO	UF: RJ CEP: 24752-110
Nome do representante legal:	ELIS ANGELA GONÇALVES DE SOUSA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Elis Angela Gonçalves de Sousa
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

22/06/2022 São Gonçalo RJ
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

NOME
ELIS ANGELA GONÇALVES DE SOUSA

FILIAÇÃO
JOSÉ GOMES DE SOUSA
IZABEL GONÇALVES DE MELO

DATA NASC.
05/09/1968

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO/RJ

OBSERVAÇÃO
NÃO HÁ

FATOR RH
XXXX

Elis Angela Gonçalves de Sousa
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 000.591.347-04 DNI 000000000000000000
REGISTRO GERAL 08.142.852-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/12/2021

REGISTRO CIVIL
C.NASC LIV 1E311 FLS 245V TERM 186328 C 014
RIO DE JANEIRO RJ

T. ELEITOR 83719020540 CTPS / SÉRIE / UF NÃO INFORMADO
NIS / PIS / PASEP 12288385792 IDENTIDADE PROFISSIONAL NÃO INFORMADO
CERT. MILITAR NÃO INFORMADO
CNH NÃO INFORMADO CHS NÃO INFORMADO

2 VIA Adolpho Konder
ADOLPHO KONDER HOMEM DE CARVALHO FILHO
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
ID: 5014108-2 0639

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.433.537/0001-61 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 04/01/2010	
NOME EMPRESARIAL ELIS ANGELA GONCALVES DE SOUSA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GELI ENGLISH		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.93-7-00 - Ensino de idiomas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)			
LOGRADOURO AV ANTONIO MARCILIO BRITO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE: 12; QUADRA: 20;
CEP 24.752-110	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO E.ANGELA@IG.COM.BR		TELEFONE (21) 3706-1852/ (21) 2604-1919	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 18:32:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	Castro Artes (Antônio Carlos de Castro 02500313700)			
Endereço:	Rua Vereador Luiz Paulo Guimarães Nº 446	CNPJ:	21.515.954/0001.07	
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP: 24752-605
Nome do representante legal:	Antônio Carlos de Castro			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Antônio Carlos de Castro

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

22/06/2022 - SÃO GONÇALO - RJ

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.515.954/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/12/2014
NOME EMPRESARIAL ANTONIO CARLOS DE CASTRO 02500313700			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CASTRO ARTES			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.12-3-00 - Edição de jornais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO EST ENGENHO DO ROCADO	NÚMERO 446	COMPLEMENTO *****	
CEP 24.752-605	BARRIO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO CASTRO.ARTESGRAFICA@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9194-4943	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/09/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 20:01:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

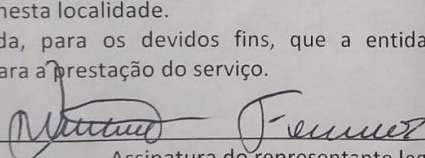
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	DAMIÃO FERREIRA LEAL 873647353-72		
Endereço:	R. LAURIVAL MONTEIRO VARGAS 1100-11 CNPJ: 26.599.171/0001-72		
Município:	SÃO CARLOS - PI, RN	UF:	CEP: 21.752-200
Nome do representante legal:	DAMIÃO FERREIRA LEAL		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

22 de Junho de 2022
São Carlos - PI, RN
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.599.171/0001-72 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL DAMIAO FERREIRA LEONEL 87364735372		DATA DE ABERTURA 24/11/2016	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MERCADINHO DO MANO		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-6 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV LOURIVAL MENEZES VASCONCELOS		NÚMERO LT 10	COMPLEMENTO QUADRA 11
CEP 24.752-200	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO manocesta04@gmail.com		TELEFONE (21) 8839-3277	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/11/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/06/2022 às 10:32:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
DANIEL FERREIRA LEONEL

CPF
21488462803

DATA NASCIMENTO
01/05/1980

ENDEREÇO
ANTONIO FERREIRA
LEONEL
MARIA KENIURA FERREIRA
LEONEL

PROFISSÃO
FISICULTURISTA

DATA EMISSÃO
07/07/2019

VALIDADE
10/08/2004

VALIDADE EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
943917380

03352245403

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Titular

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
09/07/2014

Assinatura do Diretor

05513657558
RJ401066444

DETRAN-RJ (RIO DE JANEIRO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
943917380



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Orbulo dos Santos Ribeiro 10461674720		
Endereço:	Alameda Caracas	CNPJ:	34514334/0001-03
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752-430
Nome do representante legal:	Orbulo dos Santos Ribeiro		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

[Assinatura]

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

24 de Junho 2022, São Gonçalo, RJ

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1811870491

NOME
ONILDO DOS SANTOS RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0207182775DICRJ

CPF
104.616.747-26

DATA NASCIMENTO
08/10/1983

FILIAÇÃO
JOSE RIBEIRO TAVARES
ARLETE CARLOS DOS
SANTOS TAVARES

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
04359067280

VALIDADE
28/03/2024

1ª HABILITAÇÃO
13/05/2008

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ITABORAI, RJ

DATA EMISSÃO
01/04/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

15546148461
RJ626004624

RIO DE JANEIRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

13:58

4G



s.receita.fazenda.gov.br



Contra os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 34.514.334/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/08/2019
NOME EMPRESARIAL ONILDO DOS SANTOS RIBEIRO 10461674726			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Onildo Ribeiro			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.85-7-99 - Comércio varejista de outros artigos usados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AL CARACAS	NUMERO sn	COMPLEMENTO FUNDOS	
CEP 24.752-430	BARRIO/CELESTRO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO onildo.sribeiro@gmail.com		TELEFONE (21) 2617-5644	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/08/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/06/2022 às 13:55:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Sandra Maria de Paula Freitas		
Endereço:	Entrada de Surostos, 48	CNPJ:	35.889.632/000132
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
Nome do representante legal:	Sandra M ^{te} de P. Freitas		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Sandra M^{te} de P. Freitas
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

23/06/2022
Data, Município e UF

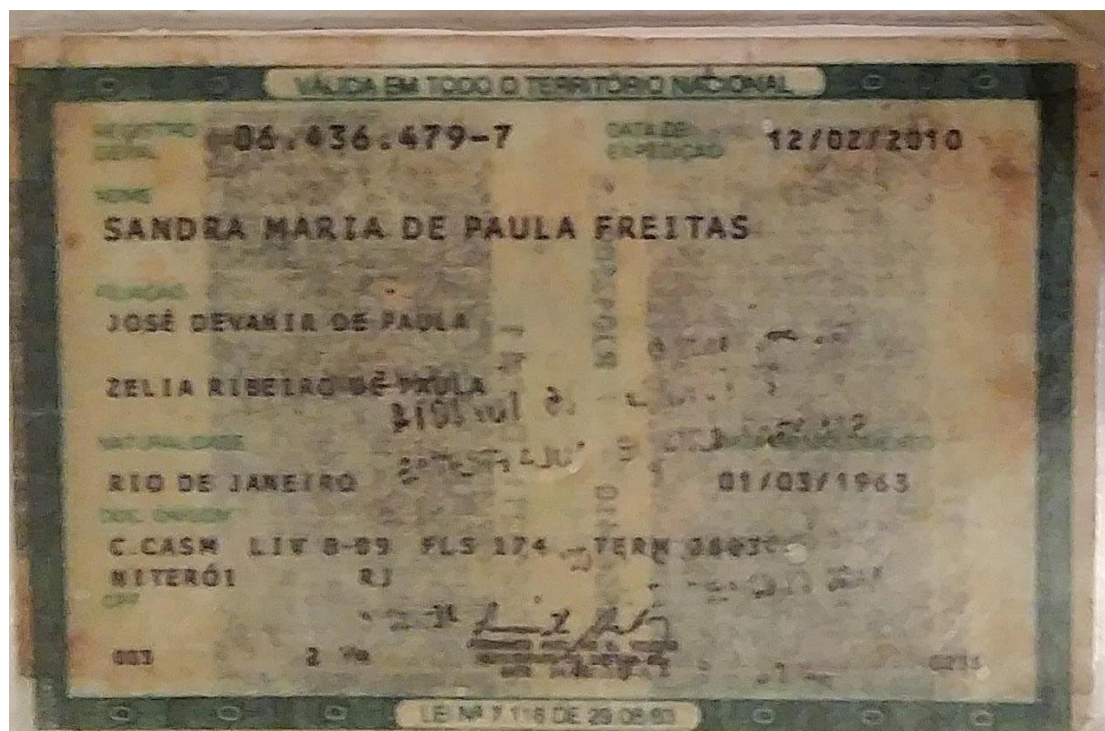
ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.




A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 35.889.632/0001-32 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/01/2020
NOME EMPRESARIAL SANDRA MARIA DE PAULA FREITAS 00189254726			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ALFABETIZANDO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO EST DO ARRASTAO	NÚMERO 48	COMPLEMENTO CONJ 4	
CEP 24.753-680	BARRIO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO SANDRAMARIADPF@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 6969-2830	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2020
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 14:15:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

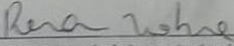
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR			
Nome Completo:	Renan Gabriel Nohre de Azevedo		
Endereço:	Av. Dr. Eugênio Borges, 3990, Rio do Ouro.		
Município:	São Gonçalo	UF:	RS CEP: 24753-000
RG:	22.330.163-1	Orgão Emissor:	Detran CPF: 115.620.75764

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do(a) apoiador(a)

27/06/2022, Niterói, RS
 Data, Município e UF

ATENÇÃO:
 - Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 46.581.738/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/05/2022
NOME EMPRESARIAL RENAN GABRIEL NOBRE DE AZEVEDO 11562075764			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BETHESDA BURGER			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação 47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros 56.11-2-01 - Restaurantes e similares 10.13-9-01 - Fabricação de produtos de carne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R VISCONDE DE SEPETIBA		NUMERO 666	COMPLEMENTO BOX 3
CEP 24.020-206	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NITERÓI	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO RENANGABRIELNOBRE@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8290-2244	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/05/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 21:03:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)




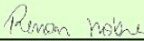


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Departamento Nacional de Trânsito

RÉPUBICA FEDERATIVA DO BRASIL		R J	
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA			
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO			
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
<div></div>			
NOME RENAN GABRIEL NOBRE DE AZEVEDO			
<div></div>		DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF 223301631 DIC RJ	
<div></div>		CPF 115.620.757-64	DATA NASCIMENTO 20/06/1995
		FILIAÇÃO JOSE WILSON DE OLIVEIRA AZEVEDO ELIZABETE SILVA NOBRE	
		PERMISSÃO <div><div></div></div>	ACC <div><div></div></div>
		CAT. HAB <div><div></div></div>	
1º REGISTRO 06249252815		VALIDADE 14/05/2024	1ª HABILITAÇÃO 04/12/2014
OBSERVAÇÕES EAR			
<div></div> <div>ASSINATURA DO PORTADOR</div>			
LOCAL NITERÓI, RJ		DATA EMISSÃO 17/05/2019	
<div>ASSINADO DIGITALMENTE</div> <div>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÁNSITO</div>			
RIO DE JANEIRO			
DENATRAN		CONTRAN	

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Júlia de Moraes Bená Dias 182.281.777-39		
Endereço:	Rua Dr. Moraes do Silva, 52, Pádua	CNPJ:	45993364600158
Município:	Niterói	UF:	RJ CEP: 24358510
Nome do representante legal:	Júlia de Moraes Bená Dias		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Júlia de Moraes Bená Dias
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

27 de Junho de 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL	21.418.738-7
		DATA DE EXPEDIÇÃO	23/08/2016
NOME		JÚLIA DE MORAES BENÁ DIAS	
FILIAÇÃO		WILLIAM BENÁ DIAS	
ALZIRA FRANCISCA DE MORAES BENÁ DIAS			
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	
RIO DE JANEIRO/RJ		15/08/1998	
DOC. ORIGEM		C. NASC. LIV 1035A FLS 16 RJ TERM 196218 C 5*	
RIO DE JANEIRO			
CPF		182.281.777-39	
001		2 Via	
		JOSE CARLOS DOS SANTOS ARAUJO PRESIDENTE DO DETRAN-RJ	
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.993.364/0001-58 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL JULIA DE MORAES BENA DIAS 18228177739		DATA DE ABERTURA 11/04/2022	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MABS BAZAR		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.85-7-99 - Comércio varejista de outros artigos usados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R DOUTOR ROMEU MARA DA SILVA		NÚMERO 52	COMPLEMENTO CASA CASA
CEP 24.358-510	BAIRRO/DISTRITO MARAZUL	MUNICÍPIO NITERÓI	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO JUHDIAS@LIVE.COM		TELEFONE (21) 7889-0278	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/04/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 21:00:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	JOSE JORGE DE OLIVEIRA 516574067-68		
Endereço:	AV. Alexsandro Ferreira Figueiras	CNPJ:	13.669.422/0001-04
Município:	São Gonçalo do Rio Preto	UF:	PE
		CEP:	24.752-070
Nome do representante legal:	JOSE JORGE DE OLIVEIRA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

JOSE JORGE DE OLIVEIRA
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

São Gonçalo 28 de Maio de 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO			
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME JOSE JORGE DE OLIVEIRA			
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF 0526079001FPRJ			
CPF 516.574.067-68		DATA NASCIMENTO 09/10/1957	
FILIAÇÃO NESTOR DE OLIVEIRA			
GEORGINA BERNARDO DE OLIVEIRA			
PERMISSÃO	ACC	CAT. HAB. C	
Nº REGISTRO 00089277920	VALIDADE 02/11/2020	1ª HABILITAÇÃO 07/10/1988	

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1204590009



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

OBSERVAÇÕES

Youssof de Oliveira

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
04/11/2015

[Signature]

ASSINATURA DO EMISSOR

24570598154
RJ172349206

DETRAN RJ (RIO DE JANEIRO)

PROIBIDO PLASTIFICAR

1204590009



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.669.422/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2011
NOME EMPRESARIAL JOSE JORGE DE OLIVEIRA 51657406768		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.99-1-03 - Obras de alvenaria		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)		
LOGRADOURO AV ALEXANDRE FERREIRA FAGUNDES	NUMERO 1	COMPLEMENTO LOTE 9;QUADRA 9
CEP 24.752-070	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (21) 9667-4875
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/05/2011
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 07:24:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	ALBERTO VERISSIMO DA SILVA JUNIOR		
Endereço:	ROD. ERNANI DO AMARAL PEIXOTO, S/N	CNPJ:	32518-268/0001-34
Município:	MARICÁ	UF:	RJ CEP: 24.942-375
Nome do representante legal:	ALBERTO VERISSIMO DA SILVA JUNIOR		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Alberto Verissimo da Silva Junior
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SÃO GONÇALO/RJ, 28 DE JUNHO DE 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL	08.018.967-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/03/2007
 		NOME	ALBERTO VERISSIMO DA SILVA JUNIOR
0279		FILIAÇÃO	ALBERTO VERISSIMO DA SILVA
<i>Alberto Verissimo da Silva Junior</i> Assinatura do Titular		EDENICE SEBASTIANA DE OLIVEIRA	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		NATURALIDADE	PERNAMBUCO DATA DE NASCIMENTO 02/06/1967
		DOC. ORIGEM	C.CASM LIV BAUX51 FLS 19 TERM 15920 C 001
		SÃO GONÇALO RJ	
		CPF	000.987.637-50
		001 2 Via	
		LUIZ ANTONIO ABRENTES COELHO DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DATA: 21/06/2021	
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.418.268/0001-34 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL ALBERTO VERISSIMO DA SILVA JUNIOR 00098763750		DATA DE ABERTURA 11/01/2019	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) B & SDESIGNER		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO ROD ERNANI DO AMARAL PEIXOTO		NÚMERO SN	COMPLEMENTO KM 17 LT 7 CASA 04
CEP 24.942-375	BAIRRO/DISTRITO INOA (INOA)	MUNICÍPIO MARICA	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO albertoverissimo@gmail.com		TELEFONE (21) 2628-9476	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/01/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 11/01/2019 às 11:12:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)Preparar Página
para Impressão

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal
ÍNDICE DE ARQUIVO COMPACTADO

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Informo para fins de adequação ao andamento processual que consta do presente processo de número 53115.017160/2022-81, o arquivo compactado abaixo descrito:

Nome do Arquivo	Nº SEI
Lista manifestações MEI	10104983

Foram extraídos do mesmo os documentos abaixo listados, que passam a integrar o pr

Nome do Documento	Nº SEI
Manifestação de Apoio - Extração Lista manifestações MEI (10104983)	10621590

Por fim, atesto, para os devidos fins, que o teor dos documentos constantes do arquivo compactado não sofreu qualquer tipo de alteração.



Documento assinado eletronicamente por **Romaldo Topioli Iglezias**, Assessor Técnico-Administrativo, em 12/01/2023, às 09:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código **10621590** e o código **ACB7A0B7**.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10621599



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Impresso por: **RONALDO TONIOLI IGLEZIAS**Data/Hora: **12/01/2023 09:55:40****Relatório de RADCOM - Plano de Referência**

UF: RJ	Município: São Gonçalo	
Município	Canal	Frequência
São Gonçalo	254	98,7

Usuário: **ronaldo.mc - RONALDO TONIOLI IGLEZIAS**Data: **12/01/2023**Hora: **09:55:40**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sistemasnet/SRD/RADCOM/Relatorios/PlanoReferencia/Tela.asp?hdmImprimir=true>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
LITORAL FM

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R JOSE MATOLA DE MIRANDA

NÚMERO
SN

COMPLEMENTO
LOTE 11 QUADRA09 CASA 02

CEP
24.752-055

BAIRRO/DISTRITO
IPIIBA

MUNICÍPIO
SAO GONCALO

UF
RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO
LOCUTORCERTO@GMAIL.COM

TELEFONE
(21) 8151-6104

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/07/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/01/2023 às 09:51:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 09:56:30 do dia 12/01/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Uc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Uc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MAZOCA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/01/2023 a 07/02/2023

Certificação Número: 2023010902093111666286

Informação obtida em 12/01/2023 10:03:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:58:01 do dia 12/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/07/2023.

Código de controle da certidão: **1760.F94E.0952.E771**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 1684016/2023
Expedição: 12/01/2023, às 09:58:28
Validade: 11/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontradas ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Ramaldo Topioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo, em 12/01/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código CC21B878B

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI-MCOM nº 10621692

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	contém	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF

Opções

✓ Aplicar ↺ Limpar 📄 Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	contém	Márcio Ribeiro dos Santos

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	contém	Rômulo Braga Verlinde

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	contém	Paulo Henrique da Silva Dutra

Opções

☒ Aplicar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral
Atividade
Tarefas
Wiki
Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	todos	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	igual a	24323931000199

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	todos	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	igual a	88245020753

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	todos	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	igual a	15105335759

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="Aberta"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="12163591727"/>

> Opções

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

Aberta

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 225221

Lon: 425848


Raio: Raio (k

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, localizada em São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, não há registro de fiscalização por operação de transmissão de rádio em esta localidade, registro de fiscalização por operação de transmissão de rádio em esta localidade, razão social, nome fantasia, endereço geográficos, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Renato Topioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo, em 12/01/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 98468E2.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI-MCOM nº 10621700

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81

CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Nº do edital/65/2022 publicado no DOU em 03/05/2022

Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022

Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 - CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (10104965)

4. Estatuto Social: (10104973) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: () Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM () NÃO

(O documento inserido 10104974 - não se trata da Ata de Eleição, mas sim de alteração do estatuto substituição da diretoria.)

6. Ata de eleição: () para o período de ??/??/???? a 16/08/2023

(O documento inserido - 10104975 - não se trata da Ata de Eleição, mas sim de alteração do estatuto diretoria. O início do mandato não foi identificado.)

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (10104966) ... (10104972)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Márcio Ribeiro dos Santos	022874910370 10/10/1966	Windo Ribeiro dos Santos Luzia Ribeiro dos Santos	88245020751	Não
Secretário: Rômulo Braga Verlinde	153456720368 26/01/1993	George Augusto Campos Verlinde Sonia Cristina da Silva Braga	51105335759	Não
Tesoureiro: Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710320 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591721	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)

9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)

10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10621690) e Fiscaliza (10621700)

11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10621692)

11.1. Certidões (não são habilitantes)

11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10621690)

11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10621690)

11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10621690)

11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10621690)

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de eleição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento corresponde à ata para alteração do estatuto social e não à Ata de Eleição. A Ata de Eleição também não foi apresentada, que o documento encaminhado (10104975) é a mesma apresentada no lugar da Ata de Eleição, de alteração do estatuto social da entidade. Conforma determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:



Estatuto social:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida a recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com deliberação da assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores, aprovação das contas, alteração do estatuto, dissolução e fusão da entidade, convocação dos órgãos deliberativos, etc.), assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

EM CASO DE FUNDAÇÕES:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Órgão administrativo e cargos:
- c) Atribuições do Órgão administrativo:
- d) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida a recondução:
- e) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

FUNDAÇÕES

As fundações devem observar o estatuto especial:

Arts. 66 e 67 Para alterar o estatuto social é necessário que:

- haja deliberação por 2/3 (dois terços) dos competentes para gerir e representar a fundação;
- a alteração não contrarie ou desvirtue o fim da fundação;
- a alteração seja aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada.

Art. 69 As condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio.

2. Certidões:

2.1 CNPJ: ()

2.2 Certidão FGTS: ()

2.3 Certidão PGFN : ()

2.4 Certidão CNDT: ()

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel () e Fiscaliza



Anexo 6/ART: fl. ()

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

OBSERVAÇÕES: DD/MM/AAAA:



Documento assinado eletronicamente por **Ramã do Espírito Santo**, Analista Técnico-Administrativo em 12/01/2023, às 15:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v> verificando o código **10621727** o código **96770184**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10621727



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 1471/2023/SEI-MCOM

Processo nº 53115.017160/2022-81.

Assunto: INABILITAÇÃO. ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de **SENTRIO CULTURAL VIDA FM - CCV FM**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na **Cidade de Rio**, em virtude da publicação do Edital nº 66/2022, no Diário da União de 03/05/2022.

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências que acarretam na seguinte:

Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 25, inciso II, de qualquer um dos documentos apresentados intempestivamente, ou ausência de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22.	A Interessada não enviou os seguintes documentos: - Ata de constituição da entidade. O bserve-se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata de alteração estatutária e não à ata de constituição de um membro da diretoria, mas não à ata de constituição da Associação; - Ata de eleição dos atuais dirigentes. O documento encaminhado (10104975) é uma cópia da mesma ata apresentada no lugar da ata de constituição, ou seja, não é a ata de eleição propriamente dita, mas sim ata de substituição da diretoria.

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública comunica a **Inabilitação** da Interessada.

4. O prazo para interposição de recurso administrativo contra esta decisão é contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

5. Em caso de dúvida, será possível obter os esclarecimentos pelo atendimento@mcom.gov.br.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigatório manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronald Topioli Iglezias**, Assessor Técnico-Administrativo, em 16/02/2023, às 14:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane de Fátima Alvarenga Ramos**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 16/02/2023, às 15:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, **Barão**, **Secretário-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/02/2023, às 14:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código **10655780** o código **00A89BEF**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10655780



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 251 / 2023

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL, de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 1471/2023/SEI-MCOM, constante no processo de sorte a INABICENÁRIO CULTURAL VIDA FM - COM FM, de acordo com o Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária de qualidade, visto que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.



Documento assinado eletronicamente por Daniela Kaufel Schettini, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 01/03/2023, às 22:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código 10655781 e o código 5398602.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10655781

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 2309/2023/MCOM

Brasília, 03 de janeiro de 2023

Ao Senhor
MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS
Representante Legal do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFMJ nº 24.323.931/0001-99)
Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba
24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53115.017160/2022-81.

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1471/2023/SEI-MCOM** acompanhada do despacho **qualificação** da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias** contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo contraditório e da ampla defesa.
3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo **previsto** **considerada** intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam **arquivado**.
4. Cabe ressaltar que, para comunicação da resposta, o responsável pelo registro da solicitação de Serviços gov.br, entrar na solicitação e enviar a resposta pela própria ferramenta, inserindo os dados do caso.
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser solicitada por correspondência eletrônica para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 03/01/2023, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **10655784** ou o código **80R498F4**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 1471/2023/SEI-MCOM (10655780);
• despacho de Decisão nº 251/2023 (10655781).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Status do processo - Participar de edital de RADCOM - Processo: 001.762								
Status	Listagem	Mensagens	Fases					
Etapa/Ciclo	Abertura	Finalização	Status	Usuário	Data limite	Limite	Consumido	Saldo
Preencher manifestações/01	28/06/2022 18:13:28	28/06/2022 18:54:44	Aprovado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Revisar solicitação/01	28/06/2022 18:54:44	28/06/2022 19:07:49	Rejeitado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Preencher manifestações/02	28/06/2022 19:07:49	28/06/2022 19:09:01	Aprovado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Revisar solicitação/02	28/06/2022 19:09:01	28/06/2022 19:20:39	Aprovado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Gerar processo no SEI/01	28/06/2022 19:20:39	28/06/2022 19:58:28	Aprovado	Tarefa Automática	--	00:00:00	00:00:00	--
Repesar solicitações/01	28/06/2022 19:58:28	02/07/2022 20:04:48	Aprovado	Tarefa Automática	--	00:00:00	34:00:00	--
Cadastrar processo no RADCOM Web/01	02/07/2022 20:04:48	08/12/2022 09:52:12	Aprovado	Rosiane Caixeta da Silva	--	00:00:00	1219:52:12	--
Documentação (CGOU)/01	08/12/2022 09:52:12	14/03/2023 15:29:32	Rejeitado	Ana Paula Calixto Lach	--	00:00:00	741:37:20	--
Tomar ciência do indeferimento/01	14/03/2023 15:29:32	--	Em andamento	Cidadão	--	00:00:00	00:00:33	--
<div>⏪ ⏩ 1 2 ⏪ ⏩</div> <div>(11 - 19) 19</div>								
Tempo total consumido: 2024:10:40 Saldo total do tempo: --								
Saldo de tempo é exibido em "horas úteis": Tempo excedido em vermelho. Saldo estimado se a etapa fosse finalizada neste momento, pois ela está em andamento. "--" Campo não pôde ser calculado, pois não existe tempo limite para essa etapa Data Limite em uma etapa "Em Hibernação" representa a data esperada para saída da hibernação.								



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 5996/2023/SEI-MCOM

Processo nº 53115.017160/2022-81.

Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.**

SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária (Rádiorio) no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, em razão do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 1471/2023/SEI-MCOM (10655780), a entidade de fato considerou os fatos e fundamentos:

A Interessada não enviou os seguintes documentos:

- **Ata de constituição da entidade.** O bserve-se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata de substituição de um membro da diretoria, mas não à ata de constituição da Associação;

- **Ata de eleição dos atuais dirigentes.** O documento encaminhado (10104975) é uma cópia da mesma ata apresentada para constituição, ou seja, não é a ata de eleição propriamente dita, mas sim ata de substituição da diretoria.

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 2309/2023/MCOM (10655784), encaminhado através da plataforma digital (10784205) em 14/03/2023, para reconhecer os termos do art. 298 da Portaria nº 9.018/2023/GM-MCOM, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 03/03/2023.

4. Em resposta, a entidade interpôs o Recurso administrativo conforme documentos anexados em 30/03/2023 sob o nº 53115.007026/2023-52 e 53115.008739/2023-33, alegando, em suma, que:

Em relação aos documentos enviados por ocasião da inscrição do Centro Cultural Vida FM no Edital 88/2022

O corpo de Diretores citados conforme Ata de Fundação (2015/2019), foi reconduzido por igual tempo (2019,

Entre 2020 e 2021, 2 Diretores se desligaram deste quadro e foram realizadas eleições conforme Atas anexas. Agora em 2023, se dará nova convocação para Eleição e posse de novo Presidente.

Em tempo, temos que não poucas dificuldades para lhes corresponder face ao novo processo de inscrição (Sistema de Limitações de Conhecimento em Sistema e Jurídico, além dos poucos recursos financeiros, motivo pelo qual não erramos no envio desse ou daquele documento e entender o que se pede.

Retificamos nosso empenho e renovado pedido para que tudo fique bem e alcancemos o objetivo tão buscado.

Buscando usar de toda transparência com os fatos ora narrados para o bom andamento do processo 53115.007026/2023-52 e 53115.008739/2023-33.

5. Ao que se observa do mérito do Recurso, a entidade anexou devidamente a documentação que comprova os fatos alegados.

6. Conforme se constata do relatório de vizinhos (10464059), para o local pretendido, não há impedimento para a interessada na execução do serviço, para o mesmo Edital. Assim, deve-se aplicar ao caso a exceção prevista no art. 294 da Portaria nº 9.018/2023/GM-MCOM, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 03/03/2023.

Art. 294. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fatos e fundamentos, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas;

6. Desta forma, deve ser reconsiderada a decisão, retornando o processo à análise.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoável duração do processo e da eficiência administrativa, a Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, por meio do conhecimento e reconsideração da decisão, inabilitou a entidade, de forma que se retome a análise processual a fim de possibilitar a outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Carvalho Machado**, **Assistente Técnico**, em 24/04/2023, às 09:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fátima Alvarenga**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 24/04/2023, às 10:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 24/04/2023, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código **10868600** o código **5897683D**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10868600



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 735 / 2023

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL, de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 5996/2023/SEI-MCOM, constante no processo nº 53115.017160/2022-81, desobediência a decisão que inabilitou o CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM de Cuiabá, Mato Grosso do Sul, mediante o Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022, para a outorga do Serviço de Radiodifusão de São Gonçalo/RJ, retomando-se a análise processual.



Documento assinado eletronicamente por Daniela Kaupel Schettini, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 07/05/2023, às 16:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 3º, inciso I, da Lei nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código 9AC2A53F

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 1086868

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 10530/2023/MCOM

Brasília, 09 de maio de 2023

Ao Senhor
MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS
Representante Legal do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFMJ nº 24.323.931/0001-99)
Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba
24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53115.017160/2022-81.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos a **NOTA TÉCNICA Nº 5996/2023/SEI-MCOM** acompanhada do Despacho que recorreu a decisão de inabilitação da entidade, em razão do recurso administrativo interposto, para retomada das atividades.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de e-mail para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Alexandre Miranda Freire de Oliveira, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 09/05/2023, às 09:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **10868690** ou o código **F57C1003**.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10868690



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Data de Envio:

11/05/2023 14:57:36

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

LOCUTORCERTO@GMAIL.COM

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

SEI_MCOM - 10868690 - Ofício.pdf

SEI_MCOM - 10868600 - Nota Técnica.pdf

SEI_MCOM - 10868686 - Despacho de Decisão.pdf

Ofício_10868690.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div><div>NUMERO DE INSCRIÇÃO</div><div>24.323.931/0001-99</div><div>MATRIZ</div></div>	<div><div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div><div>CADASTRAL</div></div>	<div><div>DATA DE ABERTURA</div><div>16/10/2015</div></div>
<div><div>NOME EMPRESARIAL</div><div>CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM</div></div>		
<div><div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div><div>LITORAL FM</div></div>		<div><div>PORTE</div><div>DEMAIS</div></div>
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div><div>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div></div>		
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div><div>Não informada</div></div>		
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div><div>399-9 - Associação Privada</div></div>		
<div><div>LOGRADOURO</div><div>R JOSE MATOLA DE MIRANDA</div></div>	<div><div>NÚMERO</div><div>SN</div></div>	<div><div>COMPLEMENTO</div><div>LOTE 11 QUADRA09 CASA 02</div></div>
<div><div>CEP</div><div>24.752-055</div></div>	<div><div>BAIRRO/DISTRITO</div><div>IPIIBA</div></div>	<div><div>MUNICÍPIO</div><div>SAO GONCALO</div></div>
<div><div>UF</div><div>RJ</div></div>		
<div><div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div><div>LOCUTORCERTO@GMAIL.COM</div></div>		<div><div>TELEFONE</div><div>(21) 8151-6104</div></div>
<div><div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div><div>*****</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>ATIVA</div></div>		<div><div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>19/07/2022</div></div>
<div><div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>		<div><div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/05/2023 às 08:55:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 08:57:40 do dia 19/05/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/consultas/geral/nadaconsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MAZOCA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/05/2023 a 04/06/2023

Certificação Número: 2023050603141586015803

Informação obtida em 19/05/2023 08:58:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:58:49 do dia 19/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2023.

Código de controle da certidão: **27A0.BA9B.7721.393D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 21491603/2023
Expedição: 19/05/2023, às 08:59:15
Validade: 15/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Desporto de São Paulo, domicílio dos dirigentes, não foram encontradas ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 7º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, com redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, em nada, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária de Vida FM, a a que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão, para que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto ao débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, Receita Federal da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDE - Comissão Nacional de Débitos Trabalhistas, conforme o evento SEI (10914955).

Brasília, 19 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Renato Topioli Iglezias, Assessor Técnico-Administrativo, em 22/05/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código ACPAC262.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10914957



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

- | | | |
|--|--------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div>igual a</div> | <div>Atividade de Inspeção</div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div>contém</div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div>contém</div> | <div>CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF</div> |

> Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Márcio Ribeiro dos Santos</div>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Rômulo Braga Verlinde

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Paulo Henrique da Silva Dutra</div>

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div>▼</div></div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div>24323931000199</div>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="88245020753"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div>▼</div></div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div>15105335759</div>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div>▼</div></div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div>12163591727</div>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 225221

Lon: 525848


Raio: Raio (l

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81 do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, localizada em São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, a entidade possui registro de fiscalização por operação de transmissão de rádio-frequência, razão social, nome fantasia, endereço geográficos, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 19 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Ramaldo Topioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo, em 22/05/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 10914961 e o código 6802702.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10914961

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81

CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Nº do edital/66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022

Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022

Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 - CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (10104965)

4. Estatuto Social: (10104973,) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (10104975) para o período de 17/08/2019 a 16/08/2023

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (10104966) ... (10104972)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Márcio Ribeiro dos Santos	022874910370 10/10/1966	Windo Ribeiro dos Santos Luzia Ribeiro dos Santos	88245020751	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720368 26/01/1993	Georgina Augusto Campos Sonia Cristina da Silva Braga	Verlinde 15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591721	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)

9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)

10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)

11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)

11.1. Certidões (não são habilitantes)

11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)

11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)

11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)

11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10914955)

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de eleição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento corresponde à ata para alteração do estatuto social e estatuto, e não à Ata de Consolidação. A Ata de Eleição também não foi apresentada, que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia apresentada no lugar da Ata de Consolidação, de alteração do estatuto social e estatuto. Consoante determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

quações à Portaria:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art. 2º**
 - b) Garantia de ingresso gratuito, com 5º associado: **art. 5º**
 - c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art. 8º**
 - d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art. 9º**
 - e) Órgão administrativo: **art. 12º**
 - f) Atribuições do Órgão administrativo: **art. 13º**
 - g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida a recondução para um só período: **art. 14º**
Solicitar complementação para que fique explícita a previsão de não permanência dos mesmos diretores diversos, após a única recondução possível, conforme orientação da Conjur em caso semelhante.
 - h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art. 15º**
- 1.2 Adequação ao Código Civil:**
- a) Denominação, finalidade: **arts. 1º e 2º**
 - b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão de associados: **arts. 5º e 9º**
Não estão presentes os requisitos para a demissão; somente estão presentes os requisitos para a admissão.
 - c) Direitos e deveres dos associados: **art. 8º**
 - d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 17º**
 - e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **art. 14º**
 - f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 18 e 19**
 - g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art. 11º**
 - h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de recurso à Assembleia: **art. 9º**
 - i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores, aprovação das contas, alteração das disposições estatutárias e para a dissolução, convocação dos órgãos deliberativos e quórum estabelecido no estatuto): **art. 11º**
 - j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 11º**
 - k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 19º**

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (pg. 1 - 10914955)
- 2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 10914955)
- 2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 10914955)
- 2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 10914955)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)

3. Pesquisa Antecipada (pgs. 2/3 - 10914955) e (10914961)

4. Anexo 6/ART: **Solicitar o encaminhamento.**

OBSERVAÇÕES:

22/05/2023 Documentação referente à Fase Habilitação completa. Como não há concorrente na localidade, a Comissão de Habilitação encaminha a documentação para a Convocação para a Fase de Instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Ronald Topioli Iglezias**, Assessor Técnico-Administrativo, em 22/05/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do **Decreto nº 10.543/2020**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v>
verificando o código 9091CB5F

ReferênciaProcesso nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10914965

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

_____o_____,_____,_____o_____,_____,_____”W

FABRICANTE

POTÊNCIA

Nº

[illegible]

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

[illegible]

MODELO
POLARIZAÇÃO

V C E H

TIPO

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

dBd	,	m	,	m	,	m
-----	---	---	---	---	---	---

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

PERSONAL INFORMATION										EDUCATION										EMPLOYMENT										FINANCIAL INFORMATION									
NAME	DATE OF BIRTH	SEX	ETHNICITY	RELIGION	MARRITAL STATUS	NUMBER OF CHILDREN	ADDRESS	CITY	STATE	ZIP	SCHOOL	DEGREE	MAJOR	MINOR	GRADUATION DATE	EMPLOYER	POSITION	START DATE	END DATE	REASON FOR LEAVING	ANNUAL INCOME	TOTAL ASSETS	TOTAL LIABILITIES	CREDIT SCORE															
John Doe	1985-03-15	Male	White	Christian	Married	2	123 Main St	New York	NY	10001	ABC High School	Bachelor's	Computer Science	Mathematics	2008	XYZ Corp	Software Engineer	2010-01-01	2015-12-31	Promoted to Senior Engineer	\$80,000	\$150,000	\$50,000	720															
Jane Smith	1990-07-22	Female	Black	Muslim	Single	0	456 Oak Ave	Los Angeles	CA	90001	DEF High School	Bachelor's	Biology	Chemistry	2012	GHI Inc	Marketing Specialist	2013-03-15	2016-06-30	Resigned to pursue graduate studies	\$65,000	\$75,000	\$20,000	680															
Robert Johnson	1978-11-05	Male	Hispanic	Buddhist	Divorced	1	789 Pine Rd	Chicago	IL	60601	JKL High School	Master's	Physics	Astronomy	2005	MNO Corp	Research Scientist	2007-09-01	2014-08-31	Retired	\$95,000	\$200,000	\$80,000	750															
Emily White	1992-04-18	Female	Asian	Hindu	Single	0	101 Elm St	San Francisco	CA	94101	PQR High School	Bachelor's	Psychology	Sociology	2014	STU Corp	Human Resources	2015-01-01	2017-12-31	Current Employee	\$70,000	\$90,000	\$10,000	700															
Michael Brown	1988-09-10	Male	White	Christian	Married	1	202 Maple Dr	Phoenix	AZ	85001	VWX High School	Bachelor's	Business Administration	Finance	2011	YZA Corp	Financial Analyst	2012-07-01	2018-03-31	Current Employee	\$78,000	\$110,000	\$30,000	710															

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

[illegible]

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

G_{ht} = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

 η = Eficiência da linha de transmissão.

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA



$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \text{____} - 20 \log \text{____} = \text{____} \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 - DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico <u>encaminhado em anexo</u> .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria n°. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 - DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDEREÇO

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

[illegible]

					-			
--	--	--	--	--	---	--	--	--

A horizontal number line with 11 equally spaced tick marks. The tick marks are labeled with integers from 0 to 10, starting from the left and increasing to the right.

[illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

--

[illegible]

A horizontal number line with 20 tick marks, labeled from 1 to 20.

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 13477/2023/MCOM

Brasília, 22 de maio de 2023

Ao Senhor
MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS
Representante Legal do CENTRO CULTURAL VIDA FM - COVFM nº 24.323.931/0001-99)
Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba
24.752-055 - São Gonçalo/RJ

**Assunto: PROCESSO nº 53115.017160/2022-81. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RETOMADA DA ANÁLISE PROCESSUAL
RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de **CENTRO CULTURAL VIDA FM - COVFM** a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na **São Gonçalo/RJ**, em razão do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União em 03/05/2022, cujo processo teve sua análise retomada conforme decisão constante da NOTATÉCNICA nº 5996/2023/SEI-MCOM (10868600) e do DESPACHO DE DECISÃO nº 735/2023 (10868686), encaminhados mediante ofício nº 13477/2023/MCOM (10868690).

2. Conforme arts. 274 e 275 da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo para recurso, cujo resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não ~~tem necessidade de publicação~~ de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não é legítimo para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, pelo parágrafo único da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023.

4. Assim, quando a entidade inscrita na **Sessão Pública** não como é o caso deste P, publicado o resultado definitivo da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para a fase de instrução. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada é **habilitada**.

5. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023, de acordo com os artigos 285 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação da documentação exigida.

5.1. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação de Rádio (Anexo XLII) e o Formulário de Responsabilidade Técnica (Anexo XLIII) em dois exemplares, assinados por profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 286, § 2º da Lei nº 9.612/1998).

Observação: 1 O Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLII) deve vir acompanhado de Responsabilidade Técnica (Anexo XLIII) em dois exemplares, assinados por profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 286, § 2º da Lei nº 9.612/1998).

Observação: 2 O Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade da entidade interessada, deverá obedecer às especificações no Capítulo IV da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023 e contar com as declarações previstas no Anexo XLII da mesma Portaria (art. 286, § 2º).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

5.2. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) determinações do art. 287 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe a seguir:

5.2.1. Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023: o estatuto social não contém expressamente a vedação de permanência dos mesmos dirigentes na diretoria da Associação, após a única recondução permitida que em cargos diversos, nos termos do disposto no art. 40, V, "b", da Portaria n.º 4334/2015, atual art. 287, V, "b", da Portaria de Consolidação nº 287 da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023, a saber:

O estatuto social deve conter expressamente as disposições da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023, a saber:

- Art. 287. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:
- I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;
 - II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;
 - III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;
 - IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas para os cargos diretivos; e
 - V - especificação do órgão em que se encontra a entidade do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:
 - a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;
 - b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida a recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que dispõe a Portaria.

Observação: 1a Em sede de requerimento do interessado o preenchimento de formulário de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação: 2a Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado ao Livro Ado Cartório de Pessoas Jurídicas.

5.2.2. Art. 54, inciso II do Código Civil: a entidade deve conter também os requisitos para a admissão e exclusão dos associados.

Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo ao Código Civil.

Observação: 1a Em sede de requerimento do interessado o preenchimento de formulário de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação: 2a Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado ao Livro Ado Cartório de Pessoas Jurídicas.

6. Observe-se que a entidade deve manter a situação regularizada em relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendências esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

7. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja feita antes do prazo. Não se aplica a prorrogação de prazo quando o prazo for improrrogável.

Art. 288. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações cumprirá no prazo de trinta dias, uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Registro de Pessoas Jurídicas, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, **notifica** a Enade para que se manifeste apresentando o documento esclarecedor entendido como pementes, **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta decisão, sob pena de **indeferimento** nos termos do art. 290, inciso I da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada em 06/04/2023.

9. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, **o número do processo, bem como deste o ci**o a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

10. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema de recebimento de documentos eletrônicos, acessível pelo seguinte caminho: <https://www.gov.br/servicos> >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal gov.br. Caso não possua, solicite-o no endereço <https://acesso.gov.br/>.

11. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser solicitada por correspondência eletrônica para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barreto**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 22/05/2023, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> informando o código **10917254** e o código **9835CFE1**.

Anexos:

- Anexo 6 da Portaria - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (10917228).

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10917254



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Data de Envio:
24/05/2023 11:33:06

De:
MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:
locutorcerto@gmail.com

Assunto:
Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

Mensagem:
Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
SEI_MCOM - 10917254 - Ofício.pdf
controlador.php.pdf
Oficio_10917254.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81

CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Nº do edital/66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022

Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022

Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 - CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (10104965)

4. Estatuto Social: (10104973, 10964517) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (10104975) para o período de 17/08/2019 a 16/08/2023

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (10104966) ... (10104972)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Márcio Ribeiro dos Santos	022874910370 10/10/1966	Windo Ribeiro dos Santos Luzia Ribeiro dos Santos	88245020751	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720368 26/01/1993	Georgina Augusto Campos Sonia Cristina da Silva Braga	Verlinde 15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591721	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)

9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)

10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)

11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)

11.1. Certidões (não são habilitantes)

11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)

11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)

11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)

11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10914955)

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de eleição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento corresponde à ata para alteração do estatuto social e estatuto, e não à Ata de Consolidação. A Ata de Eleição também não foi apresentada, que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia apresentada no lugar da Ata de Consolidação, de alteração do estatuto social e estatuto. Consoante determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua tramitação constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

quações à Portaria:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Documento assinado eletronicamente por **Ramalo Topioli Iglezias**, Analista Técnico-Administrativo, em 03/08/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v> verificando o código **11044583**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 11044583

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e
Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Out
Estatual

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, autoriza-se para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, a ser realizado em CCVFM na localidade de SÃO GONÇALO/RN, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente assinado pelo profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (artº 3º, 334, de 17/09/2015). OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.	10964512, pág. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: OBS.: Deve ser verificadas as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.	SEI	SIM		
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno, no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	10964512, pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	10964512, pág. 03	X		
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	10964512, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a menos de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	10964512, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências de 30 kHz a 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	10964512, pág. 03	X		



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9ab25-e4ef-4af3970ad12fd7f765381

3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado indicado no Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	1096451212	pág.		
4. Anotação de Responsabilidade Técnica ART, com a assinatura do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	10964514	pág.		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de en dade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação anexo.	10464059	pág.		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de en dade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária e as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos para a execução do S464046 nos Municípios (art. 23, parágrafo único da Portaria nº 4.334 de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos.	10464046	pág.		

Desse modo, considera-se que a en dade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, e res autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educa (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução proces

Brasília, 03 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita M. C.**, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 04/08/2023, às 09:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Morgestern A.**, Engenheiro, em 04/08/2023, às 10:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineide Paiva dos Reis**, Engenheiro, em 04/08/2023, às 10:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v> verificando o código **11045246** o código **3876ADF5**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Process o nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11045246



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015	
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02	
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8151-6104	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/08/2023 às 09:09:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 09:16:56 do dia 10/08/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec-anatel/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)
<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/08/2023 a 07/09/2023

Certificação Número: 2023080921200348614967

Informação obtida em 10/08/2023 09:18:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
<https://mfpteg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:58:49 do dia 19/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2023.

Código de controle da certidão: **27A0.BA9B.7721.393D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 40240250/2023
Expedição: 10/08/2023, às 09:19:24
Validade: 06/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Desaparecidos, domicílio dos dirigentes, não foram encontradas ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior de Justiça, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 7º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, com redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, em nada, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária de Vida FM, a a que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão, por que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDE (Car de Débitos Trabalhistas) e os arquivos do evento SEI (11054874).

Brasília, 10 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Renato Topioli Iglezias, Assista Técnico-Administrativo em 05/12/2023, às 14:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código de verificação 11054874.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11054876



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF"/>

> Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Márcio Ribeiro dos Santos

Opções

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Rômulo Braga Verlinde

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div> <div>+</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Paulo Henrique da Silva Dutra</div>

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

24323931000199

Opções

☒ Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

88245020753

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="15105335759"/>

> Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="12163591727"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat:

225221

Lon:

425848

Raio:

Raio (k

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81 do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, localizada em São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, a entidade possui registro de fiscalização por operação de transmissão de rádio com o nome fantasia, endereço geográficos, razão social, nome fantasia, endereço geográficos, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 10 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Ramaldo Topioli Iglecias, Analista Técnico-Administrativo em 05/12/2023, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 3E30CEBE.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11054880



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
- XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
- XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 23059/2023/MCOM

Brasília, 10 de agosto de 2023

Ao Senhor
MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS
Representante Legal do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (CNPJ nº 24.323.931/0001-99)
Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba
24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: PROCESSO nº 53115.017160/2022-81. SANEAMENTO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de outorga de concessão para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Gonçalo/RJ, Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 06/06/2022.

2. Conforme art. 293 da Portaria GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2023, "a autoridade de Radiodifusão Comunitária poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos necessários para a análise do requerimento, sendo imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária".

3. Tendo em vista as disposições da Portaria GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1 **Ata de eleição dos novos dirigentes (art. 274, inciso IV)** O mandato da diretoria tem expiração em 16/08/2023. Assim, a entidade deverá apresentar a ata de eleição da nova diretoria, tão logo ocorra a eleição, em cartório.

Observação 1: a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Observação 2: os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no Edital nº 66/2022.

3.2 **Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas (art. 274, inciso I)** A alteração no quadro de dirigentes deve ser encaminhada em data anterior à apresentação do requerimento de outorga, com as declarações nele elencadas, conforme disposição do art. 274, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023. Ressalta-se que o Requerimento de Outorga deve ser assinado, para ter validade, pelo próprio punho, por todos os dirigentes.

Observação: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação de todos os dirigentes.

3.3 **Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores (art. 274, incisos V e VI)** Havendo alteração no quadro de dirigentes, a entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade de todos os diretores.

Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 274, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

VII - passaporte.

Observação: Não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioria de membros do Conselho Fiscal

Observação: CNH não é aceita para fins de comprovação de nacionalidade;

4. Reforça-se que a Enade deve manter a situação regularizada, com relação às taxas em vigor, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento e notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

5. Com base nessas informações, esta Coordenação de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, informa a Enade para que se manifeste apresentando os documentos esclarecedores entendidos como pertinentes, prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta decisão, sob pena de indeferimento nos termos do art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 05/06/2023.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deve ser mencionado o processo, bem como deste o, com o fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Enade manter o sistema devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que permite a apresentação de documentos de forma eletrônica, acessível pelo seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/>>Serviços>>Protocolo Digital do MCom>. Para utilizá-lo é necessário ter o cadastro no sistema. Caso não possua o cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

8. Por fim, indica-se que, se existir qualquer dúvida sobre este processo, poderá ser sanada pelo envio de correspondência eletrônica para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Vilma de Fátima Alvarenga, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 10/08/2023, às 11:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/vr/verifica> utilizando o código 11054906 e o código 6630F7E

Anexo:

- Modelo de Requerimento de Outorga (11054936)

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11054906



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Data de Envio:

10/08/2023 11:15:20

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

locutorcerto@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

ANEXO_2_outorga.pdf

Oficio_11054906.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015	
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02	
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8151-6104	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/09/2023 às 14:38:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:23:54 do dia 06/09/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://www.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/08/2023 a 26/09/2023

Certificação Número: 2023082806140724058924

Informação obtida em 06/09/2023 14:51:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:52:11 do dia 06/09/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/03/2024.

Código de controle da certidão: **CF5F.7D0A.9CE6.D62E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 46689255/2023
Expedição: 06/09/2023, às 14:52:42
Validade: 04/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Desporto de São Paulo, domicílio dos dirigentes, não foram encontradas ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 7º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, com redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, em nada, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária de Vida FM, a a que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão, para que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto ao débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, Receita Federal da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDE (Car de Débitos Trabalhistas) e os débitos em nome da entidade, conforme evento SEI (11101256).

Brasília, 08 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Renato Topiolli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo em 08/09/2023, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código de verificação 11102093.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11102093



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF

Opções

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Germano Leão Miranda"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral

Atividade

Tarefas

Wiki

Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Rômulo Braga Verlinde</div>

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Paulo Henrique da Silva Dutra"/>

> Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="24323931000199"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="20513741712"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div>▼</div></div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div>15105335759</div>

> Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div>▼</div></div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>todos</div><div>▼</div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div><div>igual a</div><div>▼</div></div>	<div>12163591727</div>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 225221

Lon: 425848

Raio: Raio (h

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, localizada em São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, não existe registro de fiscalização por operação que declare a razão social, nome fantasia, endereço geográficos, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 08 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Romulo Topioli Iglecias**, Analista Técnico-Administrativo, em 08/09/2023, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **1102099** e o código **E2709141**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11102099



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81

CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Nº do edital/66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022

Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022

Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 - CADSEI
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (11095004)
4. Estatuto Social: (10104973, 10964517) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (11095003) para o período de 17/08/2023 a 16/08/2027
 - 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (11095005)
 - 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda	182755660353 02/02/2000	Paulo Matias de Miranda Selma Leão Pereira Luiz	20513741711	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720368 26/01/1993	Georgina Augusto Campos Sônia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591721	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)
 - 11.1. Certidões (não são habilitantes)
 - 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)
 - 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)
 - 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)
 - 11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10914955)

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de eleição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento corresponde à ata para alteração do estatuto social e estatuto, e não à Ata de Conselho. A Ata de Eleição também não foi apresentada, que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia apresentada no lugar da Ata de Conselho, de alteração do estatuto social e estatuto. Consoante determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

quações à Portaria:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Documento assinado eletronicamente por **Ramalo Topiolli Iglezias**, Analista Técnico-Administrativo em 08/09/2023, às 11:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v> verificando o código **11102193** o código **20398996**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 11102193

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 26568/2023/MCOM

Brasília, 08 de setembro de 2023

Ao Senhor
GERMANO LEÃO MIRANDA
Representante Legal do CENTRO CULTURAL VIDA FM - COVFM (CNPJ nº 24.323.931/0001-99)
Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiíba
24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: PROCESSO nº 53115.017160/2022-81. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de CENTRO CULTURAL VIDA FM - COVFM a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na Associação de Ipiíba, em razão do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União nº 03/05/2022.

2. Considerando-se a alteração estatutária realizada pela entidade mediante a Assembleia Geral Ordinária de 02/06/2023 (BO964517) e suas observações nº 2, constantes dos subitens 5.2.1e 5.2.2 do OJ nº 13477/2023/MCOM (10917254), encaminhado em 24/05/2023, via Correspondência Eletrônica, requer-se que a entidade apresente ao processo:

- a cópia integral do estatuto social, em versão consolidada, com o seu texto já consolidado as últimas alterações realizadas; o documento deverá estar autenticado e aprovado do respectivo registro no Livro A do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

3. Reforça-se que a entidade deve manter situação regularizada em relação a todas as condições abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar a possibilidade de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
CND: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL
CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Salienta-se que esta solicitação será analisada pelo Ministério das Comunicações à Enade. Devido à ausência de resposta, a resposta intercorrerá apenas pela entrega dos documentos ou mesmo com o documento com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao pedido de outorga na forma do que determina o art. 1º c/c art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 03/06/2023.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública e s. tal, notifica a Enade para que se manifeste apresentando os documentos esclarecedores e entendidos como pertinentes, prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, sob pena de indeferimento nos termos do art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, o número do processo, bem como este o cjp a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação o correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser s correspondência eletrônica para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Vilma de Fátima Alvarenga, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 08/09/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 11102652 o código 87909F46

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11102652

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Data de Envio:
08/09/2023 14:05:27

De:
MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:
germanogxleao@gmail.com

Assunto:
Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:
Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico

Anexos:
Oficio_11102652.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Data/Hora: 04/10/2023 13:45:20

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: RJ	Município: São Gonçalo		
Município		Canal	Frequência
São Gonçalo		254	98,7

Usuário: - Data: 04/10/2023 Hora: 13:45:20



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/SRD/RADCOM/Relatorios/PlanoReferencia/Tela.asp?hdnImprimir=true

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM	TELEFONE (21) 8151-6104	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **04/10/2023** às **13:40:50** (data e hora de Brasília).Página: **1/1**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 13:42:18 do dia 04/10/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.sigec/Consultas/Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.sigec/Consultas/Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/09/2023 a 15/10/2023

Certificação Número: 2023091603192385577965

Informação obtida em 04/10/2023 13:43:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:43:49 do dia 04/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/04/2024.

Código de controle da certidão: **452B.B7E7.4937.1BFD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 53977875/2023
Expedição: 04/10/2023, às 13:44:28
Validade: 01/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Desapropriação e Indenização do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontradas ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 7º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, com redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, em nada, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária de Vida FM, a a que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão, por que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto ao débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, Receita Federal da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de débito perante o INSS, por meio da CNDE (Car de Débitos Trabalhistas) e inexistência de débito perante o SEI (11148947).

Brasília, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Renato Topiolli Iglezias, Assessor Técnico-Administrativo, em 04/10/2023, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código CC20DDAE.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11148947



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div>igual a</div> | <div>Atividade de Inspeção</div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div>contém</div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div>contém</div> | <div>CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF</div> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <input type="text" value="todos"/> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <input type="text" value="igual a"/> | <input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <input type="text" value="contém"/> | <input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <input type="text" value="contém"/> | <input type="text" value="Germano Leão Miranda"/> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Rômulo Braga Verlinde"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns


Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div>igual a</div> | <div>Atividade de Inspeção</div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div>contém</div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div>contém</div> | <div>Paulo Henrique da Silva Dutra</div> |

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <input type="text" value="todos"/> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <input type="text" value="igual a"/> | <input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <input type="text" value="contém"/> | <input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <input type="text" value="todos"/> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade | <input type="text" value="igual a"/> | <input type="text" value="24323931000199"/> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="20513741712"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="15105335759"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="12163591727"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat:

225221

Lon:


425848

Raio:

Raio (l

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, localizada em São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, não há registro de localização, registro de fiscalização por operação e razão social, nome fantasia, endereço geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Ramaldo Topioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo, em 04/10/2023, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 11148988 e o código 87009300.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11148988



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81

CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Nº do edital/66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022

Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022

Canal e Frequência: 254 - 98,7 (11148944)

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 - CADSEI
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (11095004)
4. Estatuto Social: (11147873) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (11095003) para o período de 17/08/2023 a 16/08/2027
 - 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (11095005)
 - 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda	182755660353 02/02/2000	Paulo Matias de Miranda Selma Leão Pereira Luiz	20513741711	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720368 26/01/1993	Georgina Augusto Campos Sônia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591721	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)
 - 11.1. Certidões (não são habilitantes)
 - 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)
 - 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)
 - 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)
 - 11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10914955)

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de eleição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento corresponde à ata para alteração do estatuto social e não à Ata de Conselho. A Ata de Eleição também não foi apresentada, que o documento encaminhado (10104975) é a mesma apresentada no lugar da Associação, de alteração do estatuto social e de eleição do Conselho. Conforma determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:



quações à Portaria:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Documento assinado eletronicamente por **Romaldo Topioli Iglezias**, Assalista Técnico-Administrativo em 04/10/2023, às 14:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v> verificando o código **9DB9BA8**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 11148990

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
NOTA TÉCNICA Nº 17473/2023/SEI-MCOM

Processo 53115.017160/2022-81.
Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo/RJ em atendimento ao Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União nº 03/05/2022.

ANÁLISE

2. A Enade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento nº 11095004, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02 Coordenadas geográficas: 22°52'21"S de latitude e 42°58'48"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerra em 05/06/2023.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612/1998 e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, publicado no DOU de 05/06/2023, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme check-list abaixo:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

ITEM	PG. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações e documentos elencados. (11095004)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado à finalidade da Lei nº 9.612 de 1998 e aos pressupostos da Portaria GM-MC/001, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023. (11147873)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas. (10784506)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas. (11095003)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes. (11095005)
6.	Manifestações de apoio à inicia válida, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. (10104976) (10621590)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. (10104972)
8.	Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria GM-MC/001, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023. (10964512) (10964503) (10964514) (10964515)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ. (pg. 1 - 11148947)
10.	Cidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (pgs. 2/3 - 11148947)
11.	Cidão que comprova a regularidade da entidade como Fundado de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (pg. 4 - 11148947)
12.	Cidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal. (pg. 1 - 11148947)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

13.	Cerdão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da En dade perante a dasto Trabalho, por meio da apresentação de cer nega va, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	11148987
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização FIS (11148988)	(11148987)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetr Portaria GM-MC nº 11, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho (11045246), constatou-se que as coordenadas geográficas Outorga tendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria GM-M 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (10464059).

7. Após consultas aos s Tribunal Regional Federal da 2ª Região Subseção Judiciária de São Gonçalo/ Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados perante as Justças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Desp

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão posiciona o deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à ap das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ramilton Topioli Iglezias**, Analista Técnico-Administrativo, em 09/10/2023, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weniceide dos Santos Leite**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta, em 09/10/2023, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barreto**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 09/10/2023, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v> verificando o código **11149014** o código **B052623E**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Process o nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11149014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminha Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-81, que trata da Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, inscrita no CNPJ nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária em conformidade com o que dispõe o art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.250, de 26 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requer ao Ministério das Comunicações a inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação dos postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da peça, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério expediu Parecer Técnico nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do Ministério expediu Parecer nº xxxxx/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentando considerações favoráveis à outorga.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria nº XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, as entidades envolvidas trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos os cidadãos.
6. Em conformidade com os preceitos legais, a outorga objeto do presente processo produzirá efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por Daniel Augusto Schettini, Diretor do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 25/10/2023, às 10:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código de verificação 11149139.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**MINUTA
PORTARIA**

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 9.612, tendo em vista o que consta do processo nº 53115.017160/2022-81, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, inscrito no CNPJ nº 14.083.888/0001-08, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02, na localidade de São José, no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito a renovação, no canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes e decretos complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço de radiodifusão comunitária a contar da data de publicação do ato de deliberação, a que se refere o art. 2º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Kauffmann Schettini**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 25/10/2023, às 10:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **1149144-40B43E8**.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11149141



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81
Interessado CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 17473 (11149014), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opinou deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa inobservância da checklist constante do item 4 da mencionada Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado ao Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Kauffmann Schettini**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 25/10/2023, às 10:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [art. 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **1E4026C3**.

Minutas e Anexos

Minuta de Exposição de Motivos (11149139)

Minuta de Portaria (11149141)

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11161668

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
[2027-6119/6915](tel:2027-61196915)

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n. 55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n. 01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária.



2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

(...)

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais conferência de documentos**

de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da **emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária** num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

ANÁLISE

2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.

3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.

(...)

5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.

CONCLUSÃO



6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência** pois os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade e economicidade administrativa**.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, **caput**, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetitiva de natureza da atividade jurídica de mera verificação do atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de março de 2022** disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer **não** abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que **a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referida manifestação, a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, deve ser anexada uma cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o caso.**

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos atos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e



responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, *caput* parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* §3º, da Constituição da República (art. 223, *caput* §3º e §5º, da CF; art. 6º, *caput* parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para a obtenção da autorização de RadCom é a **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 2023**.

26. No caso dos avisos de habilitação/edital publicados sob a égide da anterior **Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015**, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser feita à luz do que dispõe a legislação supramencionada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565>

II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja **apenas uma interessada** Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a **tempestividade** do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, **caput** inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, **caput** parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, **caput** parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado no REsp n. 1.955.888/SP^[1], com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que *“basta que residam na comunidade atendida pela comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora”*.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo *“razão social”* constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio *“no original”*, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos^[2] do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de **ausência completa** qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazoável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de



47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a **"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"** da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação **"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990"**. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência de condenação** de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação **"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"** da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculos** definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte **não** taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser **inabilitada** por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, **caput** parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, **caput** parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais o mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos **limites** art. 10, **caput** parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, **caput** parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar **"impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta"** e, portanto, deve **consultar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CENIS)**, eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte **checklist** de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, caput inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	<p>Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p> <p>Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, caput inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291caput incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).</p>	<p>Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p>



3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Verificação da localização da sedes da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, caput parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, caput parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação do membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga Com: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, caput parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, caput parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. **Em havendo uma única entidade interessada e essa estiver habilitada**, a documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do **resultado prévio da habilitação**, após finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do **resultado definitivo da habilitação** (art. 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a **fase de seleção (item II.2.2.2 infra)**

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade irradiantes"* e *"direta, quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; *entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta em* alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos **itens 40 a 44 supra**.

71. O Ministério deverá informar o **resultado prévio da seleção** após finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do **resultado definitivo da fase de seleção** a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da **fase de instrução** previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser **indeferido** o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se *"após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a autorização do concedente"*. Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** da entidade após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento a **substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerada**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m0leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão julgador por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, aa, ab, ac, ad, ae, af, ag, ah, ai, aj, ak, al, am, an, ao, ap, aq, ar, as, at, au, av, aw, ax, ay, az, ba, bb, bc, bd, be, bf, bg, bh, bi, bj, bk, bl, bm, bn, bo, bp, bq, br, bs, bt, bu, bv, bw, bx, by, bz, ca, cb, cc, cd, ce, cf, cg, ch, ci, cj, ck, cl, cm, cn, co, cp, cq, cr, cs, ct, cu, cv, cw, cx, cy, cz, da, db, dc, dd, de, df, dg, dh, di, dj, dk, dl, dm, dn, do, dp, dq, dr, ds, dt, du, dv, dw, dx, dy, dz, ea, eb, ec, ed, ee, ef, eg, eh, ei, ej, ek, el, em, en, eo, ep, eq, er, es, et, eu, ev, ew, ex, ey, ez, fa, fb, fc, fd, fe, ff, fg, fh, fi, fj, fk, fl, fm, fn, fo, fp, fq, fr, fs, ft, fu, fv, fw, fx, fy, fz, ga, gb, gc, gd, ge, gf, gg, gh, gi, gj, gk, gl, gm, gn, go, gp, gq, gr, gs, gt, gu, gv, gw, gx, gy, gz, ha, hb, hc, hd, he, hf, hg, hh, hi, hj, hk, hl, hm, hn, ho, hp, hq, hr, hs, ht, hu, hv, hw, hx, hy, hz, ia, ib, ic, id, ie, if, ig, ih, ii, ij, ik, il, im, in, io, ip, iq, ir, is, it, iu, iv, iw, ix, iy, iz, ja, jb, jc, jd, je, jf, jg, jh, ji, jj, jk, jl, jm, jn, jo, jp, jq, jr, js, jt, ju, jv, jw, jx, jy, jz, ka, kb, kc, kd, ke, kf, kg, kh, ki, kj, kk, kl, km, kn, ko, kp, kq, kr, ks, kt, ku, kv, kw, kx, ky, kz, la, lb, lc, ld, le, lf, lg, lh, li, lj, lk, ll, lm, ln, lo, lp, lq, lr, ls, lt, lu, lv, lw, lx, ly, lz, ma, mb, mc, md, me, mf, mg, mh, mi, mj, mk, ml, mm, mn, mo, mp, mq, mr, ms, mt, mu, mv, mw, mx, my, mz, na, nb, nc, nd, ne, nf, ng, nh, ni, nj, nk, nl, nm, nn, no, np, nq, nr, ns, nt, nu, nv, nw, nx, ny, nz, oa, ob, oc, od, oe, of, og, oh, oi, oj, ok, ol, om, on, oo, op, oq, or, os, ot, ou, ov, ow, ox, oy, oz, pa, pb, pc, pd, pe, pf, pg, ph, pi, pj, pk, pl, pm, pn, po, pp, pq, pr, ps, pt, pu, pv, pw, px, py, pz, qa, qb, qc, qd, qe, qf, qg, qh, qi, qj, qk, ql, qm, qn, qo, qp, qq, qr, qs, qt, qu, qv, qw, qx, qy, qz, ra, rb, rc, rd, re, rf, rg, rh, ri, rj, rk, rl, rm, rn, ro, rp, rq, rr, rs, rt, ru, rv, rw, rx, ry, rz, sa, sb, sc, sd, se, sf, sg, sh, si, sj, sk, sl, sm, sn, so, sp, sq, sr, ss, st, su, sv, sw, sx, sy, sz, ta, tb, tc, td, te, tf, tg, th, ti, tj, tk, tl, tm, tn, to, tp, tq, tr, ts, tt, tu, tv, tw, tx, ty, tz, ua, ub, uc, ud, ue, uf, ug, uh, ui, uj, uk, ul, um, un, uo, up, uq, ur, us, ut, uu, uv, uw, ux, uy, uz, va, vb, vc, vd, ve, vf, vg, vh, vi, vj, vk, vl, vm, vn, vo, vp, vq, vr, vs, vt, vu, vv, vw, vx, vy, vz, wa, wb, wc, wd, we, wf, wg, wh, wi, wj, wk, wl, wm, wn, wo, wp, wq, wr, ws, wt, wu, wv, ww, wx, wy, wz, xa, xb, xc, xd, xe, xf, xg, xh, xi, xj, xk, xl, xm, xn, xo, xp, xq, xr, xs, xt, xu, xv, xw, xx, xy, xz, ya, yb, yc, yd, ye, yf, yg, yh, yi, yj, yk, yl, ym, yn, yo, yp, yq, yr, ys, yt, yu, yv, yw, yx, yy, yz, za, zb, zc, zd, ze, zf, zg, zh, zi, zj, zk, zl, zm, zn, zo, zp, zq, zr, zs, zt, zu, zv, zw, zx, zy, zz.

Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência referida condenação** após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza"*, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculo**.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	<p>Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.</p>	Art. 290, inc. I, §1º e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina da publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).
84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).
85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).
87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).
88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.
89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à **[denominação do outorgado]**, inscrita no CNPJ sob **xxx/xxxx-xx**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de **[município e unidade da**

federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal **xxx**, cuja frequência é de **xxx** MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[**NOME DO MINISTRO**]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963^[3].

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.



III - CONCLUSÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m0leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide **item 89** deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos** a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL [N00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#); ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [00738000278202367](#) e da chave de acesso ebb26469

Notas

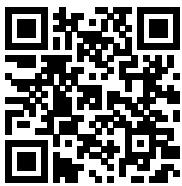
1. [△] ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas funcionalidades das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) a restrição do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área. 2. O Tribunal Regional da 3ª Região, por maioria, julgou improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema, para afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565>

o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[f]undações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo residência na área da comunidade atendida", **ou seja, basta que residam na comunidade comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora**.4. Recurso 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, g.n.).

2. ^Δ Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. A integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responde pela legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. ^Δ Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, daquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP:00738.000278/2023-67

INTERESSADO:Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO:Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

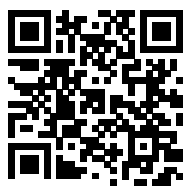
1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>

<https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

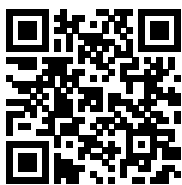
ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946294-1306089757

<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - CGU

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, localizada em São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sistema eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), não existe restrição pessoal ou jurídica (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração.

Brasília, 26 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Ramaldo Topioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo, em 26/10/2023, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código de verificação 1186344 e o código de segurança 00P1030F.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186344



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 16/10/2015</div>
<div>NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA</div>	<div>NÚMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02</div>
<div>CEP 24.752-055</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO IPIIBA</div>	<div>MUNICÍPIO SAO GONCALO</div>
<div>UF RJ</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (21) 8151-6104</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 26/10/2023 às 15:42:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:44:57 do dia 26/10/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://sigec.anatel.gov.br/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://sigec.anatel.gov.br/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/10/2023 a 22/11/2023

Certificação Número: 2023102407092335049968

Informação obtida em 26/10/2023 15:45:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:46:16 do dia 26/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2024.

Código de controle da certidão: **0DA3.CD03.3E8D.5236**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 59454084/2023
Expedição: 26/10/2023, às 15:46:44
Validade: 23/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo 53115.017160/2022-81

Entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontradas ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral, quanto aos vínculos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 7º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, com redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, estabelece que a en dade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, deve apresentar a en dade, que qualquer integrante da diretoria da en dade pertença a órgão, para que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.
3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da en dade, quanto ao débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, Receita Federal da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Carde de Débitos Trabalhistas) e do evento SEI (11186629).

Brasília, 26 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Renato Topiolli Iglezias, Assessor Técnico-Administrativo, em 26/10/2023, às 16:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 11186630 e o código 11186629.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186630



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81 CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Nº do edital: 66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022

Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022

Canal e Frequência: 254 - 98,7 (11148944)

1. Diretoria atual: (11095003) para o período de 17/08/2023 a 16/08/2027

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda	182755660353 02/02/2000	Paulo Matias de Miranda Selma Leão Pereira Luiz	20513741710	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720388 26/01/1993	Georgina Augusto Campos Verlinde Sônia Cristina da Silva Braga	151105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591720	Não

2. Certidões:

2.1. CNPJ: 11186629

2.2. Certidão FGTS: 11186629

2.3. Certidão PGFN: 11186629

2.4. Certidão CNDT: 11186629

2.5. Certidão CNDA: 11186629

3. Consulta ao CEIS: 11186344

4. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 11186630

5. Fiscaliza: 11148988

6. Minuta de Portaria: 11186369

7. Minuta de Exposição de Motivos: 11186372

OBSERVAÇÕES: PROCESSO INSTRUÍDO de acordo com Parecer Referencial 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 09/10/23 (11186339).



Documento assinado eletronicamente por Ramaldo Topioli Iglezias, Assessor Técnico-Administrativo, em 26/10/2023, às 16:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v> verificando o código AB1BDFA.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**MINUTA
PORTARIA**

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições, no disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 2015, e no art. 1º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização para a emissão de rádio FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 09.999.999/0001-99, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 09, Estado do Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de 10 (dez) anos, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes e complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em 10 (dez) dias, contado da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 26/10/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Knauf Schettini**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 06/11/2023, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código **058E35C**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhor Presidente da República,

1. Encaminha Vossa Excelência Processo nº 53115.017160/2022-81, que trata da Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para a criação de uma estação de rádio comunitária em nome da Associação Cultural Mida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária em conformidade com o que dispõe o art. 223 da Constituição Federal e a Lei nº 9.250, de 26 de fevereiro de 1998.
2. A emenda requerida ao Ministério das Comunicações para a inscrição para prestar Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação dos postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da peça, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que o Parecer nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGJUR da Procuradoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se faz uma análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria nº XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, as entidades envolvidas trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos os cidadãos.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo produz efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por Alexandre Miranda Freire de Oliveira, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 06/11/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Daniela Kauffel Schettini, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 06/11/2023, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v>
verificado o código 12301DBF

ReferênciaProcesso nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186372

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº 53115.017160/2022-81

Entidade **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

Ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

1. Atendidos todos os requisitos previstos no Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-M 09/10/2023, constante do processo NUP nº 00738.000278/2023-67, que está anexado a e dispensando-se assim a análise individualizada prevista no art. 301, da Portaria de Consolidação das diligências erigidas neste, conforme consta a seguir:

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser man da durante toda execução do serviço de comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se:

I.) verificar se estão dentro do prazo de validade as ~~ações~~ que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ok - 11186629)

II.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso ~~a~~ tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963. (ok - 11148988)

2. Esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do f Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral, seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barreto**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 26/10/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Kaupel Schettini**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 06/11/2023, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **11186374** ou o código **5048129**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11186369);
- Minuta de Exposição de Motivos (11186372).

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186374



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10985, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

AMINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUIA o disposto no art. 1º, inciso III, do I 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição conferida ao Presidente da República, no âmbito das atribuições dele previstas no art. 84, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 1º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria nº 1.000, de 12 de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.017160/2022-81,

RESOLVE:

Art. 1º Fica outorgada autorização ao Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ 06.940.818/0001-08, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02 - Ipiúba, na localidade de Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez (10) anos, a partir da data de outorga, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes e complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional
223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em até 30 dias contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Falestino Mendes**, Ministra de Estado das Comunicações substituta em 21/11/2023, às 20:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 11.222, de 24 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verificar_documento.php?codigo=14203052 o código CEPSOD63

ReferênciaProcesso nº 53115.017160/2022-81

Documento n° 11203052



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 07 de novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminha Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-84, à Portaria de Outorga de Autorização e Respeza documental que se encontra em andamento no Centro Cultural Mida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária em conformidade com o que dispõe o art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.250, de 27 de fevereiro de 1998.
2. A emenda requerida ao Ministério das Comunicações para a inscrição para prestar Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação dos postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da peça constante do pleito, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério, sob o nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é o nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU, da Procuradoria Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se concluiu a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que não há impedimento. Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações, Portaria MCOM nº 10985, de 7 de novembro de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, as entidades envolvidas trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos os cidadãos.
6. Em conformidade com os preceitos legais, a outorga objeto do presente processo produz efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Fausto**, Ministra de Estado das Comunicações, substituta, em 21/11/2023, às 20:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.641, de 24 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verificar_documento.php?codigo=1203055 o código **D264DDBC**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento n° 1120305



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12d77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43684/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10985/2023(11203052) e Exposição de Motivos nº 411/2023 (11203055)

Senhora Chefe de Gabinete,
De acordo com o disposto no Despacho nº 11186374/UB, encaminho a Portaria nº 10985/2023(11203052) e a Exposição de Motivos nº 411/2023 (11203055), para apreciação e as providências subsequentes.
Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 16/11/2023, às 19:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 11.186, de 14 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código de verificação **11203052** e o código de controle **72696457**.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11203059

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Imprimir Recibo

Página principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com solicitação de publicação de materiais com as seguintes características:

Data de envio: 23/11/2023 06:25:35
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9994960
Data prevista de publicação: 24/11/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

Os materiais enviados somente serão publicados nos dados e jornais indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de materiais nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valentia
21155900	ATO PORTARIA MCOM NA 11023.rtf	6c6f6eab16dd4ed42a24ff6917a8799f	8,00	R\$ 311,36
21155901	ATO PORTARIA MCOM NA 10942.rtf	5f48ead11e8c93f6b6e0cbb1b68733b7	9,00	R\$ 350,28
21155902	ATO PORTARIA MCOM NA 11022.rtf	8c42ad6853f1785c94ba3a2d56d17b01	8,00	R\$ 311,36
21156043	ATO PORTARIA MCOM NA 11016.rtf	84217c7b2e9c0dee10a74ebd6c3b4a5e	9,00	R\$ 350,28
21156044	ATO PORTARIA MCOM NA 10985.rtf	60194cc19331d3a5a2dada885225a931	10,00	R\$ 389,20
21156045	ATO PORTARIA MCOM NA 10976.rtf	cbd0fae8a59c72fa1063e3af52e2dd6a	10,00	R\$ 389,20
21156046	ATO PORTARIA MCOM NA 11010.rtf	5525c49fe68083f43a505e18c77c07c9	10,00	R\$ 389,20
21156047	ATO PORTARIA MCOM NA 10983.rtf	84e959e0a7bea728a58cec3f27c811fc	9,00	R\$ 350,28
21156048	ATO PORTARIA MCOM NA 10984.rtf	2e01345bff00510aa59d5e6b150c098a	9,00	R\$ 350,28
21156049	ATO PORTARIA MCOM NA 10994.rtf	1ca6c59c2bfc83e07c7c9ba28d793765	9,00	R\$ 350,28
21156050	ATO PORTARIA MCOM NA 10979.rtf	e4dd47600507ae36179e1fb657d99889	9,00	R\$ 350,28
21156051	ATO PORTARIA MCOM NA 10980.rtf	81277f70f4dd09e9e3cc7484dcd3b237	9,00	R\$ 350,28
21156052	ATO PORTARIA MCOM NA 10989.rtf	f868e6b781f18f2045e6a05e40de877e	9,00	R\$ 350,28
21156053	ATO PORTARIA MCOM NA 10954.rtf	93f9e7db3838276aec9ce9dbc3dcfe8	7,00	R\$ 272,44
21156054	ATO PORTARIA MCOM NA 11012.rtf	d2a3bbc9f7d6ced367098a9c63c1d3d6	8,00	R\$ 311,36
21156055	ATO PORTARIA MCOM NA 11094.rtf	86551a537630d124156fd2655120395e	9,00	R\$ 350,28



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://n.gov.br/recibo-do?idof=9994960><https://n.gov.br/recibo-do?idof=9994960>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

21156056	ATO PORTARIA MCOM NA 11093.rtf	1c497729e73082fa 92c76310d7c1291f	16,00	R\$ 622,72
21156057	ATO PORTARIA MCOM NA 10950.rtf	358d1a68ab1199370a9f608b42cdd4b2	14,00	R\$ 544,88
21156058	ATO PORTARIA MCOM NA 10966.rtf	54ce84087e2aaf40 2f06f4e6d99966c8	9,00	R\$ 350,28
21156059	ATO PORTARIA MCOM NA 10986.rtf	90c431d1c160d309 895112dd4ba46711	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			191,00	R\$ 7.433,72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=9994960

<https://n.gov.br/recibo.do?idof=9994960>
<https://nfoileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/11/2023 | Edição: 223 | Seção: 1 | Página: 13

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.985, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, com base no inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21/9/2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 1º do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria MCOM nº 10.985, de 7 de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.017160/2022-1, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização ao Centro Cultural Vida FM - CCV, inscrita no CNPJ nº 24.323.931/0001-99, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/Nº, nº 100 - Ipiúba, na localidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, para execução de programação Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando frequência de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração em termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens em até seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

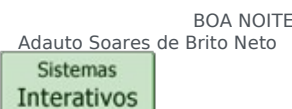
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRESIDENTE23CCVFM@GMAIL.COM	TELEFONE (21) 9339-1520	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **24/11/2023** às **18:02:18** (data e hora de Brasília).Página: **1/1**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>


[Menu Principal](#)
[SRD»» RADCOM»» Consultas»» Geral](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	RJ	Distrito:	
Município:	São Gonçalo	Sub Distrito:	
Canal:	254	Local Específico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM	CNPJ:	24.323.931/0001-99
Nome Fantasia:	LITORAL FM	Bairro:	Ipiíba
Logradouro:	Rua José Matola de Miranda	Número:	S/N
Telefone:	(21) 99339-1520	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	24323931000199	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	24752055	Logradouro:	Rua José Matola de Miranda		
Número:	S/N	Complemento:	Lote 11, Quadra 09, Casa 02	Bairro:	Ipiíba
Município:	São Gonçalo	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	21 99339-1520				Fax:

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	53115017160202281	Fistel:	50446958824
Caixa:		Sequência:	

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc.	SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		10985	Portaria	MC	07/11/2023	24/11/2023	Outorga	Jur.

[Tela Inicial](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>
<https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

24/11/2023

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44455/2023/MCOM

Brasília, 24 de novembro de 2023

Ao Senhor
Enio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 411 (11203055)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10985/2023/SEI-MCOM (11233813),
Exposição de Motivos 411 (11203055), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, Assistente, em 24/11/2023, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código **CEFG0DB**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11235341

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Brasília, 30 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-81, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo/RJ, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10985, de 7 de novembro de 2023, publicada no DOU de 24 de novembro de 2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35452/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.017160/2022-81.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, assinada pelo Senhor desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDA, para a outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 30/11/2023, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.116/2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 11248891.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11248891



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

ANEXO 1
CADASTRO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM				
Nome Fantasia:	MAIS FM	CNPJ:	24.323.931/0001-99		
Endereço de Sede:	R. Armino da Costa Quintão, S/n.º, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2, Bairro Ipíiba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055
Nome do representante legal:	Márcio Ribeiro dos Santos				
Endereço eletrônico (e-mail):	locutorcerto@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua José Mazoca de Miranda, S/n.º, Qd. 9, Lt. 11, Bairro Ipíiba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	R. Armino da Costa Quintão, S/n.º, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2, Bairro Ipíiba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	22 ° S 52 ' 21"			
	Longitude:	42 ° W 58 ' 48" ' "			

A entidade acima qualificada, regularmente constituída nos termos da legislação, vem, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 9º da Lei nº 9.612, de 1998, **SOLICITAR A ABERTURA DE EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA** para o Município acima identificado, onde se pretende instalar o sistema irradiante. Com este intuito, **DECLARO**, para os devidos fins, que estou ciente de que a apresentação deste requerimento não gera qualquer direito à autorização ou ao funcionamento de estação de rádio comunitária, não dá início ao processo de outorga, não confere direito de preferência e não dispensa a entidade de atender ao edital nas condições e prazos estabelecidos, conforme art. 10, §§1º, 2º e 3º, da Portaria nº 4.334/2015.

Márcio Ribeiro dos Santos

Assinatura do representante legal da entidade

15 DE DEZEMBRO DE 2020. São Gonçalo

Data, Município e UF

ATENÇÃO:- As coordenadas geográficas devem ser apresentadas na padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS" com apenas 02 dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.



ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM				
Nome Fantasia:	LITORAL FM	CNPJ:	24.323.931/0001-99		
Endereço de Sede:	Rua José Matola de Miranda, s/nº, Quadra 9, Lote 11, Casa 2, Bairro Ipiíba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-130
Nome do representante legal:	Márcio Ribeiro dos Santos				
Endereço eletrônico (e-mail):	locutorcerto@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd.9, Lt. 11, Casa 2, Ipiíba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-055

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

Endereço:	Rua José Matola de Miranda, s/nº, Quadra 9, Lote 11, Casa 2, Bairro Ipiíba				
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP:	24752-130
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 22º S 52' 21" Longitude: 42º W 58' 48"				

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 04/05/2022, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 2

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	Márcio Ribeiro dos Santos		
Cargo:	Diretor Geral (Presidente)	Tit. Eleitor:	0228 7491 0370
RG:	071779631-2	Órgão Emissor:	DETRAN RJ
		CPF:	882.450.207-53
Endereço:	Rua José Matola de Miranda, Qd. 9, Lt. 11, Bairro: Ipiíba		
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
		CEP:	24752-055
Assinatura:			

Nome do dirigente:	Rômulo Braga Verlinde		
Cargo:	Diretor Administrativo (Secretário)	Tit. Eleitor:	1534 5672 0388
RG:	26.565.331-1	Órgão Emissor:	DETRAN RJ
		CPF:	151.053.357-59
Endereço:	Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4, Lt. 14, Bairro: Ipiíba		
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
		CEP:	24752-160
Assinatura:			

Nome do dirigente:	Paulo Henrique da Silva Dutra		
Cargo:	Diretor de Operações (Tesoreroiro)	Tit. Eleitor:	1377 6271 0329
RG:	22296420-7	Órgão Emissor:	DIC RJ
		CPF:	121.635.917-27
Endereço:	Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lt. 25, Bairro: Ipiíba		
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
		CEP:	24752-058
Assinatura:			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Solitação Requerimento de Outorga (1010456)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 3

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

DECLARAÇÃO DE MAIORIDADE
E NACIONALIDADE

São Gonçalo, 24 de Junho
de 2022...

Eu Márcio Ribeiro dos Santos,
com base nos documentos juntados,
declaro e comprovo ser
de maioridade, natural do
Rio de Janeiro, BR e luso.
Nascido em 10 de Outubro de
1966.

Márcio Ribeiro dos Santos
Márcio Ribeiro dos Santos
CPF. 882458207-53







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
11.ª CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
AVENIDA SUBURBANA N.º 6776 - 1.º ANDAR - PILARES - TELEFONE: 564-9898
Oficial - GERSON ANDRADE DE GOUVEIA QUEIROZ

CASAMENTO

N.º

49764

LIVRO BE-125

FOLHA N.º

137

Aos 12 de junho de mil novecentos e noventa e quatro
nos termos da lei 6015/73, inscrevo o casamento de Marcio Ribeiro dos Santos
com Madlene de Araújo
Jo Barboza Lima - que adotou o nome de

Madlene Lima dos Santos

ELE, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascido aos 10 de outubro de 1966

estado civil solteiro

profissão radialista

residente à nesta cidade

filho de Arlindo Ribeiro dos Santos

e de Luzia Ribeiro dos Santos

ELA, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascida aos 02 de junho de 1967

estado civil solteira

profissão radialista

residente à nesta cidade

filha de Gentil Barboza Lima

e de Meriam de Araujo Barboza Lima

ATO realizado aos 13 de maio de 1994

às 20 horas e - minutos, sob rito evangélico

na Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro

perante o Rev. Silas de Freitas Oliveira

e as testemunhas Teófilo Câmara de Oliveira

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão engenheiro

estado civil casado

residente à nesta cidade

e Márcio Corrêa

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão radialista

estado civil casado

residente a nesta cidade

sob o

REGIME DE Comunhão parcial de Bens.

Os nubentes exibiram os documentos exigidos pelo art. 180 do Código Civil n.ºs 1, 2. Os editais foram publicados no D. O. de 07 / 04 / 19 94, tendo o processo tomado o n.º 91.161

Observações: Em tempo ressalvo a emenda onde se lê: - "Lima". -

Certifico e dou fé que a presente é CERTIDÃO ORIGINAL, inteiro teor, de ato lavrado neste Cartório. Certidão extraída de conformidade com o parágrafo 1.º do art. 19, da Lei 6.015 de 73.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 13 JUN 1994 de 19

Cotagem Tab. 2, n.º II.

FIRMA

11.ª CIRCUNSCRIÇÃO

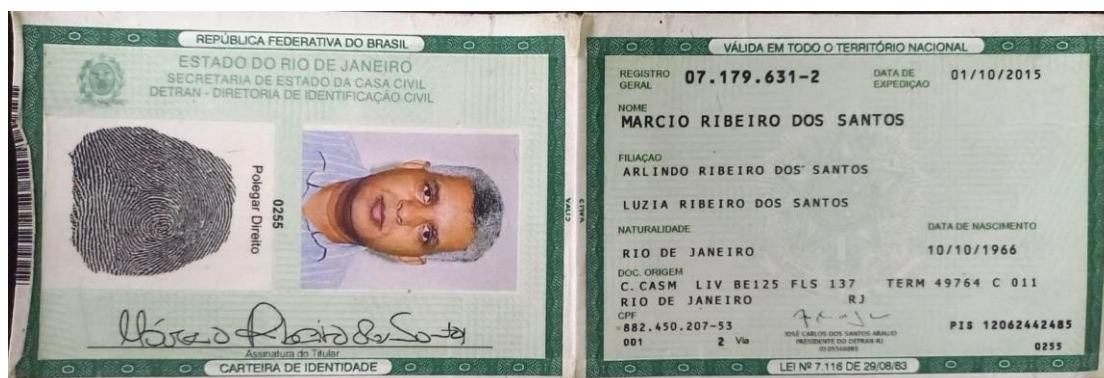
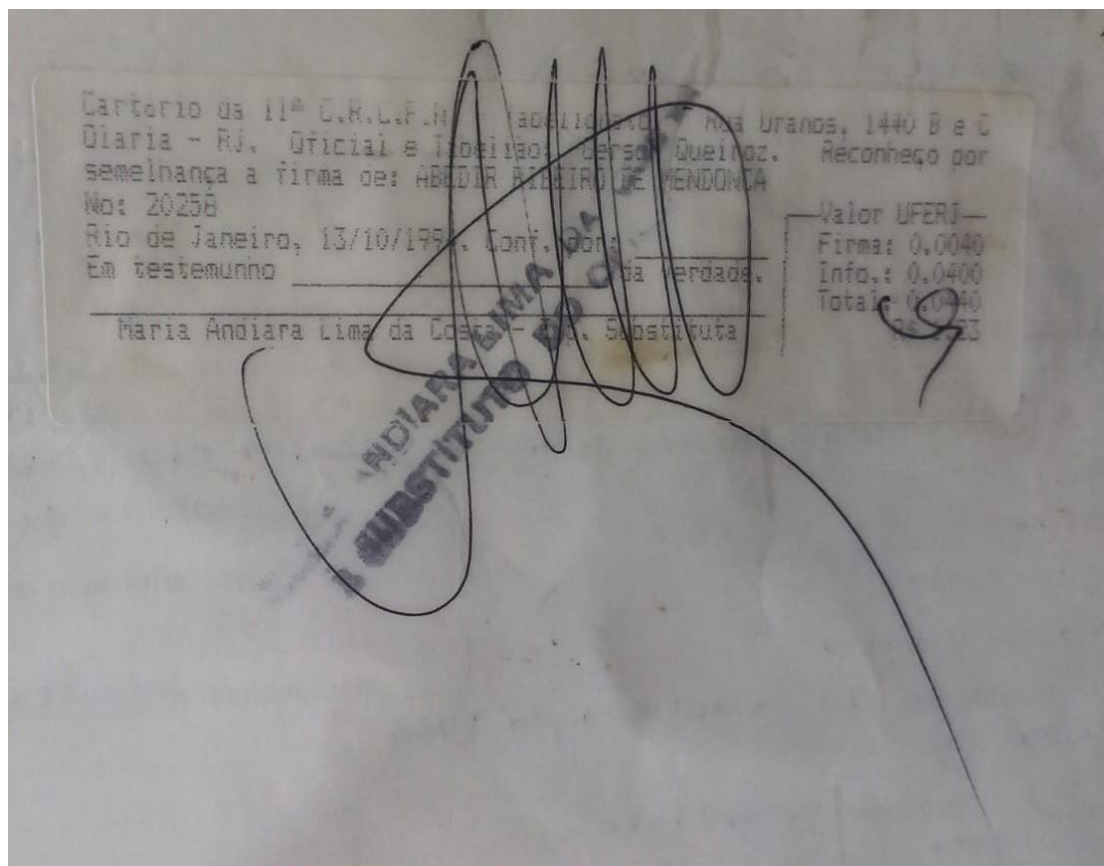
AV. Suburbana, 6776

Pilares

Gerison Andrade de Gouveia Queiroz
Gerison Andrade de Gouveia Queiroz
O. AUTORIZADO

PREVINA-SE CONTRA O CÂNCER





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO
10/10/1966

INSCRIÇÃO
0228 7491 0370

ZONA
069

SEÇÃO
0413

MUNICÍPIO / UF
SÃO GONÇALO/RJ

DATA DE EMISSÃO
08/10/2015

JUIZ ELEITORAL
Des. Edson Vasconcelos

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **882.450.207-53**

Nome: **MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS**

Data de Nascimento: **10/10/1966**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:44:11** do dia **24/06/2022** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **8699.52C8.705B.8B97**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"
(/Servicos/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

DECLARAÇÃO DE NACIONALIDADE

São Gonçalo, 24 de Junho
de 2022...

Eu Márcio Ribeiro dos Santos,
com base nos documentos juntados,
declaro e comprovo ser
de nacionalidade, natural do
Rio de Janeiro, BR 61000.
Nascido em 10 de Outubro de
1966.

Márcio Ribeiro dos Santos
Márcio Ribeiro dos Santos
CPF. 882458207-53







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL
11.ª CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
AVENIDA SUBURBANA N.º 6776 - 1.º ANDAR - PILARES - TELEFONE: 564-5856
Oficial - GERSON ANDRADE DE GOUVEIA QUEIROZ

CASAMENTO

N.º

49764

LIVRO BE-125

FOLHA N.º

137

Aos 12 de junho de mil novecentos e noventa e quatro
nos termos da lei 6015/73, inscrevo o casamento de Marcio Ribeiro dos Santos
com Madlene de Araújo
Jo Barboza Lima - que adotou o nome de

Madlene Lima dos Santos

ELE, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascido aos 10 de outubro de 1966

estado civil solteiro

profissão radialista

residente à nesta cidade

filho de Arlindo Ribeiro dos Santos

e de Luzia Ribeiro dos Santos

ELA, natural de Rio de Janeiro nacionalidade brasileira

nascida aos 02 de junho de 1967

estado civil solteira

profissão radialista

residente à nesta cidade

filha de Gentil Barboza Lima

e de Meriam de Araujo Barboza Lima

ATO realizado aos 13 de maio de 1994

às 20 horas e - minutos, sob rito evangélico

na Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro

perante o Rev. Silas de Freitas Oliveira

e as testemunhas Theófilo Câmara de Oliveira

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão engenheiro

estado civil casado

residente à nesta cidade

e Márcio Corrêa

nacionalidade brasileira

idade - anos,

profissão radialista

estado civil casado

residente a nesta cidade

sob o

REGIME DE Comunhão parcial de Bens.-

Os nubentes exibiram os documentos exigidos pelo art. 180 do Código Civil n.ºs 1, 2. Os editais foram publicados no D. O. de 07 / 04 / 19 94, tendo o processo tomado o n.º 91.161

Observações: Em tempo ressalvo a emenda onde se lê: - "Lima". -

Certifico e dou fé que a presente é CERTIDÃO ORIGINAL, inteiro teor, de ato lavrado neste Cartório. Certidão extraída de conformidade com o parágrafo 1.º do art. 19, da Lei 6.015 de 73.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 13 JUN 1994 de 19

Cotagem Tab. 2, n.º II.

FIRMA

11.ª CIRCUNSCRIÇÃO

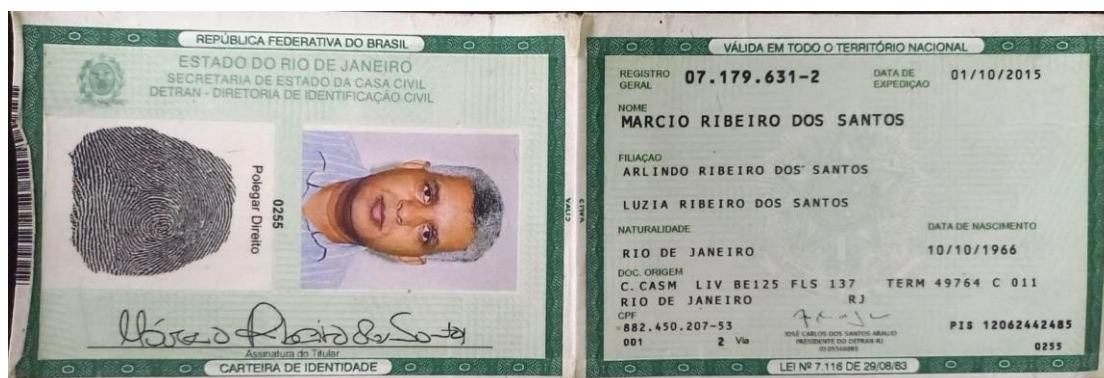
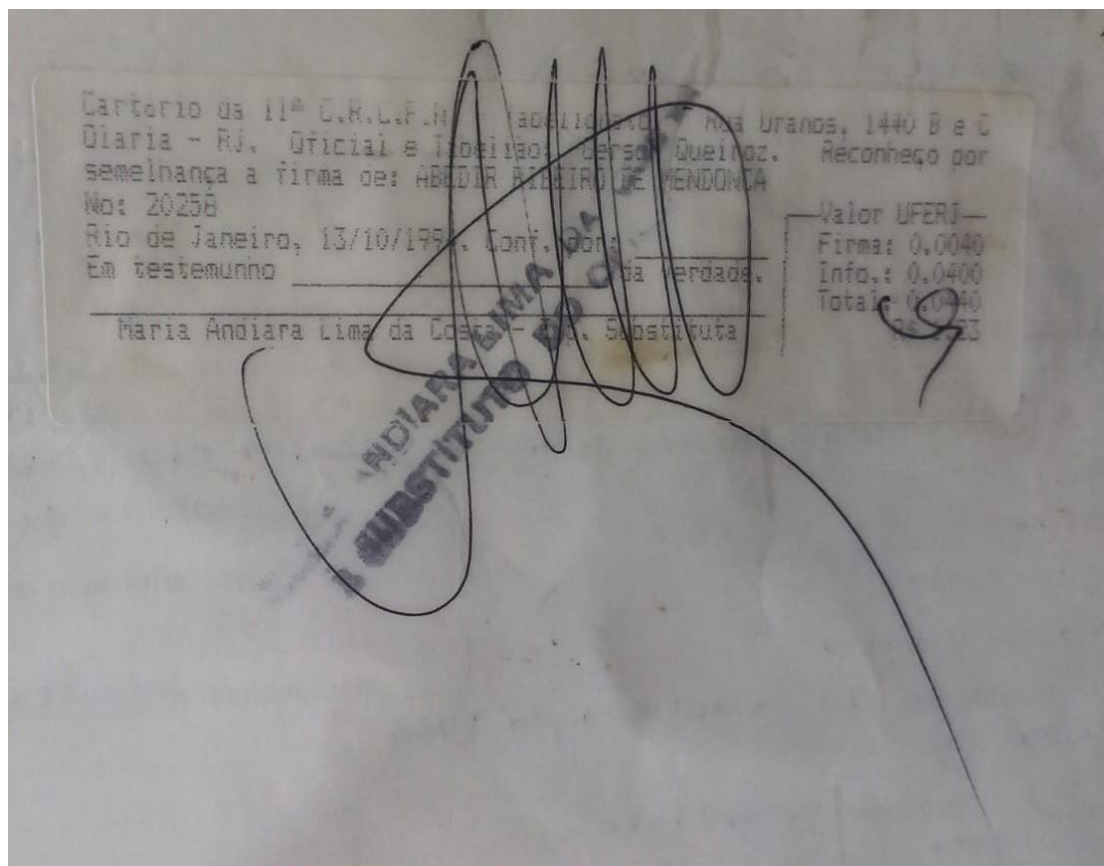
AV. Suburbana, 6776

Pilares

Gerison Andrade de Gouveia Queiroz
Gerison Andrade de Gouveia Queiroz
O. AUTORIZADO

PREVINA-SE CONTRA O CÂNCER





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO

10/10/1966

INSCRIÇÃO

0228 7491 0370

ZONA

069

SEÇÃO

0413

MUNICÍPIO / UF

SÃO GONÇALO/RJ

DATA DE EMISSÃO

08/10/2015

JUIZ ELEITORAL

Edson Vasconcelos Des. Edson Vasconcelos

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Marcio Ribeiro dos Santos

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **882.450.207-53**

Nome: **MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS**

Data de Nascimento: **10/10/1966**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:44:11** do dia **24/06/2022** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **8699.52C8.705B.8B97**



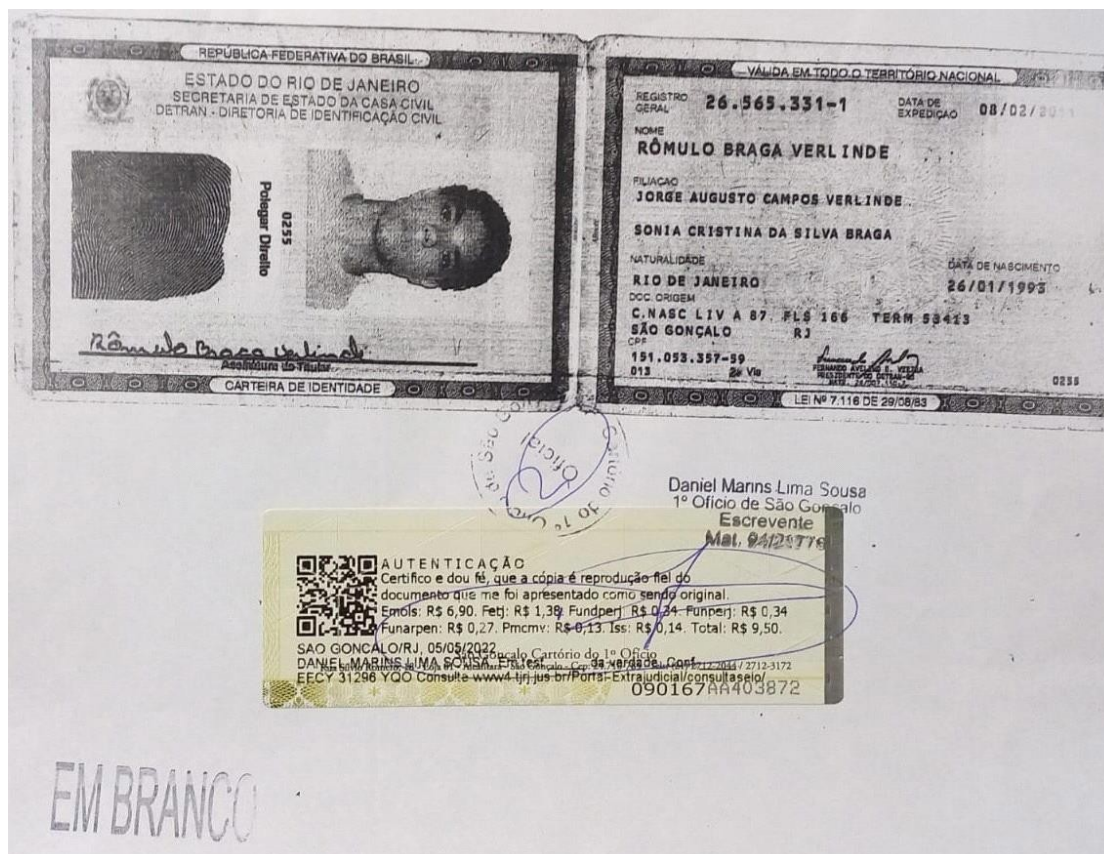
Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"
(/Servicos/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 26.565.331-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/02/2011

NOME RÔMULO BRAGA VERLINDE

FILIAÇÃO JORGE AUGUSTO CAMPOS VERLINDE

SONIA CRISTINA DA SILVA BRAGA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993

DOC. ORIGEM C.NASC LIV A 87 FLS 166 TERM 53413

SÃO GONÇALO RJ

CPF 151.053.357-59

013 2ª Via

FERNANDO AVELINO B. VIEIRA
PESIDENTE DO DETRAN-RJ
DATA: 24/02/2012

0235

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RÔMULO BRAGA VERLINDE

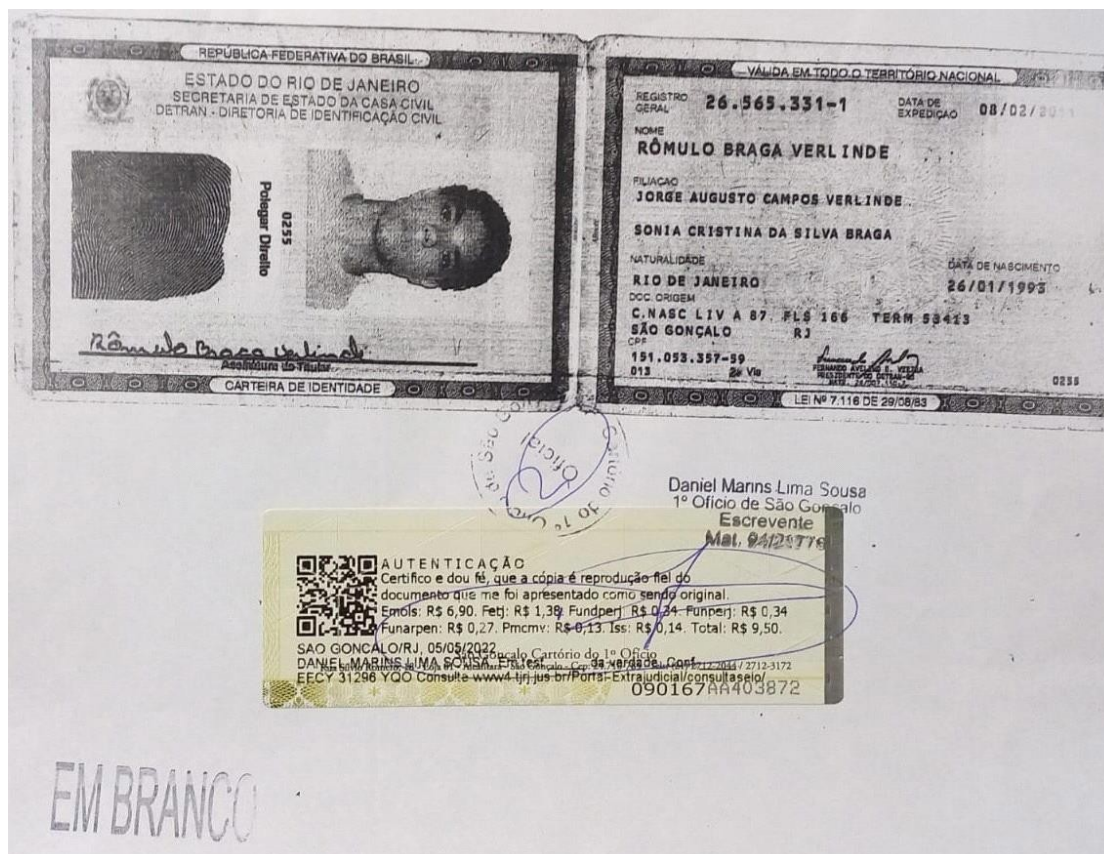
DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993 Nº INSCRIÇÃO 1534 5672 0388 D.V. ZONA 134 SEÇÃO 0048

MUNICÍPIO / UF SÃO GONÇALO/RJ DATA DE EMISSÃO 07/05/2012

JUIZ ELEITORAL PRESIDENTE TRE-RJ

VÁLIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 26.565.331-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/02/2011

NOME RÔMULO BRAGA VERLINDE

FILIAÇÃO JORGE AUGUSTO CAMPOS VERLINDE

SONIA CRISTINA DA SILVA BRAGA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993

DOC. ORIGEM C.NASC LIV A 87 FLS 166 TERM 53413

SÃO GONÇALO RJ

CPF 151.053.357-59

013 2ª Via

FERNANDO AVELINO B. VIEIRA
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
DATA: 24/02/2012

0235

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR RÔMULO BRAGA VERLINDE

DATA DE NASCIMENTO 26/01/1993 Nº INSCRIÇÃO 1534 5672 0388 D.V. ZONA 134 SEÇÃO 0048

MUNICÍPIO / UF SÃO GONÇALO/RJ DATA DE EMISSÃO 07/05/2012

JUIZ ELEITORAL PRESIDENTE TRE-RJ

VÁLIDA SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA

DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICACAO CIVIL

0235

Polígara Direita

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22.296.420-7 DATA DE EXPEDICAO 10/12/2004

NOME PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

FILIAÇÃO RAUL CEZAR DUTRA DA SILVA

ESPOSINA ROSA DA SILVA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988

DOC ORIGEM C. NASC. LIV. A-A-09 EL. 3542 TERM 3542 RJ

CPF 000.000.000-00

009 1 V1B

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Vinicius Silveira de Oliveira

1º Ofício de São Gonçalo

Escrevente

M. 94/2086

Carimbo do 1º Ofício de São Gonçalo

Oficial

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.

Emols: R\$ 6,00. Fetj: R\$ 1,20. Fundperj: R\$ 0,30. Funperj: R\$ 0,30

Funarpen: R\$ 0,24. Dmcmv: R\$ 0,12. Iss: R\$ 0,12. Total: R\$ 8,28

SÃO GONÇALO/RJ, 08/05/2020

VINICIUS S DE OLIVEIRA. Em test. da verdade. Conf.

EDKR 08659 RZH Consulte <https://www4-1.jus.br/republico>

Rua Sôro Romero, 18 - Loja 01 - Alcatraz - São Gonçalo - Cep: 24.710-205 - Tele: (21) 2712-2044 / 2712-3172

090167 AA324982



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1456548024

NOME
PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
222964207DICRJ

CPF
121.635.917-27

DATA NASCIMENTO
07/10/1988

FILIAÇÃO
PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA
GEORGINA ROSA DA SILVA

PERMISSÃO
[REDACTED]

ACC
[REDACTED]

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05720968396

VALIDADE
21/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
02/03/2013

OBSERVAÇÕES

Paulo Henrique da Silva Dutra
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
23/05/2017

[Signature]
ASSINATURA DO EMISSOR

07410554275
RJ172687837

RIO DE JANEIRO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DATA DE NASCIMENTO **07/10/1988** Nº INSCRIÇÃO **1377 6271 0329** D.V. ZONA **069** SEÇÃO **0535**

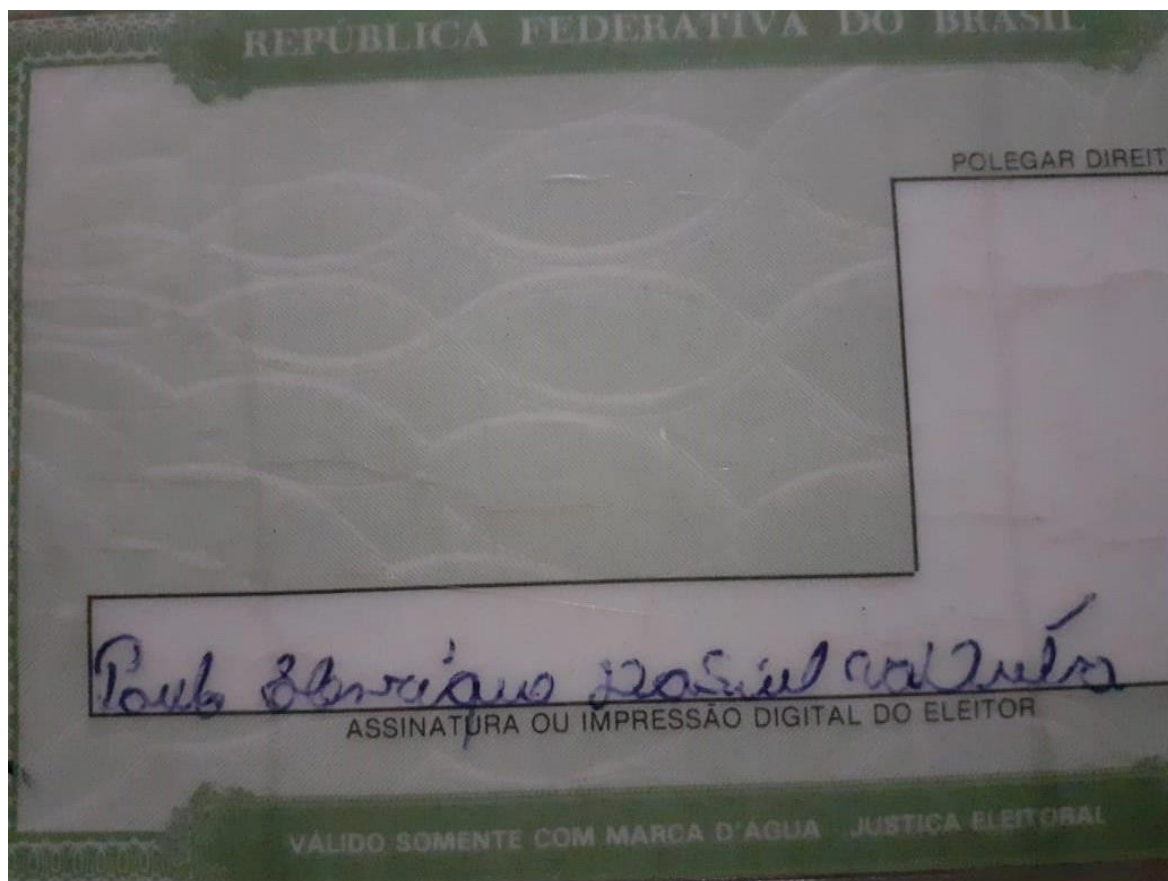
MUNICÍPIO / UF **SÃO GONÇALO/RJ** DATA DE EMISSÃO **24/04/2006**

JUIZ ELEITORAL
[Assinatura]

PRESIDENTE
TRE-RJ

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22.296.420-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/12/2004

NOME PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

FILIAÇÃO PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA

GEORGINA ROSA DA SILVA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988

DOC ORIGEM C.NASC LIV A-A-09 FLS 71 TERM 3542 NITERÓI RJ

CPE 000.000.000-00 009 1 Via

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

LUIS ANTONIO ABRANTES COELHO
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
RAT. 24/006.301 0255



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 22.296.420-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/12/2004		NOME PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA	
FILIAÇÃO RAUL CEZAR DUTRA DE SILVA GEORGINA ROSSA DA SILVA		DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988	
NATURALIDADE RIO DE JANEIRO		DOB ORIGIN C. NASC. LIV. A-A-09 EL 5-22-22 TERM 3542 RJ	
CPF 000.000.000-00 009 1 V1B		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

Vinicius Silveira de Oliveira
 1º Ofício de São Gonçalo
 Escrevente
 Matr. 94/2086

Carimbo do 1º Ofício de São Gonçalo
 Oficial

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.
 Emol: R\$ 6,00. Fetj: R\$ 1,20. Fundperj: R\$ 0,30. Funperj: R\$ 0,30.
 Funarpen: R\$ 0,24. Dmcmv: R\$ 0,12. Iss: R\$ 0,12. Total: R\$ 8,28.
 SÃO GONÇALO/RJ, 08/05/2020.
 VINICIUS S DE OLIVEIRA. Em test. da verdade. Conf.
 EDIR 08659 RZH Consulte <http://www4-1.rj.gov.br/república>
 Rua Sílrio Romero, 18 - Loja 01 - Alcatraz - São Gonçalo - Cep: 24.710-205 - Tele: (21) 2712-2044 / 2712-3172

090167 AA324982



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1456548024

NOME
PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
222964207DICRJ

CPF
121.635.917-27

DATA NASCIMENTO
07/10/1988

FILIAÇÃO
PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA
GEORGINA ROSA DA SILVA

PERMISSÃO
[REDACTED]

ACC
[REDACTED]

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05720968396

VALIDADE
21/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
02/03/2013

OBSERVAÇÕES

Paulo Henrique da Silva Dutra
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
23/05/2017

[Signature]
ASSINATURA DO EMISSOR

07410554275
RJ172687837

RIO DE JANEIRO

1456548024



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

DATA DE NASCIMENTO
07/10/1988

Nº INSCRIÇÃO
1377 6271 0329

D.V.
069

ZONA
0535

MUNICÍPIO / UF
SÃO GONÇALO/RJ

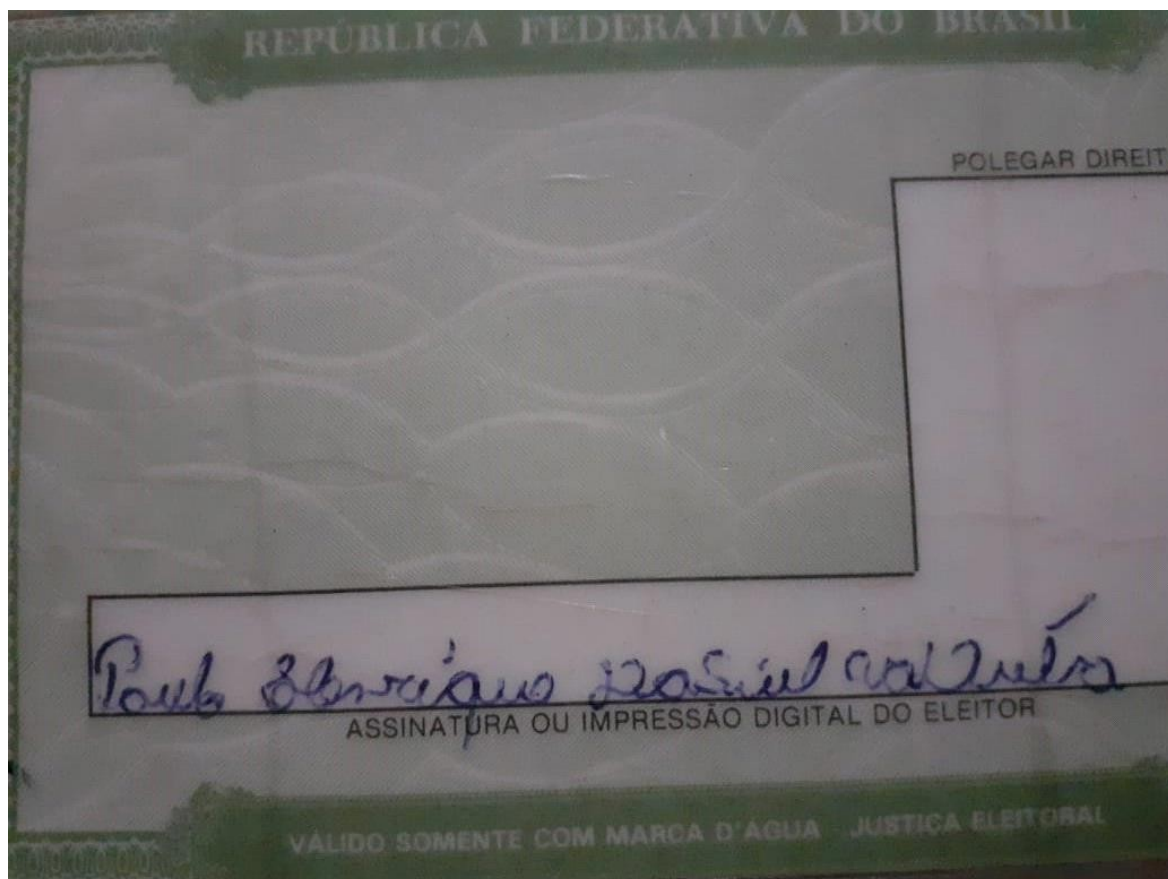
DATA DE EMISSÃO
24/04/2006

JUIZ ELEITORAL
[Assinatura]

PRESIDENTE
TRE-RJ

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22.296.420-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/12/2004

NOME PAULO HENRIQUE DA SILVA DUTRA

FILIAÇÃO PAULO CEZAR DUTRA DA SILVA

GEORGINA ROSA DA SILVA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 07/10/1988

DOC ORIGEM C.NASC LIV A-A-09 FLS 71 TERM 3542 NITERÓI RJ

CPE 000.000.000-00 009 1 Via

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

LUIS ANTONIO ABRANTES COELHO
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
RAT. 24/006.301 0255



RACAO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

(NPJ)

02/06/2022 - BANCO DO BRASIL - 14:44:03
481219520 0253

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio: GRU-GUTA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras: 85840000001-9 00000254188-2
22042122243-0 23931000199-2
Data do pagamento: 02/06/2022
valor em Dinheiro: 100,00
valor em Cheque: 0,00
valor Total: 100,00

NIL AUTENTICACAO 1.45A.D17.F0B.B45.740

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.
[STNE5AB08902571FE0E6477552681A2D693]

85840000001-9 00000254188-2 22042122243-0 23931000199-2



IA CIONAL - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
STICOS o de exclusiva iso de os.	CNPJ ou CPF do Contribuinte	24.323.931/0001-99
	UG / Gestão	240101 / 00001
	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

LOUVADO SEJA DEUS!



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

02/06/2022 - BANCO DO BRASIL - 14:44:03
481219520 0253

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 85840000001-9 00000254188-2
22042122243-0 23931000199-2
Data do pagamento 02/06/2022
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

NR. AUTENTICACAO 1.45A.D17.FDB.B45.74D

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.

A
CIONAL
GRU

STICOS

o de exclusiva
iso de
ios.

Código de Recolhime
Número de Referên
Competência
Vencimento
CNPJ ou CPF do
UG / Gestão
(=) Valor do Prin
(-) Desconto/Ab
(-) Outras dedu
(+) Mora / Mult
(+) Juros / En
(+) Outros Ac



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77755381>

0800 729 0722
suspensão ou cancelamento de
recuperação, ou
recuperação
de
recuperação
de
recuperação
de

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Recolhedor: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM	Código de Recolhimento	18822-0
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	Número de Referência	
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	Competência	
	Vencimento	
	CNPJ ou CPF do Contribuinte	24.323.931/0001-99
	UG / Gestão	240101 / 00001
	(=) Valor do Principal	100,00
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNE5AB08902571FE0E6477552681A2D693]	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

85840000001-9 00000254188-2 22042122243-0 23931000199-2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77755381>

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Estatuto Social (10164979)

SEI-33716-31/700/2022-81 / pg. 33

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ.**

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São



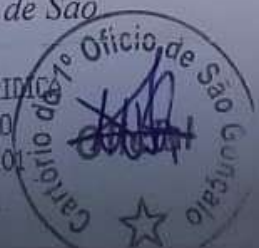
Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://trileg-autenticacao.com.br/aba25-e-ef4af3-970a-12fd77765381>

Estatuto social (10104973)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 34

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/08/2021



aba25-e-ef4af3-970a-12fd77765381

Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José **Matola** de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Inscrição, ao Reg., Nos 28101,
Sob Nos 5 Livros 161
Data: 28/06/2022



autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://trilegal-autentica.com.br/autenticacao/estatuto-social/10104973> SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 35

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

- **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoureiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), **CPF: 151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Av. B. do Freg. No: 28101
Sob No: 5 Livros: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipiúba, SG – RJ, E-mail

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.

• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018

Presidente da reunião
Secretária da reunião
Tesoureiro
Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo 09 / 06 / 2022 às 08 / h

Ass. Rose Carimbo Rose
Rose Moreira
1º Oficial de São Gonçalo
Escritório
Mat: 94127990



REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Apres. no dia 05/05/2022, Av. 5, Prot. 506573, Lv. A2

Registro Nº 28101, no livro A-161, Averb. 5

SAO GONCALO, 26/06/2022.

Oficial: Rose Moreira Subscrito e Assinado

Empl. R\$224,49 Feb. R\$44,93 Fund. R\$11,23 Fund. R\$11,23

Funa. R\$8,98 Pnc. R\$3,92 Ins. R\$4,58 Dat. R\$33,45 Total R\$143,01

EDZK 38951 ORG Consultar www.rj.gov.br/portal-extrajudicial/consultar/

São Gonçalo Cartório do 1º Ofício

Rua Silvio Romero, 18 - Lapa 01 - Aldeias - São Gonçalo - Cep: 24.710-795 - Tele: (21) 2712-3044 / 2712-3177

090167AA401974

Handwritten signature

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Deciano Pinheiro Jorge

Rômulo Braga Silva

Valdemir da Silva

Evandro Augusto de Amorim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Soto Dutra

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO – SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiiba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Estatuto Social (10164975)

SEI 53716-517765/2022-81 / pg. 39

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM

ESTATUTO SOCIAL

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - O **CENTRO CULTURAL VIDA FM**, doravante denominado **CCVFM**, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua Adelina Alves Viana, Quadra 09, Lote 11, Casa 02, CEP 24.752-057, Bairro Ipiíba.

Parágrafo Único – O **CCVFM** utilizará como denominação fantasia **VIDA FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º - O **CENTRO CULTURAL VIDA FM** tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I – Beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais na comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral a comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências visuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

III – (Outros objetivos da entidade)

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

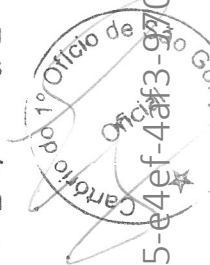
§3º Qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

RECEBIMOS DE PESSOAL
VOTANTE
00534 30 0418193
10182 104 137
11/07/2015
2102/0191 1340



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita do **CENTRO CULTURAL VIDA FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

II – DOS ASSOCIADOS

Art. 5º Será assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos nela sediadas, que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste estatuto.

Art. 6º - O **CCVFM** será composto pelas seguintes categorias de associados:

- a) **I – Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- b) **II – Contribuintes ou Efetivos** – os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,
- c) **III – Honorários** - cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) Pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que atendam ao disposto no 2º art. 12;
- b) Pessoas jurídicas sem fins lucrativos, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- c) Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III – DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10º - São órgãos do **CCVFM**:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



Art. 11º – A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação do **CCVFM** será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 17 do mês de Agosto para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente ocorrer a cada 4 anos para eleição da Diretoria e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no 1º.

§1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede do **CCVFM**, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12º - A Diretoria do **CCVFM**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

§1º - A Diretoria do **CCVFM** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º do artigo 11º.

§2º - Farão parte da Diretoria pessoas físicas brasileiras, natas ou naturalizadas há mais de 10(dez) anos com capacidade civil plena e que mantenham residência na área de execução do serviço de radiodifusão comunitária e, ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial, nem poderão exercer qualquer atividade profissional que implique em inobservância do disposto na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

ART. 13º – São atribuições:

- I) Da Diretoria:
 - a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
 - b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
 - c) Representar o **CCVFM** em atos públicos ou internos;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento do **CCVFM**;
- e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins.
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral.

II) De cada dirigente:

- a) Ao Diretor Geral compete: representar o **CCVFM**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; e participar das reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira do **CCVFM** secretariar as reuniões da diretoria, lavar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14º - A entidade, caso venha a ser contemplada com uma outorga para executar o Serviço da Radiodifusão Comunitária, deverá instituir um Conselho Comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998.

§1º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º - A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



0102/0191-8990
LIVRO 133
FOLHA 16410/2015
Reg. Nº 28101
Câmara Municipal de São Gonçalo

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

IV – DAS ELEIÇÕES

Art. 15º - O processo de eleição para os cargos que compõem a estrutura administrativa e deliberativa da entidade deverá observar o princípio da alternância de poder, respeitando o disposto no subitem 3.3 da Norma Complementar 1/2011.

§1º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V – DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA

Art. 16º – A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária e assegurar espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Parágrafo único – Será vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis. Também serão vedados a cessão e o arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

ART. 17º – O Patrimônio e Receita do CCFVM serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural aos seus programas, desde que oferecidos por estabelecimentos situados na área de execução do serviço.

VII – DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18º – Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo único – As alterações nos atos constituídos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições da Norma Complementar 1/2011, deverão ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

11/02/2019 14:24
2019-01-11
10182 10N 152
0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381
Cartório do 1º Ofício de
Oficial de
Comunicações

registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

Art. 19º – A extinção do CCVFM ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e a destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20º – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

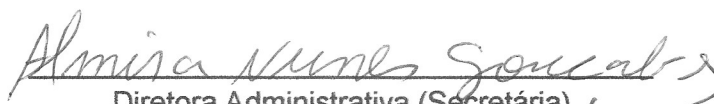
Art. 21º – O presente estatuto foi aprovado na AG de 17 de Agosto de 2015 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

São Gonçalo/RJ, 17 de Agosto de 2015

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo



Diretor Geral (Presidente)
MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS



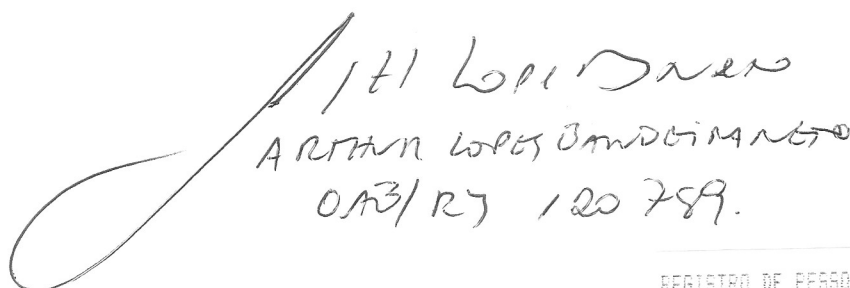
Diretora Administrativa (Secretária),
ALMIRA NUNES GONÇALVES

2º DISTRITO



Diretora de Operações (Tesoureira)
REGIANE VIEIRA NOGUEIRA CARDOSO

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo


ARTHUR LOPES BANDEIRA
OAB/RJ 120 789.

REGISTRO DE PESSOA JURIDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Reg. Nº: 28101
Livro: 133
Data: 16/10/2015



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Eduardo de Oliveira Queiroz
1º Ofício de São Gonçalo
Escritor
Mat. 94/14200

Eduardo de Oliveira Queiroz
1º Ofício de São Gonçalo
Escritor
Mat. 94/14200

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA
Atas, no dia 14/09/2015 p/ Reg.Int. e Prot. 24441, LV.17
Registro No 28101 no livro A-133.
No dia de hoje, SAO GONCALO, 16/10/2015. Oficial
Emol.: R\$155,59 Leis 3217/4664/111/6281: R\$52,87
Mut./Aco.: R\$12,24 Dist.: R\$22,19 Total: R\$245,80
EBET 25422 JCY <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>
São Gonçalo Cartório do 1º Ofício
Rua Cel. Moreira César, 107 - Centro - São Gonçalo - RJ - Cep: 24.440-440 - Tels: (21) 2712-2044 / 2712-3172 / 2723-6572
090167AA057464

4º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE NITERÓI - RJ
Escrituras, Procuções, Testamentos, Autenticações, Rec. Firmas, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
AV. Emílio do Amaral Peixoto, 600 - Loja 102 - Centro - Niterói - RJ - CEP: 24020-077 - Tel./Fax: (21) 2622-6665 / 2622-7254 / 2622-2129
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS
Cod: X00000030502
Niterói, 26 de agosto de 2015. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 4,50
36% TJ+FUNDOS : 1,00
Total : 5,50
Lorena Queiroz Oliveira - Escrivente
EBDO-51522 UXA Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

Cartório de Niterói
Lorena Queiroz Oliveira
Escrivente

RCPN 2º DISTRITO DE SÃO GONÇALO - RJ
Rua João de Almeida, nº 108 - Loja 05 - Alcântara - São Gonçalo - RJ - CEP: 24740-550 - Tel.: (21) 2602-7604 / 2729-5226
Email: repnenotasdo2distritosg@lg.com.br
Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:
ALMIRA NUNES GONCALVES*****
REGIANE VIEIRA NOGUEIRA CARDOSO*****
SAO GONCALO, 27/08/2015. Total: 12,40
ELAINE CORREA DA FONSECA CASTRO Mat. 94/15440 em Testu
EBDV24647 URT, EBDV24648 DWN <https://www3.tirj.jus.br/sitepub>
091611A84017

2º DISTRITO DE SÃO GONÇALO
RCPN - TEL: 2602-7604
JFAX: 2729-5226
2602-7604



CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

REGISTRO DE PESSOA JURIDICA
1o OFICIO - SAO GONCALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ**.

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://trilegal-autenticacao.com.br/ata-de-constituicao/10104974>

[Assinatura]

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. Nº: 28101
Sob Nº: 5 Livro: 161
Data: 28/08/2022



009aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Inscrição, ao Reg., Nos 28101
Sob Nos 5 Livros 161
Data: 28/06/2022



autenticado eletronicamente, após conferência com original

Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

- **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoureiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), **CPF: 151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Av. B. do Freg. No: 28101
Sob No: 5 Livros: 161
Data: 28/06/2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipiúba, SG – RJ, E-mail

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.

• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018

Presidente da reunião
Secretária da reunião
Tesoureiro
Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo 09 / 06 / 2022 às 08 / h

Ass. Rose Carimbo Rose
Rose Moreira
1º Oficial de São Gonçalo
Escritório
Mat: 94127990

Cartório do 1º Ofício de São Gonçalo

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apres. no dia 05/05/2022, Av. 5, Prot. 506573, Lv. A2
Registro Nº 28101, no livro A-161, Averb. 5

SÃO GONÇALO, 09/06/2022. Subscrito e Assinado
Oficial Rose Moreira
Emp. R\$224,49 Feb. R\$44,93 Fund. R\$11,23 Fund. R\$11,23
Funa. R\$8,98 Pnc. R\$3,92 Ins. R\$4,58 Dat. R\$33,45 Total R\$143,01
EDZK 38951 ORG Concilire www4.trf4.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaeto/
São Gonçalo Cartório do 1º Ofício
Rua Silvio Romero, 18 - Lapa 01 - Aldeias - São Gonçalo - Cep: 24.710-795 - Tele: (11) 2712-3044 / 2712-3177

090167AA401974

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Edson Pinheiro Jorge

Rômulo Braga Silva

Valdemir da Silva

Evandro Augusto de Amorim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Sêto Dutra

João Carlos da Silva

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO – SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiiba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

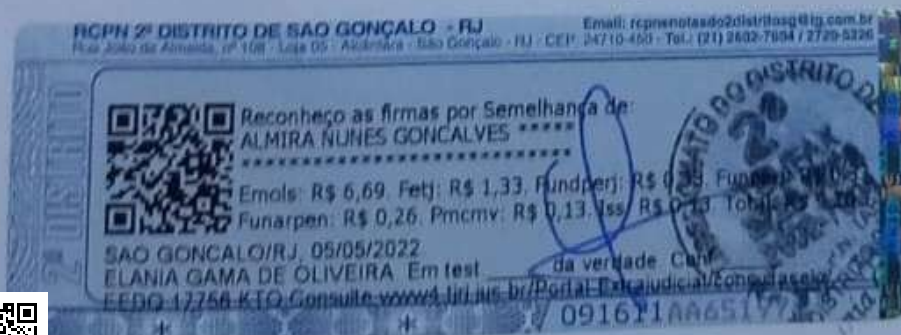
Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ato de constituição (10104974)

SEP 33113.0177160/2022-81 / pg. 53

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticacao/assinatura/camera-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ.**

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São

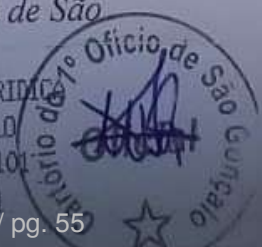


Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://portal.mec.gov.br/portal/validar-assinatura>

[Assinatura]

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/08/2021



Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José **Matola** de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://trf4.jfj.br/Ata-de-eleicao-dos-dirigentes-10104975-f-4af3-SEI-53115.017160/2022-81/pg.56>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

- **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

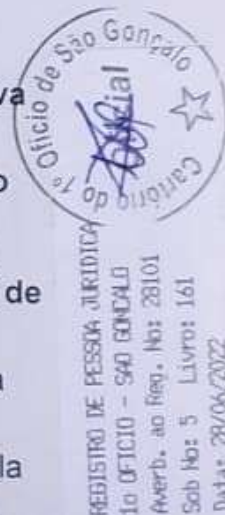
Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoureiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), **CPF: 151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ata de eleição dos dirigentes (10104575)

SEI 35116.017160/2022-81 / pg. 57

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipiúba, SG – RJ, E-mail

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.

• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018

Presidente da reunião
Secretária da reunião
Tesoureiro
Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo 09 / 06 / 2022 às 08 / h
Ass. [Assinatura] Carimbo

Rose Moreira
1º Oficial de São Gonçalo
Escritório
Mat: 94127990

Cartório do 1º Oficial de São Gonçalo

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apres. no dia 05/05/2022, Av. 5, Prot. 506573, Lv. A2
Registro Nº 28101, no livro A-161, Averb. 5

SÃO GONÇALO, 09/06/2022. Subscrito e Assinado
Oficial Rose Moreira
Emp. R\$224,49 Feb. R\$44,93 Fund. R\$11,23 Fund. R\$11,23
Funa. R\$8,98 Pnc. R\$3,92 Ins. R\$4,58 Dat. R\$33,45 Total R\$143,01
EDZK 38951 ORG Concilire www4.rj.gov.br/portal-extrajudicial/consulta-receito/
São Gonçalo Cartório do 1º Oficial
Rua Silvio Romero, 18 - Laje 01 - Aldeia - São Gonçalo - Cep: 24.710-795 - Tele: (21) 2712-3044 / 2712-3177

090167AA401974

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Deciano Pinheiro Jorge

Rômulo Braga Silva

Valdemir da Silva

Evandro Augusto de Amorim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Soto Dutra

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO – SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiiba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade/assinatura/cameras-br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ata de eleição dos dirigentes (16104575)

321 55175.017160/2022-81 / pg. 60

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM		
Endereço:	Rua João Manoel de Mello	CNPJ:	24.323.931/0001-99
Município:	São Gonçalo do Rio Preto	UF:	RJ
		CEP:	24.752-055
Nome do representante legal:	MARCOS RIBEIRO DE SAUS		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

MARCOS RIBEIRO DE SAUS
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

28 de Junho de 2022 São Gonçalo RJ
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/10/2015
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VIDA FM				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO R JOSE MAZUCA DE MIRANDA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO QUADRA09 LOTE 11 CASA 02	
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO		UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8151-6104		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/07/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/06/2022 às 18:26:16 (data e hora de Brasília).

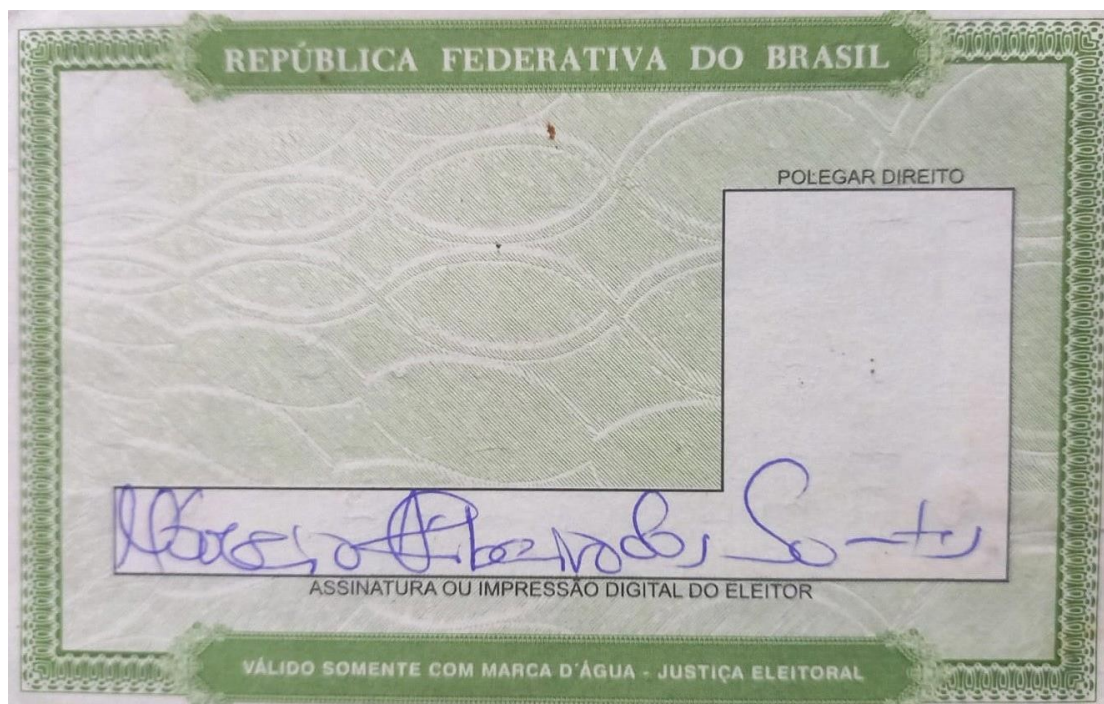
Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL 07.179.631-2	DATA DE EXPEDIÇÃO 01/10/2015
 		NOME MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS	
Polegar Direito 0255		FILIAÇÃO ARLINDO RIBEIRO DOS SANTOS	
Assinatura do Titular		LUZIA RIBEIRO DOS SANTOS	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		NATURALIDADE RIO DE JANEIRO	DATA DE NASCIMENTO 10/10/1966
		DOC. ORIGEM C. CASH LIV BE125 FLS 137 TERM 49764 C 011	
		RIO DE JANEIRO RJ	
		CPF 882.450.207-53	PIS 12062442485
		001 2 Via	0255
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL			
NOME DO ELEITOR MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS			
DATA DE NASCIMENTO 10/10/1966	Nº INSCRIÇÃO 0228 7491 0370	ZONA 069	SEÇÃO 0413
MUNICÍPIO / UF SÃO GONÇALO/RJ	DATA DE EMISSÃO 08/10/2015		
JUIZ ELEITORAL		Des. Edson Vasconcelos	
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL			





CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

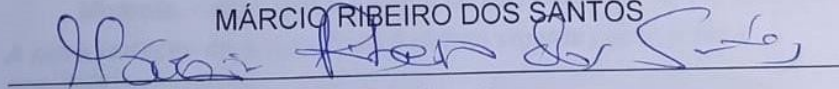
O Centro Cultural Vida FM CCVFM- CNPJ 24.323.931/0001-99, com sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, na cidade de São Gonçalo/RJ.Cep.: 24.752-130, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada na sede do Centro Cultural Vida FM – CCVFM, as 19:00 horas, do dia 17 de Agosto de 2021, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 – Correção no endereço de Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria; Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

São Gonçalo/RJ, 01 Julho de 2021

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS



Presidente



REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

ATA 01/2021

ATA DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro Cultural Vida FM CCVFM realizada às 19h00 do dia 17 de Agosto de 2021, em convocação, em sua sede à Rua Armindo da Costa Quintão, sem nº. Quadra 9 Lote 11 Casa 2, **ESQUINA** com a Rua José Matola de Miranda, São Gonçalo, RJ.

A convocação se deu com base no Estatuto vigente e o quórum foi obedecido como se verificou com o comparecimento de número bastante de membros, conforme assinaturas constantes em anexo. Foram eleitos para presidir os trabalhos o Sr. Márcio Ribeiro dos Santos e para secretariar a Sra. Almira Nunes Gonçalves e Sr. Rômulo Braga Verlinde.

Dando início as deliberações, foi lida a pauta da reunião que é a seguinte:

- 1 - Alteração cadastral do endereço Sede;
- 2 - Correção no endereço Membro Diretoria (Presidente);
- 3 - Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário;
- 4 - Desligamento de Membros não ativos;
- 5 - Apresentação de Carta de renúncia;
- 6 - Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria);
- 7 - Alteração nome fantasia;
- 8 - Assuntos Gerais

Inicialmente foi deliberado o primeiro item da pauta, resultando depois das razões esclarecidas, em sua **aprovação unânime**. Necessário ressaltar que trata-se de mesmo local geográfico, aprovado em ATA 02/2020. Pontuando de que o endereço faz esquina com as ruas Armindo da Costa Quintão Cep. 24.752-130 e José **Matola** de Miranda Cep. 24.752.055, que recentemente teve sua correção no banco de dados dos Correios de: José Mazoca de Miranda (Mazola de Miranda) para: José **Matola** de Miranda. Dessa forma e com os devidos esclarecimentos os presentes, por unanimidade, aprovaram a mudança estatutária.

- Alteração do endereço cadastral da Sede para **Rua José Matola de Miranda, Bairro Ipiíba, Cidade de São Gonçalo Cep 24.752-055 RJ**.

A nova redação do artigo 1º do Estatuto vigente passa a ser a seguinte:

Art. 1º "O Centro Cultural Vida FM, doravante denominado CCVFM, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da área de execução do serviço, para fins não econômicos, do Município de São

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Rua José Matola de Miranda, Quadra 09 Lote 11, Casa 2, Cep 24.752-055 Bairro Ipiíba."

- **Correção do endereço do Membro da Diretoria (Presidente)**

Em tempo oportuno, corrigiu-se o endereço residencial do Membro e Diretor Presidente, a saber:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José **Matola** de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP:24.752-055, Bairro Ipiíba, SG – RJ.

- **Admissão de novos Membros ao Conselho Comunitário**

Foram aceitos para nova composição do quadro de Membros do Conselho Comunitário:

1) **VALDENIR JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, divorciado, vigia, inscrito no CPF sob o nº 582.549.437-53, portador da RG nº 04.875.664-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, Lt. 62 Casa 2, Bairro Ipiíba, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

2) **LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, rodoviário, inscrito no CPF sob o nº 983.886.067-00, portador da RG nº 079.891.48-7 Detran/RJ, residente e domiciliado na Rua Inácio Manoel de Menezes, s/nº, Quadra 09, Lt. 15 Bairro Ipiíba CEP 24.752-058, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

3) **JULIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 027.368.074-99, portador da RG nº 20.804741-5, residente e domiciliado na Rua Cel. Luiz Regadas, Lt. 16 Qd. 10, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-425, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

4) **ALMIRA NUNES GONÇALVES**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

5) **EVANDRO AUGUSTO DE AMORIM**, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob o nº 895.179.467-91, portador da RG nº 06562721-8, IFP/RJ residente e domiciliado na Rua Armindo da Costa Quintão, Lt. 4 Qd. 7, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-130, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;

Todos os listados acima, denominados, maiores, responsáveis e residentes na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro; Após apresentação individual foram admitidos para compor efetivamente como novos Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

- **Desligamento de Membros não ativos**

Diante da não atuação por tempo em excesso sem qualquer participação junto ao Conselho Comunitário. A saber, dos relacionados à exceção do Sr.



Francisco Paulo Ribeiro (atuante) falecido em 2020. Assim, foram desligados do Conselho os seguintes nomes:

- Francisco Paulo Ribeiro, brasileiro, casado, garçon, inscrito no CPF sob o nº 021.920.947-28, portador da RG nº 22.538.032-8 ssp/SP, residia e domiciliava na Rua Geraldo Basílio Souza, s/ nº, Quadra 15, Lt. 01, Rio do Ouro, CEP.: 24.750-000, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Por último, a saber: O mesmo, havia pouco tempo, mudado para o Município de Maricá, quando por esse motivo já seria desligado;
- Fábio Santos Luzia, brasileiro, casado, web designer, inscrito no CPF sob o nº 054.364.807-99, portador da RG nº 12131446-2 IFP/RJ, residente e domiciliado na Rua José da Silva Lopes, nº 16, Trindade, CEP 24.456-730, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro;
- José Hélio de Souza, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 671.175.207-44, portador da RG nº 060649506 DIC/RJ, residente e domiciliado na Rua Cap. João Manoel, nº 3.983, Porto Novo, CEP.: 24.435-550, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os listados acima, denominados, após exposto os motivos dos desligamentos, passam a não mais compor o quadro de Membros do Conselho Comunitário da Associação **CCVFM** por unanimidade.

• **Apresentação de Carta de renúncia**

Em sua ordem foi deliberado o terceiro item da pauta apresentando a carta de renúncia da Diretora Administrativa (Secretária), Sra. **ALMIRA NUNES GONÇALVES** que tinha mandado vigente até 16 de Agosto de 2023, ficando, portanto, comunicada e homologada por esta Assembleia Geral sua saída nesta data do Corpo Diretor da CCVFM, porém, contudo a mesma passará a fazer parte do Conselho Comunitário.

• **Eleição e posse de novo Membro para a Diretoria Administrativa (Secretaria)**

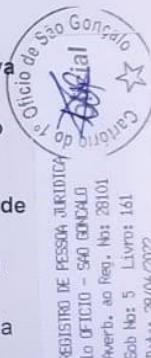
Foi deliberado o **sexto item** da pauta (**Eleição e posse de novo Membro para a Secretaria**). Assume a Diretoria de Operações como novo Secretário o Sr. **RÔMULO BRAGA VERLINDE**, ocupando a vaga da Sra. Almira Nunes Gonçalves no período para o mandato-tampão até o dia **16 de Agosto de 2023** – adiante qualificado.

A Diretoria atual, portanto segue até o final de seu mandato, previsto para 16 de Agosto de 2023 com a seguinte composição:

Márcio Ribeiro dos Santos (Presidente), com residência a Rua José Matola de Miranda sem nº. Quadra 9 Lote 11, CEP: 24.752-055, Bairro de Ipiíba, SG – RJ.

Paulo Henrique da Silva Dutra (Tesoreroiro), com residência a Rua Manoel Inácio de Menezes, 35 Lote 21, CEP: 24.752-058 Bairro Ipiíba, SG – RJ.

Rômulo Braga Verlinde (Secretário), CPF: **151.053.357-59**, brasileiro, solteiro, filiação: Jorge Augusto Campos Verlinde e Sônia Cristina da Silva



Braga, comerciante, com residência a Av. Elba de Pádua Lima, Qd. 4 Lt. 14, CEP.: 24.752-160 Bairro Ipiúba, SG – RJ. E-mail:

Dessa forma o novo membro eleito nesta data para a Diretoria de Administração (Secretário), Sr. **Rômulo Braga Verlinde**, foi também nesse ato empossado, investindo-se da função estatutária para a qual foi nomeado e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da entidade em virtude de condenação criminal, firmando para tanto a presente Ata, juntamente com o Presidente e Tesoureiro, pela fiel transcrição do ocorrido nesta reunião.

• **Alteração do nome fantasia**

E por último dentro da ordem de pauta, foi sugerido alteração do nome fantasia e por maioria, **VIDA FM** é substituído por **LITORAL FM**.

Tendo esgotado a pauta do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20h15. A ata vai por mim assinada, secretário dos trabalhos e pelo presidente, responsáveis pela condução dos trabalhos e pela fiel transcrição do ocorrido na reunião.

Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018
Inc I, Primeira
13.726/2018

Presidente da reunião
Secretária da reunião
Tesoureiro
Presidente

Certifico que a(s) assinatura(s) indicada(s) confere(m) com a(s) assinatura(s) constante(s) do(s) documento(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s) nesta data e hora

São Gonçalo, 09 / 06 / 2022 às 08 / 08
Ass. _____ Carimbo
Rosa Moreira
Escritório
Mat: 94/27790



CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Lista de presença da Assembleia Geral no dia 17 de Agosto de 2021.

Marcio Ribeiro dos Santos

Deciano Pereira da Silva

Rômulo Braga Silva

Valdinei da Silva

Evandro Augusto de Amorim

Amélia Nunes Gonçalves

Julio Alves da Silva

Luiz Carlos Teixeira do Nascimento

Paulo Henrique do Soto Dutra

João Carlos da Silva

CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM

CNPJ 24.323.931/0001-99

São Gonçalo/RJ

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Marcio Ribeiro dos Santos

Presidente

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1º OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob No: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



São Gonçalo, 01 de Junho de 2021

Ao

Centro Cultural Vida FM – CCVFM

A/C Presidente

Sr. Márcio Ribeiro dos Santos

Ref. Renúncia.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
1o OFÍCIO - SÃO GONÇALO
Averb. ao Reg. No: 28101
Sob Nos: 5 Livro: 161
Data: 28/06/2022



Eu, Almira Nunes Gonçalves, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 053.808.037-09, portadora da RG nº 07.721.050-8 DETRAN/RJ, residente e domiciliada a Avenida Neusa Maria da Silva, 21 Qd. 4 CEP.: 24.752.180, Bairro Ipiíba, CEP 24.752-180, Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. E-mail:, nesta Cidade, comunico a Vosso Senhor minha RENÚNCIA AO CARGO DE SECRETÁRIO, que ocupo desde 17 de Agosto de 2015 e tem validade até 16 de Agosto de 2023.

Neste ensejo, diante da impossibilidade de prosseguir na função e Diretoria, manifesto o meu desejo de permanecer junto ao Conselho Comunitário do Centro Cultural Vida FM – CCVFM.

Dessa forma, ratifico minha renúncia do cargo de Secretária, oportunidade em que renovo meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Almira Nunes Gonçalves

Almira Nunes Gonçalves







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM	TELEFONE (21) 8151-6104	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/10/2022 às 10:03:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

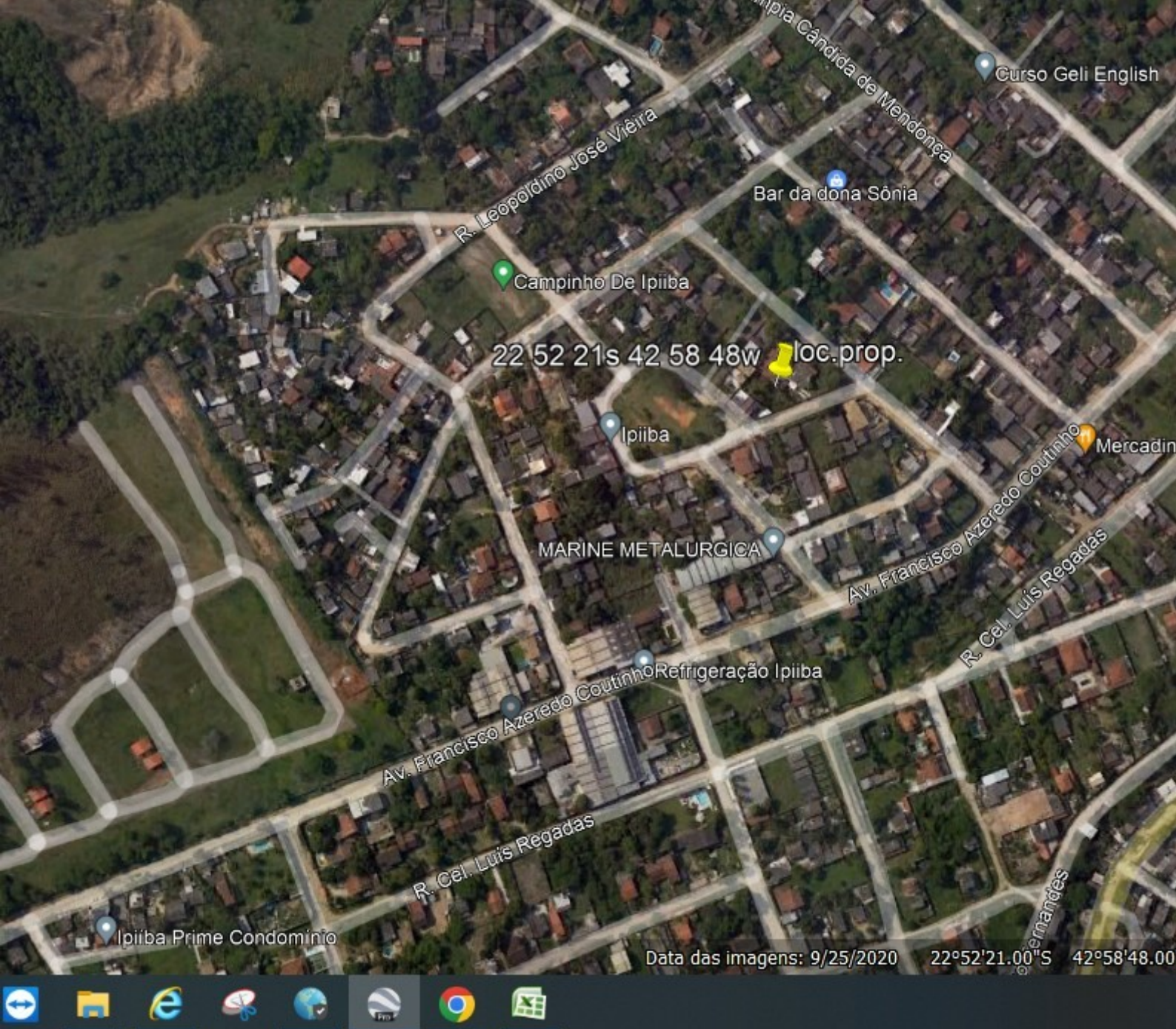


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

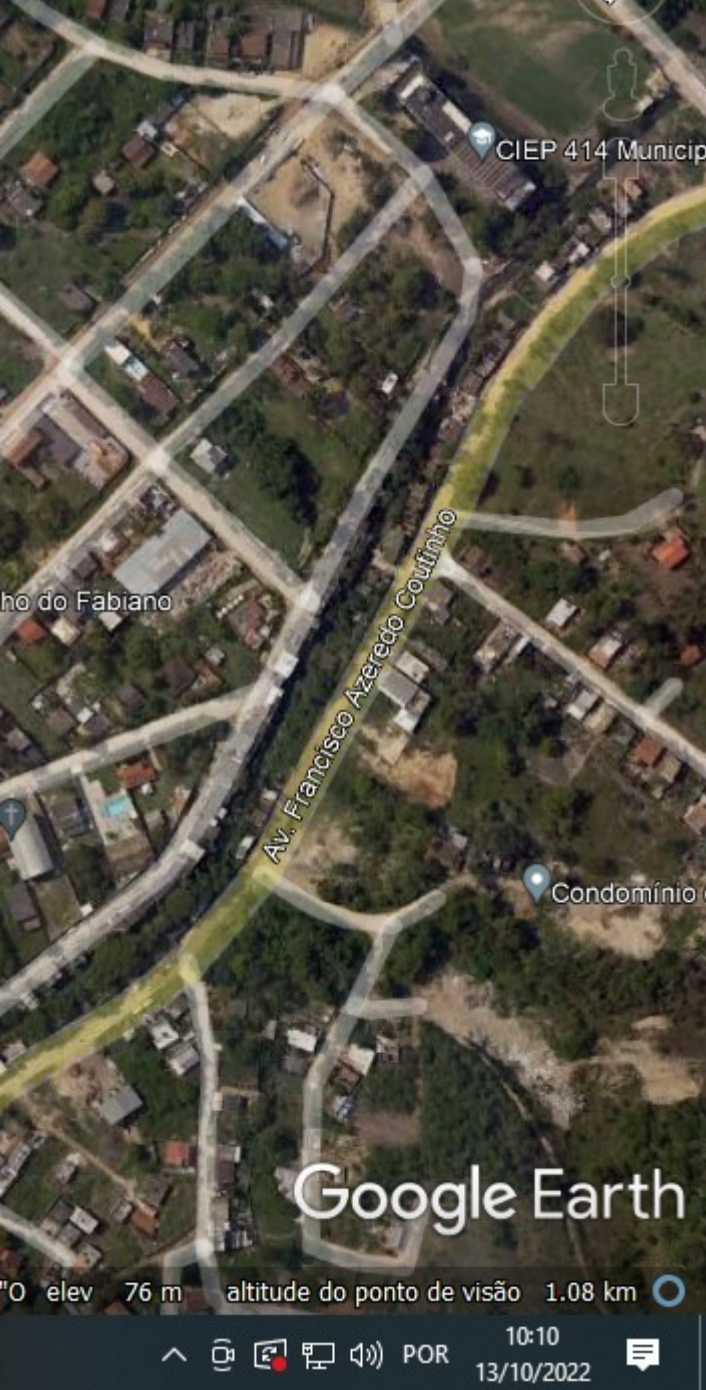
Anexo CNPJ (10464003)

SEI 33173-017160/2022-81 / pg. 73



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 662022
Número do Processo: 531150171602022

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	
0.00	RJ	SÃO GONÇALO	01250.042287/2019	82	22S5221	42W5848	ARQDE F	CENTRO CULTURAL VIDA FM
0.00	RJ	SÃO GONÇALO	53115.024855/2020	0	22S5221	42W5848	RAQ	CENTRO CULTURAL VIDA FM
0.00	RJ	SÃO GONÇALO	53115.017160/2022	662022	22S5221	42W5848	EMA	CENTRO CULTURAL VIDA FM
2.68	RJ	NITERÓI	53000.048097/2004	21	22S5328	42W5948	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE D
3.96	RJ	RIO DE JANEIRO	53000.038755/2005	30	22S5044	42W5717	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE E
4.22	RJ	SÃO GONÇALO	53000.011404/2008	30	22S5005	42W5901	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DE C
4.77	RJ	SÃO GONÇALO	53770.000981/1999	6	22S4949	42W5819	ARQDE F	SOCIEDADE COMUNITARIA RA
4.94	RJ	SÃO GONÇALO	53000.042228/2010	30	22S4958	43W0006	ARQDE F	ASSOCIACAO DE MORADORE
4.94	RJ	SÃO GONÇALO	53000.049279/2010	30	22S4958	43W0006	PAN	ASSOCIACAO DE MORADORE
5.03	RJ	RIO DE JANEIRO	53770.000621/1999	6	22S5302	43W0139	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA S
5.23	RJ	SÃO GONÇALO	53000.058288/2005	30	22S5121	42W5556	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE
6.04	RJ	SÃO GONÇALO	53000.042038/2010	30	22S4914	42W5950	ARQDE F	ASSOCIACAO EDUCACIONAL
6.35	RJ	NITERÓI	53000.045619/2003	21	22S5214	43W0231	ARQDE F	MISSAO REVERENDO DANIEL

Anexo RELATÓRIO DE VIZINHOS (10464059)

SEI 53115.017160/2022-9 / pg



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO

Processo 53115.017160/2022-81.

Interessado: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto: FASE DE HABILITAÇÃO.

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução da fase de habilitação, relacionado ao requerimento de interesse da **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, na localidade de **SÃO GONÇALO/RJ**, em razão do Edital nº 66/2022 publicado no Diário Oficial da União em 03/05/2022, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, constatou-se que as coordenadas geográficas 22° S 52' 21" / 42° W 58' 48", indicadas pela interessada:

a) atendem ao disposto no § 1º, art. 22, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, e suas alterações, pois estão situadas no município de **SÃO GONÇALO/RJ** (evento SEI nº 10464046) e, segundo declaração da interessada, atendem à padronização GPS-WGS84 (evento SEI nº 10104965); e

b) atendem ao disposto no art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, publicada no D.O.U. em 21/09/2015, e suas alterações, visto que guardam uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (evento SEI nº 10464059).

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de habilitação.

Brasília, 19 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis Engenheiro**, em 19/10/2022, às 15:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Dor Engenheiro**, em 19/10/2022, às 15:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 19/10/2022, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 77

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10464070** código CRC **7AB37931**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI-MCOM nº 10464070



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (10464070)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 78

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA 06880733794		
Endereço:	AV. DR. EUGÊNIO BORGES	CNPJ:	34.795.767/0001-76
Município:	SÃO GONÇALO DO RIO	UF:	RJ CEP: 24.751-000
Nome do representante legal:	ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SÃO GONÇALO, 23 DE MAIO DE 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 34.795.767/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/09/2019
NOME EMPRESARIAL ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA 06880733794			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Churrasquinho do Marcinho			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-03 - Obras de alvenaria			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV DOUTOR EUGENIO BORGES	NÚMERO S/n	COMPLEMENTO *****	
CEP 24.751-000	BAIRRO/DISTRITO TRIBOBO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO marcinholemos@gmail.com		TELEFONE (21) 9567-2336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:41:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

1692584942

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1692584942

ANGELO MAXIMO LEMOS DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / CNIL EMISSOR / UF
1070302641EPRJ

CNPJ
068.807.337-94

DATA NASCIMENTO
13/09/1976

FILIAÇÃO
ANEZIO ERNANDES DA SILVA
MARIA LUCIA LEMOS DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
01065831027

VALIDADE
05/06/2023

1ª HABILITAÇÃO
03/11/1999

OBSERVAÇÕES
EAR

Assinatura do Portador

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
08/06/2019

Assinatura do Emissor

53005894108
RJ173012019

RIO DE JANEIRO



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	DENIS LEMOS DA SILVA 10495228770		
Endereço:	RUA ALFREDO BORGES, 2297	CNPJ:	36.755.850/0001-47
Município:	SÃO GONÇALVES	UF:	RJ CEP: 24752-295
Nome do representante legal:	DENIS LEMOS DA SILVA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

+ Denis Lemos da Silva
 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SÃO GONÇALVES RJ. 23 de Novembro de 2022
 Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.755.850/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/03/2020
NOME EMPRESARIAL DENIS LEMOS DA SILVA 10495228770			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PICOLE DO DENINHO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R ALFREDO BORGES	NÚMERO 2297	COMPLEMENTO *****	
CEP 24.752-295	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO SORIANOLUCIANA197@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 2617-4340	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/03/2020
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:57:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
DENIS LEMOS DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
91693S142MTPSRJ

CPF
104.952.287-70

DATA NASCIMENTO
25/09/1984

FILIAÇÃO
ANEZIO ERNANDES DA SILVA
MARIA LUCIA LEMOS DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05038630107

VALIDADE
06/06/2031

1ª HABILITAÇÃO
23/09/2010

OBSERVAÇÕES

Denis Lemos da Silva

LOCAL
MARICA, RJ

DATA EMISSÃO
08/06/2021

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO EMISSOR

45886456480
RJ216356768

RIO DE JANEIRO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2266579307

PROIBIDO PLASTIFICAR
2266579307

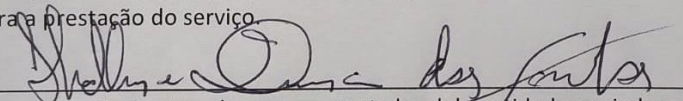




QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	HEDLENE LIMA DOS SANTOS 902736807-49		
Endereço:	Rua Manoel de Mello nº 91	CNPJ:	34023506/0001-38
Município:	São Gonçalo do Rio Preto RJ	UF:	RJ
		CEP:	24.752-055
Nome do representante legal:	HEDLENE LIMA DOS SANTOS		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

07 de Maio de 2022, São Gonçalo RJ.

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL NOME HEDLENE LIMA DOS SANTOS	
	<p>FILIAÇÃO GENTIL BARBOZA LIMA MERIAM DE ARAUJO BARBOZA LIMA</p> <p>DATA NASC. 02/06/1967</p> <p>NATURALIDADE RIO DE JANEIRO/RJ</p> <p>OBSERVAÇÃO NÃO HÁ</p> <p>FATOR RH XXXX</p>
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

LEI Nº. 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983	
CPF 902.736.807-49	DNI 0000000000000000
REGISTRO GERAL 07.144.689-2	DATA DE EXPEDIÇÃO 06/01/2022
REGISTRO CIVIL	
C.CASM LIV 00295BA FLS 137	TERM 0049764
RIO DE JANEIRO	RJ
T. ELEITOR	CTPS / SÉRIE / UF
21439840329	63363 104 RJ
NIS / PIS / PASEP	IDENTIDADE PROFISSIONAL
12198012911	NÃO INFORMADO
CERT. MILITAR	
NÃO INFORMADO	
CNH	CNS
NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADO
	
<p>2 VIA</p> <p>ADOLFO KONDER HOFER DE CARVALHO FILHO PRESIDENTE DO DETRAN/RJ ID: 5014558-2</p> <p>0336</p>	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.023.506/0001-38 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/06/2019
NOME EMPRESARIAL HEDLENE LIMA DOS SANTOS 90273680749				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TEM PIZZA			PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.94-5-00 - Fabricação de massas alimentícias				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)				
LOGRADOURO R JOSE MAZUCA DE MIRANDA (R MAZOLA DE MIRANDA)		NÚMERO 00	COMPLEMENTO LOTE 11;QUADRA 09	
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ	
ENDEREÇO ELETRÔNICO HEDLENE@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 2080-1850		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/06/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2022 às 20:06:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Leandro Júnior Gonçalves Ferreira		
Endereço:	Al. Buenos Aires, 367	CNPJ:	446566610001-45
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752-360
Nome do representante legal:	Leandro Júnior Gonçalves Ferreira		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Leandro Júnior G. Ferreira
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

09/06/22, São Gonçalo, Rio de Janeiro
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.656.661/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/12/2021
NOME EMPRESARIAL LEANDRO JUNIOR GONCALVES FERREIRA 10755895762			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TENDA DO PASTEL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AL BUENOS AIRES	NÚMERO 367	COMPLEMENTO *****	
CEP 24.752-360	BARRIO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LEOMONTANHAS40@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 3709-9646	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/12/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:53:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1


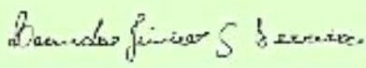
 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO				RJ
 VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1517019323	NOME LEANDRO JUNIOR GONCALVES FERREIRA					
						
	DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF 0208174391 DIC RJ					
	CPF 107.558.957-62		DATA NASCIMENTO 30/11/1983			
	FILIAÇÃO NAO IDENTIFICADO ANA MARIA GONCALVES FERREIR A					
Nº REGISTRO 04113818567		VALIDADE 08/08/2022		1ª HABILITAÇÃO 05/06/2007		
PERMISSÃO []		ACC []		CAT. HAB. AB		

 1517019323	OBSERVAÇÕES EAR A	
		
	ASSINATURA DO PORTADOR	
	LOCAL SAO GONCALO, RJ	DATA EMISSÃO 09/08/2017
	ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	
43237535603 RJ172742919		
RIO DE JANEIRO		
DENATRAN CONTRAN		

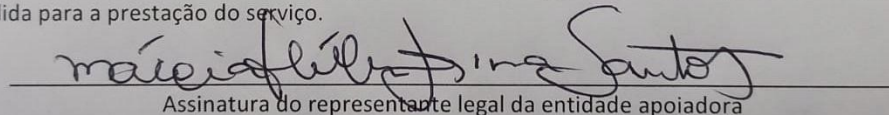




QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	MÁRCIA HÉLLEN LIMA SANTOS 12703835744		
Endereço:	IV. ARMÍDA DO FILHO QUILHAS	CNPJ:	37.807.661/0001-33
Município:	SÃO GONÇALO BARRIO TAIBÁ	UF:	RJ. CEP: 24.752-130
Nome do representante legal:	MÁRCIA HÉLLEN LIMA SANTOS		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.



Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

07 DE MAR DE 2022 SÃO GONÇALO RJ.

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
<p>ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL</p> <p>0554</p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>Assinatura do Titular</p> <p>TEMA DE IDENTIDADE</p>	<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>REGISTRO GERAL 24.119.021-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/09/2015</p> <p>NOME MÁRCIA HÉLLEN LIMA SANTOS</p> <p>FILIAÇÃO MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS</p> <p>HEDLENE LIMA DOS SANTOS</p> <p>NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 25/09/1995</p> <p>DOC. ORIGEM C. NASC LIV 1013 FLS 108 TERM 180403 C 008 RIO DE JANEIRO RJ</p> <p>CPF 127.038.357-44</p> <p>001 2 Via</p> <p>JOSE CARLOS RIBEIRO SANTOS AVALIZO PRESIDENTE DO DETRAN/RJ 0554</p> <p>LEI Nº 7.116 DE 27/9/83</p>



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.807.661/0001-33 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/2020
NOME EMPRESARIAL MARCIA HELLEN LIMA SANTOS 12703835744				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AICRAM DESIGN			PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-02 - Promoção de vendas				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 32.12-4-00 - Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)				
LOGRADOURO AV ARMINDA DA SILVA QUINTAO		NÚMERO 0	COMPLEMENTO QUADRA 9 LOTE 11	
CEP 24.752-130	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO		UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCIALIMA.PC@HOTMAIL.COM		TELEFONE (21) 9769-8649		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2022 às 22:28:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS 188245027-53		
Endereço:	R. ARLINDO DO CASTO QUINTAS	CNPJ:	30.933.004/0001-93
Município:	São Gabriel do Oeste, IPIRANGA	UF:	RJ. CEP: 24.752-130
Nome do representante legal:	MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS		



A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

07 DE Maio DE 2022 SÃO GABRIEL DO OESTE RJ.
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL	07.179.631-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/10/2015
 		NOME MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS	
Polegar Direito 0255		FILIAÇÃO ARLINDO RIBEIRO DOS SANTOS	
Assinatura do Titular		LUZIA RIBEIRO DOS SANTOS	
CARTeira DE IDENTIDADE		NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 10/10/1966	
		DOC. ORIGEM C. CASM LIV BE125 FLS 137 TERM 49764 C 011	
		RIO DE JANEIRO RJ	
		CPF 882.450.207-53 PIS 12062442485	
		001 2 Via	
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.933.004/0001-93 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 15/07/2018			
NOME EMPRESARIAL MARCIO RIBEIRO DOS SANTOS 88245020753			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REPLAYVP			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente 59.12-0-01 - Serviços de dublagem			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R ARMINDO DA COSTA QUINTAO		NÚMERO 00	COMPLEMENTO LOTE 11;QUADRA 9
CEP 24.752-057	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO locutorcerto@gmail.com		TELEFONE (21) 2174-1247	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/07/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2022 às 20:20:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA 1220211797		
Endereço:	R. LEOPOLDO TATÁ VIEIRA C.H. C.S	CNPJ:	4192584000193
Município:	SÃO GONÇALO TRIPA	UF:	PT
		CEP:	24.752-125
Nome do representante legal:	PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

x Paulo Ricardo Almeida de Lima
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SÃO GONÇALO, PT. 20 DE JUNHO DE 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

2106490870

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME
PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
300249497DETRANRJ

CPF
172.021.177-97

DATA NASCIMENTO
26/11/2000

FILIAÇÃO
PAULO CUSTODIO DE LIMA
SUELI MARIA DE ALMEIDA

PERMISSÃO
ACE
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
07270320318

VALIDADE
12/12/2023

1ª HABILITAÇÃO
31/05/2019

OBSERVAÇÕES
EAR

Paulo Ricardo Almeida de Lima

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
NITEROI, RJ

DATA EMISSÃO
15/12/2020

ASSINATURA DO EMISSOR
59595613944
RJ419496157

PROIBIDO PLASTIFICAR

2106490870

RIO DE JANEIRO



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 41.925.584/0001-93 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/05/2021
NOME EMPRESARIAL PAULO RICARDO ALMEIDA DE LIMA 17202117797			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRA TRANSPORTES			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores 29.50-6-00 - Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R LEOPOLDINO JOSE VIEIRA	NUMERO O	COMPLEMENTO CONJ C5	
CEP 24.752-125	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO PR230880@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9519-0190	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/05/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/06/2022 às 10:05:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)





QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Rorip Pimenta de matos 106 278 527-42		
Endereço:	Rua do Povoado N.º 12	CNPJ:	221582480001-18
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752951
Nome do representante legal:	Rorip Pimenta de matos		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Rorip Pimenta de matos
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

13/06/2022 São Gonçalo Rio de Janeiro
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RODRIGO PEREIRA DE MATOS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
129519955DICRJ

CPF
106.278.527-42

DATA NASCIMENTO
04/09/1983

FILIAÇÃO
IRANI TEIXEIRA DE
MATOS
MARIA ANGELA DA COSTA
PEREIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
04396563937

VALIDADE
28/04/2031

1ª HABILITAÇÃO
03/07/2008

OBSERVAÇÕES

Rodrigo Pereira de Matos

LOCAL
NITEROI, RJ

ASSINATURA DO PORTADOR
Adolpho Konder

DATA EMISSÃO
08/06/2021

ASSINATURA DO EMISSOR
04203473891
RJ419608583

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2266568509

PROIBIDO PLASTIFICAR
2266568509



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.158.248/0001-18 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL RODRIGO PEREIRA DE MATOS 10627852742		DATA DE ABERTURA 30/03/2015	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CRISTAL POOL		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R ALFREDO BORGES		NÚMERO 12	COMPLEMENTO CASA
CEP 24.752-295	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO rodrigomatosgui@gmail.com		TELEFONE (21) 2729-3659	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/03/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/06/2022 às 14:50:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)

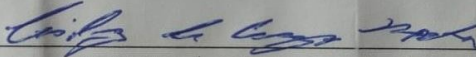




QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	CIDNEY DE ARAUJO ROCHA		
Endereço:	R. LIDALDINO SPSE V. 511 M. 112016	CNPJ:	14.258.650/0001-75
Município:	SÃO GONÇALO	UF:	RJ CEP: 24752-125
Nome do representante legal:	CIDNEY DE ARAUJO ROCHA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

20 DE JUNHO DE 2022, SÃO GONÇALO / RJ
 Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.258.630/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/09/2011
NOME EMPRESARIAL CIDNEY DE ARAUJO ROCHA 70375500782			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CIDTEK			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R LEOPOLDINO JOSE VIEIRA	NÚMERO 8	COMPLEMENTO CASA LT.01 QD.06	
CEP 24.752-125	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO CIDNEY.ROCHA@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9749-4750	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/09/2011
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/06/2022 às 09:49:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



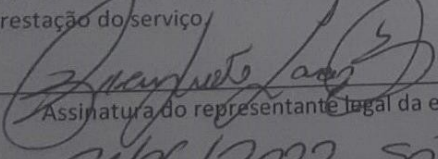
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<p>ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL</p>		<p>REGISTRO GERAL 06.281.164-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/11/2015</p>	
<p>0255</p> <p>Polg. Direito</p>		<p>NOME CIDNEY DE ARAUJO ROCHA</p>	
<p>0255</p> <p>Assinatura</p>		<p>FILIAÇÃO NICOLAU DA ROCHA</p>	
<p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>		<p>JANIRA DE ARAUJO ROCHA</p>	
		<p>NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 21/12/1964</p>	
		<p>DOC. ORIGEM C. CASM LIV 138AUX FLS 183 TERM 3720</p>	
		<p>NITERÓI</p>	
		<p>CPF 703.755.007-82</p>	
		<p>001 2 Via</p>	
		<p>JOSE CARLOS DOS SANTOS ARAUJO RECEBEM DO DETRAN RJ (0094988)</p>	
		<p>LEI Nº 7.116 DE 29/08/83</p>	



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Macearia NFP		
Endereço:	Rua Carlos Azeite	CNPJ:	44.951776/000162
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752-150
Nome do representante legal:	Allan Leite Laranjeira		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

21/06/2022 - São Gonçalo - RJ
 Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 44.951.776/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/01/2022
NOME EMPRESARIAL ALLAN LEITE LAROZA 06037078742			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMKJMULTYMARCS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV DANIEL MARTINS DOS SANTOS	NÚMERO 02	COMPLEMENTO CASA LT 12 QD 23	
CEP 24.752-230	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMKJIMPORTMODASGRIFES@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9752-1921	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/01/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/06/2022 às 22:22:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1893214520

PROIBIDO PLASTIFICAR
1893214520

NOME
ALLAN LEITE LAROZA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
213207269D1CRJ

CPF
060.370.787-42

DATA NASCIMENTO
07/07/1987

FILIAÇÃO
ALCEU LAROZA
MARIA BEATRIZ COSTA
LEITE

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06149483162

VALIDADE
15/07/2024

1ª HABILITAÇÃO
16/08/2014

OBSERVAÇÕES
EAR

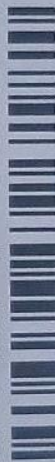
ASSINATURA DO PORTADOR
NITERÓI, RJ

DATA EMISSÃO
17/07/2019

ASSINATURA DO EMISSOR
10047959468
RJ055395141

RIO DE JANEIRO

11051F19206.012_Berco - Mov. 103206 - Seq. 000466



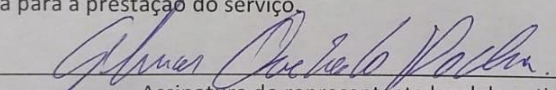
ALLAN LEITE LAROZA 06037078742
AVENIDA SANTOS 2
QD 23LT 12
IPIBA
24752-230 SAO GONCALO - RJ



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	GILMAR QUEVEDO ROCHA 95116486753		
Endereço:	RUA ANTONIO RODRIGUES, 12	CNPJ:	26.318.285-0001-05
Município:	SÃO GERALDO-JOQUICURÁ	UF:	PR CEP: 24.743-560
Nome do representante legal:	GILMAR QUEVEDO ROCHA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SAS GERALDO RJ. 21 de junho 2022

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DGPC/DPT/INSTITUTO FÉLIX PACHECO

R. GERAL
06948655-3

NOME
GILMAR QUEVEDO ROCHA

NOME DO PAI
JOSE JOÃO DA ROCHA

NOME DA MÃE
ELMA QUEVEDO ROCHA

DATA NASC
25/07/1966

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO

EMIÇÃO
02/08/1983

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

16

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

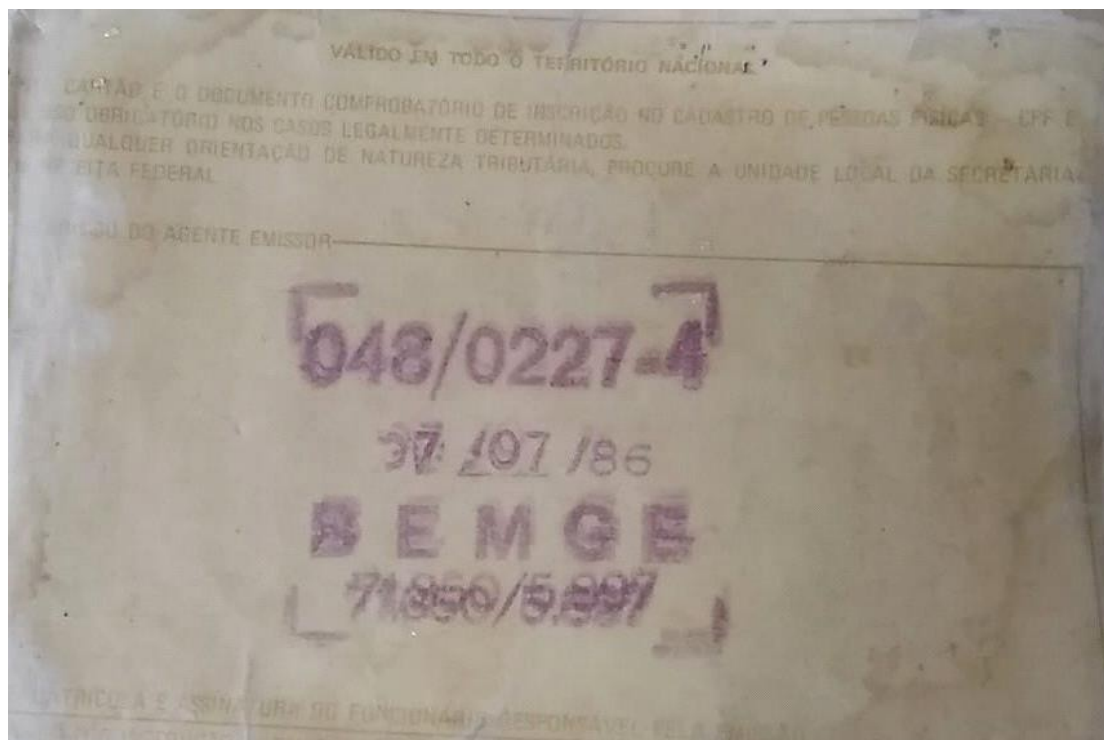
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO GPF
951164867 53

COMPLETO
GILMAR QUEVEDO ROCHA

NASCIMENTO
25.07.66

Gilmar Quevedo Rocha.





COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 26.318.285/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/10/2016
NOME EMPRESARIAL GILMAR QUEVEDO ROCHA 95116486753			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ELETRONICA GQ			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO *****	NUMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF *****
ENDEREÇO ELETRÔNICO albinocorreia1@gmail.com		TELEFONE (21) 9758-4365	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSÃO DE DECLARAÇÕES			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/06/2022 às 23:07:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)

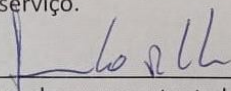




QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	LEONARDO ROCHA DA CUNHA 11214967760			
Endereço:	AV. DE EUGENIO BORGES, 204, RIO DO OURO	CNPJ:	33542707/0001-89	
Município:	SÃO GONÇALO	UF:	RJ	CEP: 24753000
Nome do representante legal:	LEONARDO ROCHA DA CUNHA			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.



 Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

RJ, SÃO GONÇALO 22 DE JUNHO DE 2022

 Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.542.707/0001-89 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 06/05/2019	
NOME EMPRESARIAL LEONARDO ROCHA DA CUNHA 11214967760			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LEO TEC SEGURANCA ELETRONICA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV DOUTOR EUGENIO BORGES		NÚMERO 204	COMPLEMENTO LOTE 02
CEP 24.753-000	BAIRRO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO leonardorochadacunha@gmail.com		TELEFONE (21) 9785-2431	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/05/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 16:20:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CONSULTAR QSA



VOLTAR



IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
LEONARDO ROCHA DA CUNHA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
0201788395 DIC RJ

CPF
112.149.677-60

DATA NASCIMENTO
07/11/1983

FILIAÇÃO
ELIAS SANTANA DA CUNHA
VERA LUCIA ROCHA DA CUNHA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03476347307

VALIDADE
11/12/2024

1ª HABILITAÇÃO
12/01/2005

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1965932899

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
NITERÓI, RJ

DATA EMISSÃO
13/12/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

14000461268
RJ855532645

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Ribeiro Santos Rodrigues da Souza		
Endereço:	R. Profeta Elias 1122 2º/24	CNPJ:	345444220001/40
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752455
Nome do representante legal:	Ribeiro Santos Rodrigues da Souza		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

[Assinatura]

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

São Gonçalo, 22 de junho 2022

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.296.010-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/09/2017

NOME RISONETE SANTOS RODRIGUES DE SOUZA

FILIAÇÃO JOÃO LUDOVICO DOS SANTOS

LUIZA MARIA DA SILVA

NATURALIDADE ESTADO DA PARAÍBA DATA DE NASCIMENTO 06/09/1969

DOC. ORIGEM C. CASM LIV 00040BA FLS 190 TERM 12986

SÃO GONÇALO RJ

CPF 962.088.997-53 PIS 12425223179

001 2 Via

VINICIUS MEDEIROS PARANHAN
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
ID 50823334

0255

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

30



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.544.422/0001-40 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL RISONETE SANTOS RODRIGUES DE SOUZA 96208899753		DATA DE ABERTURA 15/08/2019	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Cara di lua		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 13.59-6-00 - Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R PROFETA AMOS		NÚMERO S/n	COMPLEMENTO *****
CEP 24.752-455	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO netyjulove@hotmail.com		TELEFONE (21) 2617-1287	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/08/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 17:53:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA	VOLTAR	IMPRIMIR
---------------	--------	----------

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		CPF
Razão Social:	ELIS ANGELA GONÇALVES DE SOUSA 000.591.347-04	
Endereço:	AL. ANTONIO MARCILLO BRITO 412 916	CNPJ: 11.433.534/0001-61
Município:	SAO GONÇALO	UF: RJ CEP: 24752-110
Nome do representante legal:	ELIS ANGELA GONÇALVES DE SOUSA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Elis Angela Gonçalves de Sousa
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

22/06/2022 São Gonçalo RJ
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

NOME
ELIS ANGELA GONÇALVES DE SOUSA

FILIAÇÃO
JOSÉ GOMES DE SOUSA
IZABEL GONÇALVES DE MELO

DATA NASC.
05/09/1968

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO/RJ

OBSERVAÇÃO
NÃO HÁ

FATOR RH
XXXX

Elis Angela Gonçalves de Sousa
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 000.591.347-04 DNI 000000000000000000
REGISTRO GERAL 08.142.852-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/12/2021

REGISTRO CIVIL
C.NASC LIV 1E311 FLS 245V TERM 186328 C 014
RIO DE JANEIRO RJ

T. ELEITOR 83719020540 CTPS / SÉRIE / UF NÃO INFORMADO
NIS / PIS / PASEP 12288385792 IDENTIDADE PROFISSIONAL NÃO INFORMADO
CERT. MILITAR NÃO INFORMADO
CNH NÃO INFORMADO CHS NÃO INFORMADO

POLEGAR DIREITO

Adolpho Konder
2 VIA ADOLPHO KONDER HOMEM DE CARVALHO FILHO PRESIDENTE DO DETRAN-RJ ID: 5043108-2 0639

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.433.537/0001-61 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 04/01/2010	
NOME EMPRESARIAL ELIS ANGELA GONCALVES DE SOUSA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GELI ENGLISH		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.93-7-00 - Ensino de idiomas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)			
LOGRADOURO AV ANTONIO MARCILIO BRITO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE: 12; QUADRA: 20;
CEP 24.752-110	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO E.ANGELA@IG.COM.BR		TELEFONE (21) 3706-1852/ (21) 2604-1919	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 18:32:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)





QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	Castro Artes (Antônio Carlos de Castro 02500313700)			
Endereço:	Rua Vereador Luiz Paulo Guimarães Nº 446	CNPJ:	21.515.954/0001.07	
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ	CEP: 24752-605
Nome do representante legal:	Antônio Carlos de Castro			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Antônio Carlos de Castro

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

22/06/2022 - SÃO GONÇALO - RJ

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.515.954/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/12/2014
NOME EMPRESARIAL ANTONIO CARLOS DE CASTRO 02500313700			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CASTRO ARTES			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.12-3-00 - Edição de jornais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO EST ENGENHO DO ROCADO	NÚMERO 446	COMPLEMENTO *****	
CEP 24.752-605	BARRIO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO CASTRO.ARTESGRAFICA@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9194-4943	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/09/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/06/2022 às 20:01:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)

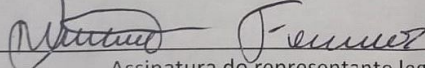




QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	DAMIÃO FERREIRA LEAL 873647353-72		
Endereço:	R. LAURIVAL MONTEIRO VARGAS 1100-11 CNPJ: 26.599.171/0001-72		
Município:	SÃO CARLOS - PI, RN	UF:	PI CEP: 24.752-200
Nome do representante legal:	DAMIÃO FERREIRA LEAL		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

22 de Junho de 2022
SÃO CARLOS - PI, RN
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.




A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.599.171/0001-72 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL DAMIAO FERREIRA LEONEL 87364735372		DATA DE ABERTURA 24/11/2016	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MERCADINHO DO MANO		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-6 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV LOURIVAL MENEZES VASCONCELOS		NÚMERO LT 10	COMPLEMENTO QUADRA 11
CNPJ 24.752-200	BARRIO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO manocesta04@gmail.com		TELEFONE (21) 8839-3277	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/11/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/06/2022 às 10:32:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
DANIEL FERREIRA LEONEL

CPF
873.647.353-72

DATA NASCIMENTO
01/05/1980

ENDEREÇO
ANTONIO FERREIRA
LEONEL
MARIA KENIURA FERREIRA
LEONEL

PROFISSÃO
FISICULTURISTA

SEXO
M

DATA EMISSÃO
07/07/2019

VALIDADE
10/08/2004

VALIDADE EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
943917380

03352245403

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Titular

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
09/07/2014

Assinatura do Diretor

05513657558
RJ401066444

DETRAN-RJ (RIO DE JANEIRO)

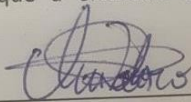
PROIBIDO PLASTIFICAR
943917380



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Orbulo dos Santos Ribeiro 10461674720		
Endereço:	Alameda Caracas	CNPJ:	34514334/0001-03
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ CEP: 24752-430
Nome do representante legal:	Orbulo dos Santos Ribeiro		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.



Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

24 de Junho 2022, São Gonçalo, RJ

Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1811870491

NOME
ONILDO DOS SANTOS RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0207182775DICRJ

CPF
104.616.747-26

DATA NASCIMENTO
08/10/1983

FILIAÇÃO
JOSE RIBEIRO TAVARES
ARLETE CARLOS DOS
SANTOS TAVARES

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
04359067280

VALIDADE
28/03/2024

1ª HABILITAÇÃO
13/05/2008

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ITABORAI, RJ

DATA EMISSÃO
01/04/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

15546148461
RJ626004624

RIO DE JANEIRO



13:58

4G



s.receita.fazenda.gov.br



Contra os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 34.514.334/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/08/2019
NOME EMPRESARIAL ONILDO DOS SANTOS RIBEIRO 10461674726			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Onildo Ribeiro			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.85-7-99 - Comércio varejista de outros artigos usados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AL CARACAS	NUMERO sn	COMPLEMENTO FUNDOS	
CEP 24.752-430	BARRIO/CELESTRO RIO DO OURO	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO onildo.sribeiro@gmail.com		TELEFONE (21) 2617-5644	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/08/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/06/2022 às 13:55:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Sandre Maria de Paula Freitas		
Endereço:	Entrada de Surostos, 48	CNPJ:	35.889.632/000132
Município:	São Gonçalo	UF:	RJ
Nome do representante legal:	Sandre M ^o de P. Freitas		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

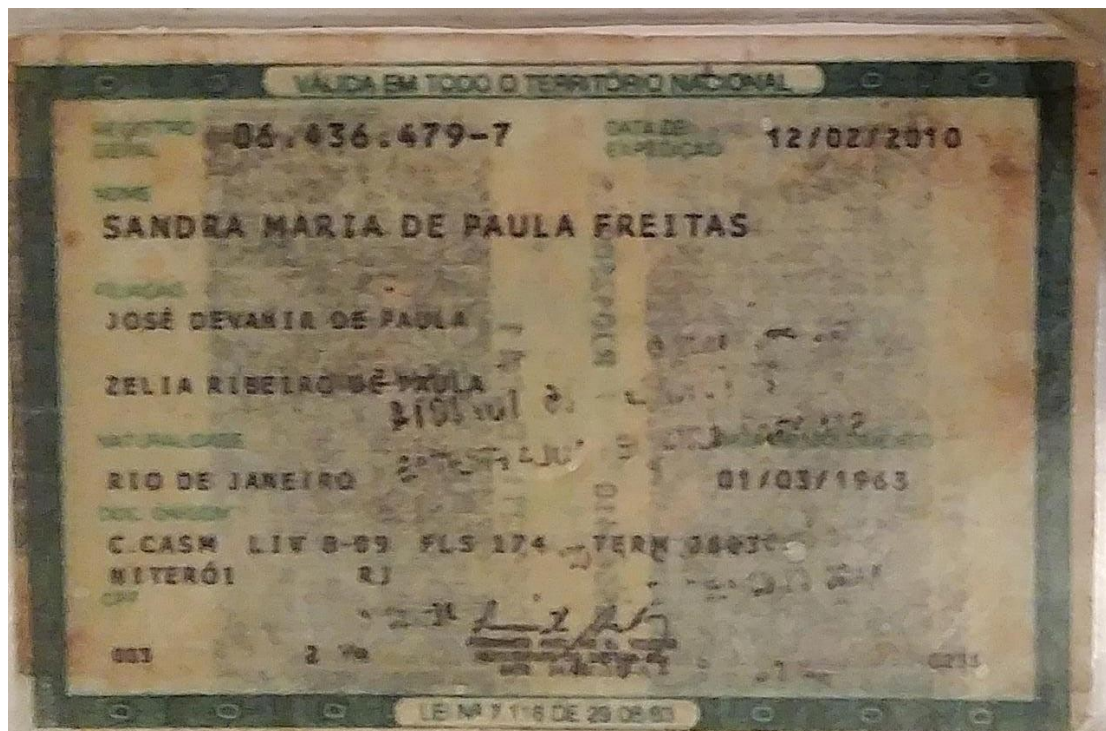
Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Sandre M^o de P. Freitas
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

23/06/2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.





COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 35.889.632/0001-32 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/01/2020
NOME EMPRESARIAL SANDRA MARIA DE PAULA FREITAS 00189254726			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ALFABETIZANDO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO EST DO ARRASTAO	NUMERO 48	COMPLEMENTO CONJ 4	
CEP 24.753-680	BARRIO/DISTRITO RIO DO OURO	MUNICIPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO SANDRAMARIADPF@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 6969-2830	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2020
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 14:15:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)

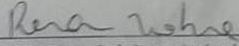




QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR			
Nome Completo:	Renan Gabriel Nohre de Azevedo		
Endereço:	Av. Dr. Eugênio Borges, 3990, Rio do Ouro.		
Município:	UF:	CEP:	
	RS	24753-000	
RG:	Orgão Emissor:	CPF:	
22.330.163-1	Detran	115.620.75764	

Eu, acima qualificado (a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa do CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do(a) apoiador(a)

27/06/2022, Niterói, RJ
 Data, Município e UF

ATENÇÃO:
 - Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 46.581.738/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/05/2022
NOME EMPRESARIAL RENAN GABRIEL NOBRE DE AZEVEDO 11562075764			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BETHESDA BURGER			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 56.12-1-00 - Serviços ambulantes de alimentação 47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros 56.11-2-01 - Restaurantes e similares 10.13-9-01 - Fabricação de produtos de carne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R VISCONDE DE SEPETIBA		NUMERO 666	COMPLEMENTO BOX 3
CEP 24.020-206	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NITERÓI	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO RENANGABRIELNOBRE@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8290-2244	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/05/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 21:03:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)



CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
		MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA		RJ	
		DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO			
		CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
<hr/>					
NOME: RENAN GABRIEL NOBRE DE AZEVEDO					
DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF: 223301631 DIC RJ					
CPF: 115.620.757-64 DATA NASCIMENTO: 20/06/1995					
FILIAÇÃO: JOSE WILSON DE OLIVEIRA AZEVEDO					
ELIZABETE SILVA NOBRE					
<hr/>					
PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: B					
Nº REGISTRO: 06249252815 VALIDADEZ: 14/05/2024 1ª HABILITAÇÃO: 04/12/2014					
<hr/>					
OBSERVAÇÕES: EAR					
<hr/>					
ASSINATURA DO PORTADOR: 					
LOCAL: NITERÓI, RJ DATA EMISSÃO: 17/05/2019					
<hr/>					
ASSINADO DIGITALMENTE 56202346746					
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO RJ419252673					
<hr/>					
RIO DE JANEIRO					
<hr/>					
DENATRAN CONTRAN					

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	Júlia de Moraes Bená Dias 182.281.777-39		
Endereço:	Rua Dr. Moraes do Silva, 52, Pádua	CNPJ:	45993364600158
Município:	Niterói	UF:	RJ CEP: 24358510
Nome do representante legal:	Júlia de Moraes Bená Dias		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Júlia de Moraes Bená Dias
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

27 de Junho de 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	
	
Polegar Direito 0255	
Júlia de Moraes B. Dias	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 21.418.738-7	DATA DE EXPEDIÇÃO 23/08/2016
NOME JÚLIA DE MORAES BENÁ DIAS	
FILIAÇÃO WILLIAM BENÁ DIAS	
ALZIRA FRANCISCA DE MORAES BENÁ DIAS	
NATURALIDADE RIO DE JANEIRO/RJ	DATA DE NASCIMENTO 15/08/1998
DOC. ORIGEM C. NASC. LIV 1035A FLS 16 RJ TERM 196218 C 5*	
CPF 182.281.777-39	
001 2 Via	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS ARAÚJO PRESIDENTE DO DETRAN-RJ ID0514883
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.993.364/0001-58 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 11/04/2022			
NOME EMPRESARIAL JULIA DE MORAES BENA DIAS 18228177739			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MABS BAZAR		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.85-7-99 - Comércio varejista de outros artigos usados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R DOUTOR ROMEU MARA DA SILVA		NÚMERO 52	COMPLEMENTO CASA CASA
CEP 24.358-510	BARRIO/DISTRITO MARAZUL	MUNICÍPIO NITEROI	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO JUHDIAS@LIVE.COM		TELEFONE (21) 7889-0278	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/04/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 21:00:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#) [VOLTAR](#) [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)





QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	JOSE JORGE DE OLIVEIRA 516574067-68		
Endereço:	AV. Alexsandro Ferreira Figueiras	CNPJ:	13.669.422/0001-04
Município:	São Gonçalo nº Lt. 9 QD. 9	UF:	RJ CEP: 24.752-070
Nome do representante legal:	JOSE JORGE DE OLIVEIRA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

JOSE JORGE DE OLIVEIRA
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

São Gonçalo 28 de Maio de 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo de Posse do Declarante ou contrato social da entidade. No caso de empresa individual, deve apresentar documento de identidade do titular.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
NOME JOSE JORGE DE OLIVEIRA		
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF 0526079001FPRJ		
CPF 516.574.067-68	DATA NASCIMENTO 09/10/1957	
FILIAÇÃO NESTOR DE OLIVEIRA		
GEORGINA BERNARDO DE OLIVEIRA		
PERMISSÃO C	ACC C	CAT. HAB. C
Nº REGISTRO 00089277920	VALIDADE 02/11/2020	1ª HABILITAÇÃO 07/10/1988

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1204590009



OBSERVAÇÕES

Youssof de Oliveira

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO GONCALO, RJ

DATA EMISSÃO
04/11/2015

[Signature]

ASSINATURA DO EMISSOR

24570598154
RJ172349206

DETRAN RJ (RIO DE JANEIRO)

PROIBIDO PLASTIFICAR

1204590009





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.669.422/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/2011
NOME EMPRESARIAL JOSE JORGE DE OLIVEIRA 51657406768		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.99-1-03 - Obras de alvenaria		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)		
LOGRADOURO AV ALEXANDRE FERREIRA FAGUNDES	NUMERO 1	COMPLEMENTO LOTE 9;QUADRA 9
CEP 24.752-070	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (21) 9667-4875
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/05/2011
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/06/2022 às 07:24:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	ALBERTO VERÍSSIMO DA SILVA JUNIOR		
Endereço:	ROD. ERNANI DO AMARAL PEIXOTO, S/N	CNPJ:	32518-268/0001-34
Município:	MARICÁ	UF:	RJ CEP: 24.942-375
Nome do representante legal:	ALBERTO VERÍSSIMO DA SILVA JUNIOR		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, CNPJ nº 24.323.931/0001-99, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Alberto Veríssimo da Silva Junior
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

SÃO GONÇALO/RJ, 28 DE JUNHO DE 2022
Data, Município e UF

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição, Termo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		REGISTRO GERAL	08.018.967-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/03/2007
0279		NOME	ALBERTO VERÍSSIMO DA SILVA JUNIOR
Fotografia		FILIAÇÃO	ALBERTO VERÍSSIMO DA SILVA
0279		EDENICE SEBASTIANA DE OLIVEIRA	
NATURALIDADE		PERNAMBUCO	DATA DE NASCIMENTO 02/06/1967
DOC. ORIGEM		C.CASM LIV BAUX51 FLS 19	TERM 15920 C 001
SÃO GONÇALO RJ		CPF	000.987.637-50
Assinatura do Titular		001	2 Via
CARTEIRA DE IDENTIDADE		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.418.268/0001-34 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL ALBERTO VERÍSSIMO DA SILVA JUNIOR 00098763750		DATA DE ABERTURA 11/01/2019	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) B & SDESIGNER		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO ROD ERNANI DO AMARAL PEIXOTO		NÚMERO SN	COMPLEMENTO KM 17 LT 7 CASA 04
CEP 24.942-375	BAIRRO/DISTRITO INOA (INOA)	MUNICÍPIO MARICA	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO albertoverissimo@gmail.com		TELEFONE (21) 2628-9476	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/01/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 11/01/2019 às 11:12:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)Preparar Página
para Impressão

file:///C:/Users/Valeria/Documents/BETO_files/cnpjreva_solicitacao2.html

11/01/2019



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

ÍNDICE DE ARQUIVO COMPACTADO

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Informo, para fins de adequação do andamento processual, que consta do presente processo, de número 53115.017160/2022-81, o arquivo compactado abaixo descrito:

Nome do Arquivo	Nº SEI
Lista manifestações MEI	10104983

Foram extraídos do mesmo os documentos abaixo listados, que passam a integrar o processo:

Nome do Documento	Nº SEI
Manifestação de Apoio - Extração Lista manifestações MEI (10104983)	10621590

Por fim, atesto, para os devidos fins, que o teor dos documentos constantes do arquivo compactado não sofreu qualquer tipo de alteração.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 12/01/2023, às 09:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10621599** código CRC **A3B7A0B7**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10621599



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Formo de Extração de Arquivo Compactado 1 (10621599) - SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 152

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Impresso por:RONALDO TONIOLI IGLEZIAS

Data/Hora: 12/01/2023 09:55:40

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: RJ	Município: São Gonçalo	
Município	Canal	Frequência
São Gonçalo	254	98,7
Usuário: ronaldo.mc - RONALDO TONIOLI IGLEZIAS	Data: 12/01/2023	Hora: 09:55:40



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
LITORAL FM

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R JOSE MATOLA DE MIRANDA

NÚMERO
SN

COMPLEMENTO
LOTE 11 QUADRA09 CASA 02

CEP
24.752-055

BAIRRO/DISTRITO
IPIIBA

MUNICÍPIO
SAO GONCALO

UF
RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO
LOCUTORCERTO@GMAIL.COM

TELEFONE
(21) 8151-6104

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/07/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/01/2023 às 09:51:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidos - 12/01/2023 (10621690)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 154



CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 09:56:30 do dia 12/01/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/consultas/geral/nadaconsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Consulta CNPJ e Certidões - 12/01/2023 (16621690)

SLI/55115.017160/2022-81 / pg. 155



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sigec.anatel.gov.br/consultas/geral/nadaconsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MAZOCA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/01/2023 a 07/02/2023

Certificação Número: 2023010902093111666286

Informação obtida em 12/01/2023 10:03:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta CNPJ e Certidões - 12/01/2023 (16621690)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 157



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:58:01 do dia 12/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/07/2023.

Código de controle da certidão: **1760.F94E.0952.E771**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Consulta CNPJ e Certidões - 12/01/2023 (16621690)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 158

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 1684016/2023
Expedição: 12/01/2023, às 09:58:28
Validade: 11/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidões - 12/01/2023 (168401690)

SEI 95115.017160/2022-81 / pg. 159

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 12/01/2023, às 11:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10621692** código CRC **C21B878B**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI-MCOM nº 10621692



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (10621692)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 160

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	contém	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-8177765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|---------|---------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | Aberta | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | igual a | Atividade de Inspeção |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | contém | Uso do Espectro - Não Outorgado |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | contém | Márcio Ribeiro dos Santos |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-8177765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	contém	Rômulo Braga Verlinde

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 77



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|---------|---------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | Aberta | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | igual a | Atividade de Inspeção |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | contém | Uso do Espectro - Não Outorgado |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | contém | Paulo Henrique da Silva Dutra |

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-8177765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|---------|---------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | Aberta | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | igual a | Atividade de Inspeção + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | contém | Uso do Espectro - Não Outorgado |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | todos | |
| <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade | igual a | 24323931000199 |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:


[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	todos	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	igual a	88245020753

Opções

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:


[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	todos	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	igual a	15105335759

Opções

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-81 7765381 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	Aberta	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	igual a	Atividade de Inspeção +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	contém	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	todos	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	igual a	12163591727

Opções

☒ Aplicar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

Aberta

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 225221

Lon: 425848


Raio: Raio (k

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 12/01/2023 (10621697)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, de interesse da **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** na localidade de São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe** essa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias**, Analista Técnico-Administrativo em 12/01/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10621700** código CRC **9BD668E2**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI-MCOM nº 10621700



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (10621700)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 170

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81 CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**Nº do edital/ano: **66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022****Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022****Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)**

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 – CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (10104965)

4. Estatuto Social: (10104973) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: () Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM () NÃO

(O documento inserido - 10104974 - não se trata da Ata de Constituição, mas sim de alteração do estatuto social e de substituição da diretoria.)

6. Ata de eleição: () para o período de ???/??/???? a 16/08/2023

(O documento inserido - 10104975 - não se trata da Ata de Eleição, mas sim de alteração do estatuto social e de substituição da diretoria. O início do mandato não foi identificado.)

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (10104966) ... (10104972)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Márcio Ribeiro dos Santos	022874910370 10/10/1966	Arlindo Ribeiro dos Santos Luzia Ribeiro dos Santos	88245020753	Não
Secretário: Rômulo Braga Verlinde	153456720388 26/01/1993	Jorge Augusto Campos Verlinde Sonia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Tesoureiro: Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591727	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)

9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)

10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10621690) e Fiscaliza (10621700)

11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10621692)

11.1. Certidões (não são habilitantes)

1.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10621690)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 171

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10621690)

11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10621690)

11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10621690)

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de constituição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata para alteração do estatuto social e substituição da diretoria, e não à Ata de Constituição da Entidade. A Ata de Eleição em si também não foi apresentada, já que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia do documento apresentado no lugar da Ata de Constituição, ou seja, de alteração do estatuto social e de substituição da diretoria. Conforme determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos::
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

EM CASO DE FUNDAÇÕES:

1. Estatuto social:

dequações à Portaria:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Checklist (10021/27)

SEI 53113.017160/2022-81 / pg. 172

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art.**

b) Órgão administrativo e cargos: **Art.**

c) Atribuições do Órgão administrativo: **Art.**

d) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art.**

e) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art.**

1.2 Adequação ao Código Civil:

FUNDAÇÕES

As fundações devem observar os **arts. 62 a 69** especial:

Arts. 66 e 67: a alterar o estatuto social é necessário que:

- haja deliberação por 2/3 (dois terços) dos competentes para gerir e representar a fundação; **Art.**

- a alteração não contrarie ou desvirtue o fim da fundação; **Art.**

- a alteração seja aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada. **Art.**

Art. 69: as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio. **Art.**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: ()

2.2 Certidão FGTS: ()

2.3 Certidão PGFN : ()

2.4 Certidão CNDT: ()

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel () e Fiscaliza

4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES: DD/MM/AAAA:



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 12/01/2023, às 15:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10621727** código CRC **9B770184**



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 1471/2023/SEI-MCOM

Processo nº: **53115.017160/2022-81.**

Assunto: **INABILITAÇÃO. ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Gonçalo/RJ**, virtude da publicação do Edital nº 66/2022, no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências que acarretam na inabilitação, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 25, inciso II	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22.	A Interessada não enviou os seguintes documentos: - Ata de constituição da entidade - se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata de alteração estatutária e de substituição de um membro da diretoria, mas não à ata de constituição da Associação; - Ata de eleição dos atuais dirigentes. documento encaminhado (10104975) é uma cópia da mesma ata apresentada no lugar da ata de constituição, ou seja, não é a ata de eleição propriamente dita, mas sim ata de substituição da diretoria.

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal comunica a **inabilitação** Interessada.

4. O prazo para interposição de recurso administrativo contra esta decisão é de **30 (trinta) dias improrrogáveis** a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

5. Em caso de dúvida, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail duvidasradcom@mcom.gov.br.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente informado neste Ministério.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef4af3-970a-12fd77765381>

Nota Técnica 1471 (10655780)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 174

Oc9aba25-e4ef4af3-970a-12fd77765381

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias**, **Analista Técnico-Administrativo** 16/02/2023, às 14:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** 16/02/2023, às 15:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal** 17/02/2023, às 14:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10655780** código CRC **BDD39BEF**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10655780



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Nota Técnica 1471 (10655780)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 175

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO 231 / 2023

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 1471/2023/SEI-MCOM, constante no processo nº 53115.017160/2022-81, de sorte a INABILITAR o **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, entidade participante do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Gonçalo/RJ**, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, às 22:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10655781** código CRC **5E398602**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10655781

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho de Decisão 231 (10655781)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 176



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 2309/2023/MCOM

Brasília, 03 de janeiro de 2023.

Ao Senhor

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Representante Legal do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** (CNPJ nº 24.323.931/0001-99)

Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba

24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 5311

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1471/2023/SEI-MCOM**, encaminhada do despacho que trata da **inabilitação** entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias** partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Informo que qualquer solicitação encaminhada após o prazo previsto no item 2 deste Ofício será considerada intempestiva e, transcorrido o prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não sejam satisfatórias, o processo será **arquivado**.
4. Cabe ressaltar que, para comunicação da resposta, o responsável pelo registro da solicitação deverá acessar o Portal de Serviços gov.br, entrar na solicitação e enviar a resposta pela própria ferramenta, inserindo os documentos solicitados quando for o caso.
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (**e-mail**) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 2309 (10033784)

SEI 53113.017160/2022-81 / pg. 177

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e de Acesso
03/03/2023, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>,
informando o código verificador **10655784** código CRC **84B498F4**

Anexos:

- Nota Técnica nº 1471/2023/SEI-MCOM (10655780);
- Despacho de Decisão nº 251/2023 (10655781).

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2309/2023/MCOM - Processo nº 53115.017160/2022-81 - Nº SEI: 10655784



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 2309 (10655784)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 178

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Status do processo - Participar de edital de RADCOM - Processo: 001.762

Status

Listagem

Mensagens

Fases

Etapa/Ciclo	Abertura	Finalização	Status	Usuário	Data limite	Limite	Consumido	Saldo
Preencher manifestações/01	28/06/2022 18:13:28	28/06/2022 18:54:44	Aprovado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Revisar solicitação/01	28/06/2022 18:54:44	28/06/2022 19:07:49	Rejeitado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Preencher manifestações/02	28/06/2022 19:07:49	28/06/2022 19:09:01	Aprovado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Revisar solicitação/02	28/06/2022 19:09:01	28/06/2022 19:20:39	Aprovado	Cidadão	--	00:00:00	00:00:00	--
Gerar processo no SEI/01	28/06/2022 19:20:39	28/06/2022 19:58:28	Aprovado	Tarefa Automática	--	00:00:00	00:00:00	--
Repesar solicitações/01	28/06/2022 19:58:28	02/07/2022 20:04:48	Aprovado	Tarefa Automática	--	00:00:00	34:00:00	--
Cadastrar processo no RADCOM Web/01	02/07/2022 20:04:48	08/12/2022 09:52:12	Aprovado	Rosiane Caixeta da Silva	--	00:00:00	1219:52:12	--
Documentação (CGOU)/01	08/12/2022 09:52:12	14/03/2023 15:29:32	Rejeitado	Ana Paula Calixto Lach	--	00:00:00	741:37:20	--
Tomar ciência do indeferimento/01	14/03/2023 15:29:32	--	Em andamento	Cidadão	--	00:00:00	00:00:33	--

⏪

⏩

1

2

⏪

⏩

(11 - 19) 19

Tempo total consumido: 2024:10:40

Saldo total do tempo: --

Saldo de tempo é exibido em "horas úteis": Tempo excedido em vermelho.

Saldo estimado se a etapa fosse finalizada neste momento, pois ela está em andamento.

-- Campo não pôde ser calculado, pois não existe tempo limite para essa etapa

Data Limite em uma etapa "Em Hibernação" representa a data esperada para saída da hibernação.

12fd7765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 5996/2023/SEI-MCOM

Processo nº: **53115.017160/2022-81.**

Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.**

SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, localizada em **São Gonçalo do Rio de Janeiro**, razão do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 1471/2023/SEI-MCOM (10655780) a entidade foi considerada **inabilitada** razão dos seguintes fatos e fundamentos:

A Interessada não enviou os seguintes documentos:

- **Ata de constituição da entidade** - Se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata de alteração estatutária e de substituição de um membro da diretoria, mas não à ata de constituição da Associação;

- **Ata de eleição dos atuais dirigentes** - O encaminhado (10104975) é uma cópia da mesma ata apresentada no lugar da ata de constituição, ou seja, não é a ata de eleição propriamente dita, mas sim ata de substituição da diretoria.

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 2309/2023/MCOM (10655784), encaminhado por correspondência eletrônica através da plataforma digital (10784205) em 14/03/2023, tendo **até o dia 13/04/2023 para recorrer** nos termos do art. 298 da Portaria nº 9.018/2023/GM-MCOM, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06 de abril de 2023.

4. Em resposta, a entidade interpôs **tempestivamente** o recurso administrativo conforme documentos protocolados em **17/03/2023** e **30/03/2023** sob o nº 53115.007026/2023-52 e 53115.008739/2023-33, alegando, em suma, que:

Em relação aos documentos enviados por ocasião da inscrição do Centro Cultural Vida FM no Edital 88/2022:

O corpo de Diretores citados conforme Ata de Fundação (2015/2019), foi reconduzido por igual tempo (2019/2023), com base no Estatuto.

Entre 2020 e 2021, 2 Diretores se desligaram deste quadro e para tanto as respectivas alterações e atualizações conforme Atas anexadas. Agora em 2023, se dará nova convocação para Eleição e posse de novo Presidente.

Em tempo, temos e tivemos não poucas dificuldades para lhes corresponder face ao novo processo de inscrição (Sistema) e por nossas limitações de conhecimento em Sistema e Jurídico, além dos poucos recursos financeiros, motivo pelo qual a necessidade de amparo para não errarmos no envio desse ou daquele documento e entender o que se pede.

Retificamos nosso empenho e renovado pedido para que tudo fique bem e alcancemos o objetivo tão buscado sem qualquer pena.

Buscando usar de toda transparência com os fatos ora narrados para o bom andamento do processo 53115.017160/2022-81



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-42fd77765381>

Nota Técnica 5996 (1066600)

SEI 53115-017160/2022-81 / pg. 180

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-42fd77765381

5. Ao que se observa do mérito do Recurso, a entidade anexou devidamente a documentação que levou a inabilitação da entidade.

6. Conforme se constata do relatório de vizinhos (10464059), para o local pretendido, não consta que exista outra entidade interessada na execução do serviço, para o mesmo Edital. Assim, deve-se aplicar ao caso a exceção contida no parágrafo 2º, inciso I do art. 294 da Portaria nº 9.018/2023/GM-MCOM, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023:

Art. 294. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas;

6. Desta forma, deve ser reconsiderada a decisão, retornando o processo à análise.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoabilidade, da proporcionalidade, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo conhecimento e **reconsideração da decisão** que inabilitou a entidade, de forma que se retome a análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Maciel**, **Assistente Técnico**, em 24/04/2023, às 09:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Correia**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 24/04/2023, às 10:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 24/04/2023, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10868600** código CRC **5897B83D**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10868600



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765881>

Nota Técnica 5596 (10868600)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 181

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765881



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO 733 / 2023

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 5996/2023/SEI-MCOM, constante no processo nº 53115.017160/2022-81, de sorte **reconsiderar a decisão** e inabilitou o **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, entidade participante do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Gonçalo/RJ**, tomando-se a análise processual.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheidegger**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 04/06/2023, às 16:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10868686** código CRC **9AC2A53F**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10868686



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho de Decisão 733 (10868686)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 182

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 10530/2023/MCOM

Brasília, 09 de maio de 2023.

Ao Senhor

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Representante Legal do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** (CNPJ nº 24.323.931/0001-99)

Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba

24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53115.017160/2022-81**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 5996/2023/SEI-MCOM** acompanhada do Despacho que reconsiderou a decisão de inabilitação da entidade, em razão do recurso administrativo interposto, para retomada da análise processual.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (**e-mail**) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**,
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal,
em 09/05/2023, às 09:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>,
informando o código verificador **10868690** código CRC **F57C1003**





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 10590 (1055550)

SEI 99115.017160/2022-81 / pg. 184

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Data de Envio:

11/05/2023 14:57:36

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

LOCUTORCERTO@GMAIL.COM

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

SEI_MCOM - 10868690 - Ofício.pdf

SEI_MCOM - 10868600 - Nota Técnica.pdf

SEI_MCOM - 10868686 - Despacho de Decisão.pdf

Oficio_10868690.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmasignatura.camara-leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div><div>NUMERO DE INSCRIÇÃO</div><div>24.323.931/0001-99</div><div>MATRIZ</div></div>	<div><div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div><div>CADASTRAL</div></div>	<div><div>DATA DE ABERTURA</div><div>16/10/2015</div></div>
<div><div>NOME EMPRESARIAL</div><div>CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM</div></div>		
<div><div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div><div>LITORAL FM</div></div>		<div><div>PORTE</div><div>DEMAIS</div></div>
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div><div>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div></div>		
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div><div>Não informada</div></div>		
<div><div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div><div>399-9 - Associação Privada</div></div>		
<div><div>LOGRADOURO</div><div>R JOSE MATOLA DE MIRANDA</div></div>	<div><div>NÚMERO</div><div>SN</div></div>	<div><div>COMPLEMENTO</div><div>LOTE 11 QUADRA09 CASA 02</div></div>
<div><div>CEP</div><div>24.752-055</div></div>	<div><div>BAIRRO/DISTRITO</div><div>IPIIBA</div></div>	<div><div>MUNICÍPIO</div><div>SAO GONCALO</div></div>
<div><div>UF</div><div>RJ</div></div>		
<div><div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div><div>LOCUTORCERTO@GMAIL.COM</div></div>		<div><div>TELEFONE</div><div>(21) 8151-6104</div></div>
<div><div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div><div>*****</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>ATIVA</div></div>		<div><div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>19/07/2022</div></div>
<div><div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>		<div><div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/05/2023 às 08:55:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidos - 19/05/2023 (10514555)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 186



CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 08:57:40 do dia 19/05/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](#)

Consulta CNPJ e Certidões - 19/05/2023 (10514535) - 8E155115.017160/2022-81 / pg. 187



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MAZOCA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/05/2023 a 04/06/2023

Certificação Número: 2023050603141586015803

Informação obtida em 19/05/2023 08:58:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta CNPJ e Certidões - 19/05/2023 (10514535)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 189



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:58:49 do dia 19/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2023.

Código de controle da certidão: **27A0.BA9B.7721.393D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Consulta CNPJ e Certidões - 19/05/2023 (10514555)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 190

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 21491603/2023
Expedição: 19/05/2023, às 08:59:15
Validade: 15/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidões - 19/05/2023 (10514555)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 191

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político.

A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a o e exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10914955).

Brasília, 19 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 22/05/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914957** código CRC **AFCAC262**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10914957



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (10914957)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 193

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div><div>todos</div><div>▼</div></div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div><div>igual a</div><div>▼</div></div> | <div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div><div>contém</div><div>▼</div></div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div><div>contém</div><div>▼</div></div> | <div>CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF</div> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Márcio Ribeiro dos Santos"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada


contém

Rômulo Braga Verlinde

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <input type="text" value="todos"/> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <input type="text" value="igual a"/> | <input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <input type="text" value="contém"/> | <input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <input type="text" value="contém"/> | <input type="text" value="Paulo Henrique da Silva Dutra"/> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	Uso do Espectro - Não Outorgado
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div>igual a</div>	24323931000199

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="88245020753"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="15105335759"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="12163591727"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#)
[Atividade](#)
[Tarefas](#)
[Wiki](#)
[Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 225221

Lon: 525848


Raio: Raio (R)

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 19/05/2023 (10914959)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, de interesse da **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, na localidade de São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe** nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 19 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias**, Analista Técnico-Administrativo em 22/05/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914961** código CRC **6F807702**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10914961



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Despacho (10914961)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 203

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81 CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**Nº do edital/ano: **66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022****Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022****Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)**

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 – CADSEI
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10104965)
4. Estatuto Social: (10104973,) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (10104975) para o período de 17/08/2019 a 16/08/2023
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (10104966) ... (10104972)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Márcio Ribeiro dos Santos	022874910370 10/10/1966	Arlindo Ribeiro dos Santos Luzia Ribeiro dos Santos	88245020753	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720388 26/01/1993	Jorge Augusto Campos Verlinde Sonia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591727	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes)
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara.gov.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 204

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de constituição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata para alteração do estatuto social e substituição da diretoria, e não à Ata de Constituição da Entidade. A Ata de Eleição em si também não foi apresentada, já que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia do documento apresentado no lugar da Ata de Constituição, ou seja, de alteração do estatuto social e de substituição da diretoria. Conforme determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua análise retomada e o documento constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art. 8º**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art. 8º**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art. 12**

Solicitar complementação para que fique explícita a previsão de não permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos, após a única recondução possível, conforme orientação da Conjur em caso semelhante.

- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **arts. 5º e 9º**

Não estão presentes os requisitos para a demissão; somente estão presentes os requisitos para a admissão e para a exclusão.

- c) Direitos e deveres dos associados: **art. 8º**
 - d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 17**
 - e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **arts. 10 a 14**
 - f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 18 e 19**
 - g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art. 11**
 - h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art. 9º**
 - i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto); assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art. 11**
- ntia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 11, §1º**



k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (pg. 1 - 10914955)

2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 10914955)

2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 10914955)

2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 10914955)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)

3. Pesquisa Anatel (pg. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (pg. 10914961)

4. Anexo 6/ART: **Solicitar o encaminhamento.**

OBSERVAÇÕES:

22/05/2023 Documentação referente à Fase Habilitação completa. Como não há concorrente na localidade, encaminhar o processo para a Convocação para a Fase de Instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 22/05/2023, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10914965** código CRC **91C1FB5F**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 10914965

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Checklist (10914955)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 206

CIDADE (CONTINUAÇÃO)
Latitude: N - Norte ou S - Sul)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

_____o_____,_____,_____o_____,_____,_____”W

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

MODELO
HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

POTÊNCIA

N°

_____, W

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

FABRICANTE DA ANTENA																			
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

MODELO
POLARIZAÇÃO

	V	C	E	H
--	---	---	---	---

TIPO

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

Altitude do local: _____ dBd _____, _____ m _____, _____ m

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

[illegible]

MODELO

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

_____, _____ m _____, _____ dB _____, _____ dB _____, _____

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

G_{ht} = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

 η = Eficiência da linha de transmissão.

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 208

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \text{____} - 20 \log \text{____} = \text{____} \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 - DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico <u>encaminhado em anexo</u> .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria n°. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 - DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDEREÇO

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

[illegible]

					-				
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

A horizontal number line with 11 equally spaced tick marks. The tick marks are labeled with integers from 0 to 10, starting from the left and increasing to the right.

[illegible]

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

--

[illegible]

A horizontal number line with 20 tick marks, labeled from 1 to 20.

		/			/				
--	--	---	--	--	---	--	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd737765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 13477/2023/MCOM

Brasília, 22 de maio de 2023.

Ao Senhor

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Representante Legal do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** (CNPJ nº 24.323.931/0001-99)

Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba

24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: PROCESSO nº 53115.017160/2022-81. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RETOMADA DA ANÁLISE PROCESSUAL - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Gonçalo/RJ**, razão do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022, cujo processo teve sua análise retomada, conforme decisão constante da NOTA TÉCNICA Nº 5996/2023/SEI-MCOM (10868600) e do DESPACHO DE DECISÃO nº 735/2023 (10868686), encaminhados mediante o OFÍCIO Nº 10530/2023/MCOM (10868690).
2. Conforme arts. 274 e 275 da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.
3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 276, parágrafo único da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023.
4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução. Por conseguinte, declara-se a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25e4ef4af3-970a-12fd7765381>

Ofício 13477 (10517234)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 211

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381

5. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023, de acordo com os artigos 285 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

5.1. A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (10917228).

Observação: O Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLII) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 286, § 2º da Portaria).

Observação: O Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023 e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLII da mesma Portaria (art. 286, § 2º).

5.2. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 287 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

5.2.1. Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023: O art. 287 do estatuto social não contém expressamente a **vedação de permanência dos mesmos dirigentes na diretoria da Associação após o término do mandato, sendo permitida a recondução permitida, ainda que em cargos diversos** disposto no art. 40, V, "b", da Portaria n.º 4334/2015, atual art. 287, V, "b", da Portaria de Consolidação GM/MCOM n.º 9.018/2023.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 287 da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023, a saber:

Art. 287. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado a quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação: A entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário



próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

5.2.2. Art. 54, inciso II do Código Civil: requisitos para admissão e exclusão dos associados, o estatuto deve conter também os requisitos para a **demissão** dos associados.

Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.

Observação 1: Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

6. Observe-se que a entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

7. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 288, *caput* da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 288. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez, e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal **notifica** Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias** a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento** dos do art. 290, inciso I da Portaria nº 9.018, de 28 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 06/04/2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.assinatura.camara.gov.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Código 15477 (10517254)

SEI 33115-017160/2022-81 / pg. 213

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381

9. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, para viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

10. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/>>> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://www.gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

11. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Educativa**, em 22/05/2023, às 18:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10917254** código CRC **9855EFE1**.

Anexos:

- Anexo 6 da Portaria - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (10917228).

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 10917254



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 15477 (10917254)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 214

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Data de Envio:

24/05/2023 11:33:06

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

locutorcerto@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

SEI_MCOM - 10917254 - Ofício.pdf
controlador.php.pdf
Oficio_10917254.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81 CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**Nº do edital/ano: **66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022****Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022****Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)**

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 – CADSEI
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10104965)
4. Estatuto Social: (10104973, 10964517) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (10104975) para o período de 17/08/2019 a 16/08/2023
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (10104966) ... (10104972)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Márcio Ribeiro dos Santos	022874910370 10/10/1966	Arlindo Ribeiro dos Santos Luzia Ribeiro dos Santos	88245020753	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720388 26/01/1993	Jorge Augusto Campos Verlinde Sonia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591727	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes)
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocamara.gov.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 216

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de constituição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata para alteração do estatuto social e substituição da diretoria, e não à Ata de Constituição da Entidade. A Ata de Eleição em si também não foi apresentada, já que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia do documento apresentado no lugar da Ata de Constituição, ou seja, de alteração do estatuto social e de substituição da diretoria. Conforme determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua análise retomada e o documento constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art. 8º**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art. 8º**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **arts. 5º e 9º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **art. 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **arts. 10 a 14**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 18 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art. 9º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto); assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (pg. 1 - 10914955)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Checklist (11044383)

SEI 53113.017160/2022-81 / pg. 217

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381

- 2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 10914955)
2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 10914955)
2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 10914955)
2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)

3. Pesquisa Antepara (pg. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (pg. 10914961)

4. Anexo 6/ART: Protocolo 53115.016386/2023-45 (10964512, 10964513, 10964514, 10964515)

OBSERVAÇÕES:

22/05/2023 Documentação referente à Fase Habilitação completa. Como não há concorrente na localidade, encaminhar o processo para a Convocação para a Fase de Instrução.

03/08/2023 Em atendimento às solicitações do Ofício 13477 (10917254), recebido em 24/05/2023, por Correspondência Eletrônica (10922537), a Entidade apresentou os protocolos 53115.015614/2023-60, 53115.016386/2023-45 e 53115.015615/2023-12, nas datas respectivas de 13/06/2023, 21/06/2023 e 13/06/2023, portanto foram encaminhados tempestivamente, sem que houvesse necessidade de atendimento à solicitação de prorrogação de prazo realizada mediante o protocolo 53115.015614/2023-60, documento 10950827. Disto isso, observou-se que a solicitação referente às alterações estatutárias, constante do item 5.2 do Ofício, foi cumprida mediante a apresentação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 02/06/2023 (10964517). Já a solicitação para a apresentação do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, constante do item 5.1. do Ofício, foi atendida mediante o protocolo 53115.016386/2023-45, documentos: 10964512, 10964513, 10964514 e 10964515, devendo o processo ser encaminhado à equipe de engenharia, para análise desses dados técnicos. **Após o retorno dos autos a esta Secretaria, deverão ser refeitas as pesquisas das certidões, vínculos e demais necessárias, observando-se que a data de expiração do mandato da diretoria é im**



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Assessor Técnico-Administrativo** em 03/08/2023, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11044583** código CRC **19EAA580**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 11044583



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Checklist (11044583)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 218

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Análises Técnicas e Adaptação de Outorga de Radiodifusão, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo 53115.017160/2022-81.

Interessado CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto: OFÍCIO N° 13477/2023/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 1091

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** localidade de **SÃO GONÇALO/RJ** constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.	10964512, pág. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.	SEI	SIM		
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro n torno do local do sistema irradiante.	10964512, pág. 03	X		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 219

Despacho (11043248)

SEI 53115.017160/2022-81

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	10964512, págs. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	10964512, págs. 03	X		
d) O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	10964512, págs. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	10964512, págs. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	10964512, págs. 03	X		
4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART, 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	10964514, pág. 01 e 10964513, págs. 01 a 03	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local, de Instalação anexo.	10464059 e 10464046	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos.	10464059 e 10464046	X		

Desse modo, considerando que **a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor**, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas cabíveis, relacionadas à fase de instrução processual.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara.gov.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Brasília, 03 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mesquita Moura**, Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 04/08/2023, às 09:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Morgenstern Eigenheira**, em 04/08/2023, às 10:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis Eigenheira**, em 04/08/2023, às 10:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11045246** código CRC **3896ADF5**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11045246



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11045246)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 221

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015	
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02	
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8151-6104	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/08/2023 às 09:09:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 09:16:56 do dia 10/08/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

Consulta CNPJ e Certidões - 10/08/2023 (11054874) - SL753115.017160/2022-81 / pg. 223



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/08/2023 a 07/09/2023

Certificação Número: 2023080921200348614967

Informação obtida em 10/08/2023 09:18:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta CNPJ e Certidões - 10/08/2023 (11654874)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 225



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:58:49 do dia 19/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2023.

Código de controle da certidão: **27A0.BA9B.7721.393D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Consulta CNPJ e Certidões - 19/05/2023 (11654674)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 226

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 40240250/2023
Expedição: 10/08/2023, às 09:19:24
Validade: 06/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidões - 10/08/2023 (11:05:48:74) - SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 227

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político.

A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a o e exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (11054874).

Brasília, 10 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 05/12/2023, às 14:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11054874)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 228

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11054876** código CRC **D1BBD211**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11054876



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11054876)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 229

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 10/08/2023 (11054878)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Márcio Ribeiro dos Santos

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral

Atividade

Tarefas

Wiki

Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Rômulo Braga Verlinde

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

▼ Filtros

- | | | |
|--|--------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <input type="text" value="todos"/> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <input type="text" value="igual a"/> | <input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <input type="text" value="contém"/> | <input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <input type="text" value="contém"/> | <input type="text" value="Paulo Henrique da Silva Dutra"/> |

> Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 10/08/2023 (11054878)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

24323931000199

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ CNPJ/CPF da Entidade

igual a

88245020753

Opções

☒ Aplicar

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div>igual a</div> | <div>Atividade de Inspeção</div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div>contém</div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade | <div>igual a</div> | <div>15105335759</div> |

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 10/08/2023 (11054878)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div><div>todos</div><div></div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div><div>igual a</div><div></div></div>	<div><div>Atividade de Inspeção</div><div></div></div> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div><div>contém</div><div></div></div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div><div>todos</div><div></div></div>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<div><div>igual a</div><div></div></div>	<div>12163591727</div>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 10/08/2023 (11054878)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#)
[Atividade](#)
[Tarefas](#)
[Wiki](#)
[Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 225221

Lon: 425848

Raio: Raio (k

Opções

☒ Aplicar

☒ Limpar

☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - 10/08/2023 (11054878)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, de interesse da **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, na localidade de São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe** nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 10 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, Analista Técnico-Administrativo em 05/12/2023, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11054880** código CRC **3E30CEBE**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11054880



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11054880)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 239

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Anexo Modelo de Requerimento de Outorga (11054936)

SZF39115.017160/2022-81 / pg. 240

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;
- XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
- XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Anexo Modelo de Requerimento de Outorga (11054936)

SZF33115.017160/2022-81 / pg. 241

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG/data de nascimento:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909 e 1.976, de 2018.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Os campos não utilizados para indicação de dirigentes podem ser excluídos.
- Não é necessário indicar integrantes de Conselho Fiscal.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Anexo Modelo de Requerimento de Elegoria (11054936)

SZ150115.017160/2022-81 / pg. 242

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 23059/2023/MCOM

Brasília, 10 de agosto de 2023.

Ao Senhor

MÁRCIO RIBEIRO DOS SANTOS

Representante Legal do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** (CNPJ nº 24.323.931/0001-99)

Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba

24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: PROCESSO nº 53115.017160/2022-81. SANEAMENTO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Gonçalo/RJ, em razão do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

2. Conforme art. 293 da Portaria GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023: *"O Ministério das Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências e solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária"*.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1 **Ata de eleição dos novos dirigentes (art. 274, inciso IV)** - A atual diretoria tem expiração iminente, em 16/08/2022. Assim, a entidade deverá apresentar a ata de eleição da nova diretoria, tão logo ocorra a sua realização e seu registro em cartório.

Observação 1: A ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Observação 2: Os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

3.2 **Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas** - Caso haja alteração do quadro diretivo, mesmo que de apenas um diretor, a entidade deverá apresentar **novo Requerimento de Outorga, todas as declarações** solicitadas, conforme



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 243

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

disposição do art. 274, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado, de próprio punho por todos os dirigentes**

Observaçãoo Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá constar a qualificação completa e assinatura de **todos** dirigentes.

3.3 Comprovante de maioria e nacionalidade de todos os diretores
inciso V e VI): Havendo alteração no quadro diretivo, a Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade dos novos diretores.

Observação serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 274, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

VII - passaporte.

Observação não é necessário sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do **conselho fiscal**

Observação CH não é aceita para fins de comprovação de nacionalidade;

4. Reforça-se que a entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal **notifica** Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias** a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento** dos do art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar **número do respectivo processo bem como deste ofício** e viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: [https://www.gov.br/mcom/>>Serviços>>Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/mcom/>>Serviços>>Protocolo%20Digital%20do%20MCom). Para lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://www.gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 25099-1/2022-81

SEI 33113-01/160/2022-81 / pg. 244

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (**e-mail**) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Coimbra**, **Comissária de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 10/03/2022, às 11:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11054906** código CRC **63630F7E**

Anexo:

- Modelo de Requerimento de Outorga (11054936)

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11054906



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 25099 (11054906)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 245

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Data de Envio:

10/08/2023 11:15:20

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

locutorcerto@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

ANEXO_2_outorga.pdf
Oficio_11054906.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadetrassinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015	
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02	
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 8151-6104	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/09/2023 às 14:38:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/10/2023)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 247



CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:23:54 do dia 06/09/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (14/10/2023) - SLE 93913.017/160/2022-81 / pg. 248

Imprimir

Voltar



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/08/2023 a 26/09/2023

Certificação Número: 2023082806140724058924

Informação obtida em 06/09/2023 14:51:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/10/2023)

SEI55115.017160/2022-81 / pg. 250



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:52:11 do dia 06/09/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/03/2024.

Código de controle da certidão: **CF5F.7D0A.9CE6.D62E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/10/2023)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 251

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 46689255/2023
Expedição: 06/09/2023, às 14:52:42
Validade: 04/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.jus.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/10/2023)

SEI 95115.017160/2022-81 / pg. 252

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político.

A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a o e exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (11101256).

Brasília, 08 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 08/09/2023, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11102093** código CRC **3C3A6076**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11102093



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11102093)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 254

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

+

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF

Opções

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Germano Leão Miranda"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11102097)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Rômulo Braga Verlinde

Opções

Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div>igual a</div> | <div>Atividade de Inspeção</div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div>contém</div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div>contém</div> | <div>Paulo Henrique da Silva Dutra</div> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11102097)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="24323931000199"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11102097)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="20513741712"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11102097)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div><div>todos</div><div>▼</div></div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div><div>igual a</div><div>▼</div></div> | <div><div>Atividade de Inspeção</div><div>▼</div></div> <div>+</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div><div>contém</div><div>▼</div></div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div><div>todos</div><div>▼</div></div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade | <div><div>igual a</div><div>▼</div></div> | <div>15105335759</div> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11102097)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

☒ Tipo

☒ Tipo de inspeção

☒ Identificação da não Outorgada

☒ CNPJ/CPF da Entidade

Opções

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 225221


Lon: 425848

Raio: Raio (k

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11102097)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, de interesse da **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, na localidade de São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe** essa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 08 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, Analista Técnico-Administrativo em 08/09/2023, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11102099** código CRC **E2709141**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11102099



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11102099)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 264

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81 CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**Nº do edital/ano: **66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022****Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022****Canal e Frequência: 254 - 98,7 (10621686)**

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 – CADSEI
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (11095004)
4. Estatuto Social: (10104973, 10964517) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (11095003) para o período de 17/08/2023 a 16/08/2027
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (11095005)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda	182755660353 02/02/2000	Paulo Matias de Miranda Selma Leão Pereira Luiz	20513741712	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720388 26/01/1993	Jorge Augusto Campos Verlinde Sônia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591727	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes)
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)
- 11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10914955)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocamara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Checklist (1102193)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 265

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de constituição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata para alteração do estatuto social e substituição da diretoria, e não à Ata de Constituição da Entidade. A Ata de Eleição em si também não foi apresentada, já que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia do documento apresentado no lugar da Ata de Constituição, ou seja, de alteração do estatuto social e de substituição da diretoria. Conforme determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua análise retomada e o documento constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art. 8º**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art. 8º**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **arts. 5º e 9º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **art. 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **arts. 10 a 14**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 18 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art. 9º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto); assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (pg. 1 - 11101256)

2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 11101256)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Checklist (11102193)

SEI 53113.017160/2022-81 / pg. 266

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 11101256)

2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 11101256)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11102093)

3. Pesquisa Antepara (pg. 2/3 - 11101256) e Fiscaliza (pg. 102099)

4. Anexo 6/ART: Protocolo 53115.016386/2023-45 (10964512, 10964513, 10964514, 10964515)

OBSERVAÇÕES:

22/05/2023 Documentação referente à Fase Habilitação completa. Como não há concorrente na localidade, encaminhar o processo para a Convocação para a Fase de Instrução.

03/08/2023 Em atendimento às solicitações do Ofício 13477 (10917254), recebido em 24/05/2023, por Correspondência Eletrônica (10922537), a Entidade apresentou os protocolos 53115.015614/2023-60, 53115.016386/2023-45 e 53115.015615/2023-12, nas datas respectivas de 13/06/2023, 21/06/2023 e 13/06/2023, portanto foram encaminhados tempestivamente, sem que houvesse necessidade de atendimento à solicitação de prorrogação de prazo realizada mediante o protocolo 53115.015614/2023-60, documento 10950827. Disto isso, observou-se que a solicitação referente às alterações estatutárias, constante do item 5.2 do Ofício, foi cumprida mediante a apresentação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 02/06/2023 (10964517). Já a solicitação para a apresentação do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, constante do item 5.1. do Ofício, foi atendida mediante o protocolo 53115.016386/2023-45, documentos: 10964512, 10964513, 10964514 e 10964515, devendo o processo ser encaminhado à equipe de engenharia, para análise desses dados técnicos. **Após o retorno dos autos a esta Secretaria, deverão ser refeitas as pesquisas das certidões, vínculos e demais necessárias, observando-se que a data de expiração do mandato da diretoria é im**

08/09/2023 Considerando-se a alteração estatutária realizada pela entidade mediante a Assembleia Geral Extraordinária de 02/06/2023 (10964517), é necessário que se solicite a cópia do estatuto social, **em versão consolidada**, com o seu texto completo, já contendo as últimas alterações, acompanhada do comprovante de seu registro no Livro A de Pessoas Jurídicas, conforme constou das observações dos subitens 5.2.1. e 5.2.2. do Ofício nº 13477/2023/MCOM.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, Analista Técnico-Administrativo em 08/09/2023, às 11:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11102193** código CRC **20398996**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 11102193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Checklist (11102193)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 267

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 26568/2023/MCOM

Brasília, 08 de setembro de 2023.

Ao Senhor

GERMANO LEÃO MIRANDA

Representante Legal do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** (CNPJ nº 24.323.931/0001-99)

Rua José Matola de Miranda, s/nº, Qd. 9, Lt. 11, Casa 2 - Ipiúba

24.752-055 - São Gonçalo/RJ

Assunto: PROCESSO nº 53115.017160/2022-81. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **São Gonçalo/RJ**, razão do Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

2. Considerando-se a alteração estatutária realizada pela entidade mediante a Assembleia Geral Extraordinária de 02/06/2023 (10964517), bem como as observações de número 2, constantes dos subitens 5.2.1. e 5.2.2. do Ofício nº 13477/2023/MCOM (10917254), encaminhado em 24/05/2023, via Correspondência Eletrônica (10922537), é necessário que a entidade apresente ao processo:

- **a cópia integral do estatuto social, em versão consolidada, texto completo, já contendo as últimas alterações realizadas, deverá estar acompanhado do comprovante do respectivo registro no Livro A do Registro Civil de Pessoas Jurídicas**

3. Reforça-se que a entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TERMO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 26568 (11102632)

SEI 33115.017160/2022-81 / pg. 268

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga** que determina o art. 292, § 1º c/c art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal **notifica** Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias** a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento** do art. 294, inciso I da Portaria GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, para viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Camargo**, Coordenadora de **Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 08/06/2023 às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11102652** código CRC **879A9F46**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11102652



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 269

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Data de Envio:

08/09/2023 14:05:27

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

germanogxleao@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53115.017160/2022-81

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11102652.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



Data/Hora: 04/10/2023 13:45:20

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: RJ	Município: São Gonçalo	
Município	Canal	Frequência
São Gonçalo	254	98,7

Usuário: - Data: 04/10/2023 Hora: 13:45:20





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02
---	---------------------	--

CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO	UF RJ
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM	TELEFONE (21) 8151-6104
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **04/10/2023** às **13:40:50** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef4-f2-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/140947)

SEI 5515.017160/2022-81 / pg. 272



CNPJ: **24.323.931/0001-99**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 13:42:18 do dia 04/10/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anatel.sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/14/2023) - 32193115.017160/2022-81 / pg. 273



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anatel.sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/14/2023) - SEI 95115.017160/2022-81 / pg. 274

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/09/2023 a 15/10/2023

Certificação Número: 2023091603192385577965

Informação obtida em 04/10/2023 13:43:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (17/146947)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 275

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:43:49 do dia 04/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2024.

Código de controle da certidão: **452B.B7E7.4937.1BFD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef4af3-970a-12fd7765381>

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/14/2023)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 276

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 53977875/2023
Expedição: 04/10/2023, às 13:44:28
Validade: 01/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deps.br/Oc9aba25-e4ef4af3-970a-12fd77765381>

Consulta CNPJ e Certidões - atualização (11/14/2023)

SEI 55115.017160/2022-81 / pg. 277

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político.

A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a e exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (11148947).

Brasília, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 04/10/2023, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11148947)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 278

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11148949** código CRC **C420DDAE**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11148949



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11148949)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 279

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns


Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div>igual a</div> | <div>Atividade de Inspeção</div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div>contém</div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div>contém</div> | <div>CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVF</div> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div>todos</div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div>igual a</div> | <div>Atividade de Inspeção</div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div>contém</div> | <div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div>contém</div> | <div>Germano Leão Miranda</div> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Rômulo Braga Verlinde"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<div>todos</div>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<div>igual a</div>	<div>Atividade de Inspeção</div> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<div>contém</div>	<div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<div>contém</div>	<div>Paulo Henrique da Silva Dutra</div>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- | | | |
|--|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Situação | <div><div>todos</div><div></div></div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo | <div><div>igual a</div><div></div></div> | <div><div>Atividade de Inspeção</div><div></div></div> + |
| <input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção | <div><div>contém</div><div></div></div> | <div><div>Uso do Espectro - Não Outorgado</div><div></div></div> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada | <div><div>todos</div><div></div></div> | |
| <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade | <div><div>igual a</div><div></div></div> | <div><div>24323931000199</div><div></div></div> |

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11148987)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns


Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="20513741712"/>

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11148987)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="15105335759"/>

Opções

☒ Aplicar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11148987)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Tempo gasto](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/> +
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="12163591727"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11148987)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

4. FISCALIZAÇÃO

Busca:

Visão geral Atividade **Tarefas** Tempo gasto Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat:

225221

Lon:


425848

Raio:


Raio (l

Opções

☒ Aplicar

 Limpar

 Salvar

 Nenhuma informação disponível

Consulta Fiscaliza - atualização (11148987)

SEI 53115.017160/2022-81 pg. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, de interesse da **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**, localizada em São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data, **não existe** essa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 04 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 04/10/2023, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11148988** código CRC **B7CC9300**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11148988



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11148988) - SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 289

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81 CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**Nº do edital/ano: **66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022****Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022****Canal e Frequência: 254 - 98,7 (11148944)**

1. Data de postagem/SEI: 28/06/2022 – CADSEI
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (11095004)
4. Estatuto Social: (11147873) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: (10784506) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: (11095003) para o período de 17/08/2023 a 16/08/2027
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (11095005)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda	182755660353 02/02/2000	Paulo Matias de Miranda Selma Leão Pereira Luiz	20513741712	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720388 26/01/1993	Jorge Augusto Campos Verlinde Sônia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591727	Não

8. Manifestações em apoio: (10104976) (10621590)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (10104972)
10. Pesquisa Anatel (pgs. 2/3 - 10914955) e Fiscaliza (10914961)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10914957)
- 11.1. Certidões (não são habilitantes)
- 11.1.1. CNPJ (pg. 1 - 10914955)
- 11.1.2. Certidão FGTS (pg. 4 - 10914955)
- 11.1.3. Certidão PGFN (pg. 5 - 10914955)
- 11.1.4. Certidão CNDT (pg. 6 - 10914955)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 290

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

OBSERVAÇÕES:

12/01/2023 A ata de constituição da Associação não foi encaminhada. Observe-se que o documento apresentado (10104974) corresponde à ata para alteração do estatuto social e substituição da diretoria, e não à Ata de Constituição da Entidade. A Ata de Eleição em si também não foi apresentada, já que o documento encaminhado (10104975) é a mesma cópia do documento apresentado no lugar da Ata de Constituição, ou seja, de alteração do estatuto social e de substituição da diretoria. Conforme determina o art. 25, inciso II da Portaria, a Entidade deverá ser inabilitada.

22/05/2023 Em atendimento à decisão da NT 5996/2023 (10868600), o processo teve sua análise retomada e o documento constante do evento SEI 10104975 atende aos requisitos de identificação da eleição da diretoria.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **art. 2º**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **art. 5º**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **art. 8º**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **art. 8º**
- e) Órgão administrativo e cargos: **art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **art. 12**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **arts. 1º e 2º**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **arts. 5º e 9º**
- c) Direitos e deveres dos associados: **art. 8º**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **art. 17**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: **arts. 10 a 14**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **arts. 18 e 19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **art. 11**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **art. 9º**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto); assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **art. 11, §1º**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (pg. 1 - 11148947)

2.2 Certidão FGTS: (pg. 4 - 11148947)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381> / pg. 291

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

2.3 Certidão PGFN: (pg. 5 - 11148947)

2.4 Certidão CNDT: (pg. 6 - 11148947)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (11148949)

3. Pesquisa Antepara (pg. 2/3 - 11148947) e Fiscaliza (pg. 1148988)

4. Anexo 6/ART: Protocolo 53115.016386/2023-45 (10964512, 10964513, 10964514, 10964515)

OBSERVAÇÕES:

22/05/2023 Documentação referente à Fase Habilitação completa. Como não há concorrente na localidade, encaminhar o processo para a Convocação para a Fase de Instrução.

03/08/2023 Em atendimento às solicitações do Ofício 13477 (10917254), recebido em 24/05/2023, por Correspondência Eletrônica (10922537), a Entidade apresentou os protocolos 53115.015614/2023-60, 53115.016386/2023-45 e 53115.015615/2023-12, nas datas respectivas de 13/06/2023, 21/06/2023 e 13/06/2023, portanto foram encaminhados tempestivamente, sem que houvesse necessidade de atendimento à solicitação de prorrogação de prazo realizada mediante o protocolo 53115.015614/2023-60, documento 10950827. Disto isso, observou-se que a solicitação referente às alterações estatutárias, constante do item 5.2 do Ofício, foi cumprida mediante a apresentação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 02/06/2023 (10964517). Já a solicitação para a apresentação do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, constante do item 5.1. do Ofício, foi atendida mediante o protocolo 53115.016386/2023-45, documentos: 10964512, 10964513, 10964514 e 10964515, devendo o processo ser encaminhado à equipe de engenharia, para análise desses dados técnicos. **Após o retorno dos autos a esta Secretaria, deverão ser refeitas as pesquisas das certidões, vínculos e demais necessárias, observando-se que a data de expiração do mandato da diretoria é im**

08/09/2023 Considerando-se a alteração estatutária realizada pela entidade mediante a Assembleia Geral Extraordinária de 02/06/2023 (10964517), é necessário que se solicite a cópia do estatuto social, **em versão consolidada**, com o seu texto completo, já contendo as últimas alterações, acompanhada do comprovante de seu registro no Livro A de Pessoas Jurídicas, conforme constou das observações dos subitens 5.2.1. e 5.2.2. do Ofício nº 13477/2023/MCOM.

04/10/2023 Processo instruído. Encaminhar para a Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 04/10/2023, às 14:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11148990** código CRC **9DD89BA8**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 11148990



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Checklist (11148990)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 292

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 17473/2023/SEI-MCOM

Processo nº: **53115.017160/2022-81.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA .**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Gonçalo/RJ**, em atendimento ao Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 28/06/2022 (Balcao_Digital_ME) (11095004), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02 Coordenadas geográficas: 22°52'21"S de latitude e 42°58'48"W de longitude
LIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Autenticado eletronicamente, após conferência com original. https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



LIZAÇÃO DO ESTÚDIO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Nota Técnica 17473 (11445014)

SEI 53115.017160/2022-81

pg. 293

Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/07/2022.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		PG. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(11095004)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(11147873)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10784506)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(11095003)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(11095005)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(10104976) (10621590)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(10104972)
8.	Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(10964512) (10964513) (10964514) (10964515)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Nota Técnica 17475 (11446014)

SEP 33/13:017160/2022-81 / pg. 294

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(pg. 1 - 11148947)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(pgs. 2/3 - 11148947)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(pg. 4 - 11148947)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(pg. 5 - 11148947)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(pg. 6 - 11148947)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(11148988) (11148987)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho (11045246), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 d a Portaria G M - M C O M n º 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (10464059).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (11148949).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, itária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** pedido de outorga da Requerente, tendo em vista



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Nota Técnica 17473 (11148914)

SEP 93113:017160/2022-81 / pg. 295

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Igler**, **Analista Técnico-Administrativo**, 09/10/2023, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus, Leite**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, 09/10/2023, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, 09/10/2023, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11149014** código CRC **B952623E**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referências Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11149014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Nota Técnica 17473 (11149014)

SEP 93113:017160/2022-81 / pg. 296

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-81, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCFVM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo/RJ, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Minuta de Exposição de Motivos (1149155)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 297

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 25/09/2023, às 10:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11149139** código CRC **23231F39**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11149139



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Minuta de Exposição de Motivos (11149139)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 298

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.017160/2022-81, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM, inscrito no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02, na localidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 24/09/2023, às 10:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oq9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Minuta de Portaria (11449141)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 299

Ocaba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11149141** código CRC **49EB43E8**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11149141



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Minuta de Portaria (11149141)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 300

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 15.017160/2022-81

Interessado: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM

Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 17473 (11149014), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme **checklist** constante do item 4 da mencionada Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 24 de maio de 2023, às 10:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11161668** código CRC **1F4096C3**

Minutas e Anexos

Minuta de Exposição de Motivos (11149139)

Minuta de Portaria (11149141)

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11161668



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho DER-CD (11161668)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 301

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
[2027-6119/6915](tel:2027-61196915)

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n. 55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n. 01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

(...)

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais conferência de documentos**

de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da **emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária** num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

ANÁLISE

2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.

3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.

(...)

5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.

CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11166339)

6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência** pois os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade e economicidade administrativa**.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, **caput**, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/05/2023 09:09:44, assinado eletronicamente por 009aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381, em 05/10/23 (11166339)

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetitiva de natureza da atividade jurídica de mera verificação do atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de março de 2022** disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer **não** abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que **a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, deve ser anexada uma cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o caso.**

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos atos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade dos órgãos e entidades da administração pública federal.



responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, ~~caput~~ parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, ~~caput~~ §3º, da Constituição da República (art. 223, ~~caput~~ §3º e §5º, da CF; art. 6º, ~~caput~~ parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para a obtenção da autorização de RadCom é a **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 2023**.

26. No caso dos avisos de habilitação/edital publicados sob a égide da anterior **Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015**, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser feita à luz do que dispõe a legislação supramencionada.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023 09:00:00, assinado eletronicamente em 09/10/23 (11166339)

II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja apenas uma interessada Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a **tempestividade** do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, **caput** inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, **caput** parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, **caput** parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado no REsp n. 1.955.888/SP^[1], com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023 09:09:00, assinado eletronicamente em 09/10/23 (11166339)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 307

00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que *“basta que residam na comunidade atendida pela comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora”*.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo *“razão social”* constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio *“no original”*, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos^[2] do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de **ausência completa** qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazoável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

00044/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11166339)

47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a **"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"** da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação **"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990"**. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência de condenação** de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação **"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"** da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculos** definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte **não** taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser **inabilitada** por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, **caput** parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, **caput** parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais o mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023 09:00:00, assinado em 09/09/2023 (11166339)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 308

administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos **limites** art. 10, **caput** parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, **caput** parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar **"impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta"** e, portanto, deve **consultar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CENIS)**, eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte **checklist** de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, caput inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	<p>Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p> <p>Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, caput inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291caput incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).</p>	<p>Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p>



3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023 09:05:09 - MOCOM/CCB/AUG, firmado em 09/10/23 (11166339)

8.	Verificação da localização da sedes da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, caput parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, caput parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação do membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga Com: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, caput parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, caput parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. **Em havendo uma única entidade interessada e essa estiver habilitada** a documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do **resultado prévio da habilitação**, após finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do **resultado definitivo da habilitação** (art. 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023 09:09:45, assinado eletronicamente por 00946292-1242409565, em 09/10/23 (11166339)

58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a **fase de seleção (item II.2.2.2 infra)**

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, todas com todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade irradiantes"* e, direta, *"quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta. Em conformidade com as alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, ~~caput~~ parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art. 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos **itens 40 a 44 supra**.

71. O Ministério deverá informar o **resultado prévio da seleção** após finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do **resultado definitivo da fase de seleção** a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da **fase de instrução** previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser **indeferido** o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se "*após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem o consentimento do concedente*". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** prevista no edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento a **substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerada**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023 09:00:00, assinado eletronicamente em 09/10/23 (11166339)

fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão julgador por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, aa, ab, ac, ad, ae, af, ag, ah, ai, aj, ak, al, am, an, ao, ap, aq, ar, as, at, au, av, aw, ax, ay, az, ba, bb, bc, bd, be, bf, bg, bh, bi, bj, bk, bl, bm, bn, bo, bp, bq, br, bs, bt, bu, bv, bw, bx, by, bz, ca, cb, cc, cd, ce, cf, cg, ch, ci, cj, ck, cl, cm, cn, co, cp, cq, cr, cs, ct, cu, cv, cw, cx, cy, cz, da, db, dc, dd, de, df, dg, dh, di, dj, dk, dl, dm, dn, do, dp, dq, dr, ds, dt, du, dv, dw, dx, dy, dz, ea, eb, ec, ed, ee, ef, eg, eh, ei, ej, ek, el, em, en, eo, ep, eq, er, es, et, eu, ev, ew, ex, ey, ez, fa, fb, fc, fd, fe, ff, fg, fh, fi, fj, fk, fl, fm, fn, fo, fp, fq, fr, fs, ft, fu, fv, fw, fx, fy, fz, ga, gb, gc, gd, ge, gf, gg, gh, gi, gj, gk, gl, gm, gn, go, gp, gq, gr, gs, gt, gu, gv, gw, gx, gy, gz, ha, hb, hc, hd, he, hf, hg, hh, hi, hj, hk, hl, hm, hn, ho, hp, hq, hr, hs, ht, hu, hv, hw, hx, hy, hz, ia, ib, ic, id, ie, if, ig, ih, ii, ij, ik, il, im, in, io, ip, iq, ir, is, it, iu, iv, iw, ix, iy, iz, ja, jb, jc, jd, je, jf, jg, jh, ji, jj, jk, jl, jm, jn, jo, jp, jq, jr, js, jt, ju, jv, jw, jx, jy, jz, ka, kb, kc, kd, ke, kf, kg, kh, ki, kj, kk, kl, km, kn, ko, kp, kq, kr, ks, kt, ku, kv, kw, kx, ky, kz, la, lb, lc, ld, le, lf, lg, lh, li, lj, lk, ll, lm, ln, lo, lp, lq, lr, ls, lt, lu, lv, lw, lx, ly, lz, ma, mb, mc, md, me, mf, mg, mh, mi, mj, mk, ml, mm, mn, mo, mp, mq, mr, ms, mt, mu, mv, mw, mx, my, mz, na, nb, nc, nd, ne, nf, ng, nh, ni, nj, nk, nl, nm, nn, no, np, nq, nr, ns, nt, nu, nv, nw, nx, ny, nz, oa, ob, oc, od, oe, of, og, oh, oi, oj, ok, ol, om, on, oo, op, oq, or, os, ot, ou, ov, ow, ox, oy, oz, pa, pb, pc, pd, pe, pf, pg, ph, pi, pj, pk, pl, pm, pn, po, pp, pq, pr, ps, pt, pu, pv, pw, px, py, pz, qa, qb, qc, qd, qe, qf, qg, qh, qi, qj, qk, ql, qm, qn, qo, qp, qq, qr, qs, qt, qu, qv, qw, qx, qy, qz, ra, rb, rc, rd, re, rf, rg, rh, ri, rj, rk, rl, rm, rn, ro, rp, rq, rr, rs, rt, ru, rv, rw, rx, ry, rz, sa, sb, sc, sd, se, sf, sg, sh, si, sj, sk, sl, sm, sn, so, sp, sq, sr, ss, st, su, sv, sw, sx, sy, sz, ta, tb, tc, td, te, tf, tg, th, ti, tj, tk, tl, tm, tn, to, tp, tq, tr, ts, tt, tu, tv, tw, tx, ty, tz, ua, ub, uc, ud, ue, uf, ug, uh, ui, uj, uk, ul, um, un, uo, up, uq, ur, us, ut, uu, uv, uw, ux, uy, uz, va, vb, vc, vd, ve, vf, vg, vh, vi, vj, vk, vl, vm, vn, vo, vp, vq, vr, vs, vt, vu, vv, vw, vx, vy, vz, wa, wb, wc, wd, we, wf, wg, wh, wi, wj, wk, wl, wm, wn, wo, wp, wq, wr, ws, wt, wu, wv, ww, wx, wy, wz, xa, xb, xc, xd, xe, xf, xg, xh, xi, xj, xk, xl, xm, xn, xo, xp, xq, xr, xs, xt, xu, xv, xw, xx, xy, xz, ya, yb, yc, yd, ye, yf, yg, yh, yi, yj, yk, yl, ym, yn, yo, yp, yq, yr, ys, yt, yu, yv, yw, yx, yy, yz, za, zb, zc, zd, ze, zf, zg, zh, zi, zj, zk, zl, zm, zn, zo, zp, zq, zr, zs, zt, zu, zv, zw, zx, zy, zz.

Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência referida condenação** após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza"*, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculo**.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.	Art. 290, inc. I, §1º e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina da publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/03/2023/CONJUNTO/MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11186339)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 315

14/18

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).

88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à **[denominação do outorgado]**, inscrita no CNPJ sob **xxx/xxxx-xx**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de **[município e unidade da**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7776381

federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal **xxx**, cuja frequência é de **xxx** MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[**NOME DO MINISTRO**]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963^[3].

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.



III - CONCLUSÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

at 00/09/2023 09:09:44, assinado eletronicamente por 00946292-1242409565, firmado em 09/10/23 (11166339)

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide **item 89** deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos** a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469

Notas

1. [△] ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas condições de funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) a restrição do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de residência dos dirigentes dentro dessa mesma área. 2. O Tribunal Regional da 3ª Região, por maioria, julgou improcedente os pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema, para afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

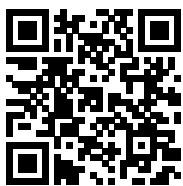
supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11166339)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 318

o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[f]undações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo residência na área da comunidade atendida", **ou seja, basta que residam na comunidade a comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora**.4. Recurso 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, g.n.).

2. [△] Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. A integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. [△] Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, daquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP:00738.000278/2023-67

INTERESSADO:Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO:Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** emitido pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, para a prestação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a contar da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054

at 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11186339)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 320



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

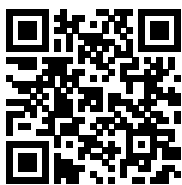
ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946294-1306089757

0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11166339)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCFVM**

Assunto: **Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - CGU**

Após análise do processo nº 53115.017160/2022-81, de interesse da **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCFVM**, localizada de São Gonçalo/RJ, informo que, de acordo com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU), **inexist** trição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

Brasília, 26 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 26/10/2023, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11186344** código CRC **D0F1D30F**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186344



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11186344)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 323

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO LOCUTORCERTO@GMAIL.COM	TELEFONE (21) 8151-6104	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/10/2023** às **15:42:07** (data e hora de Brasília).Página: **1/1**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta Certificados Atualizadas (11/10/2023)

CPF 93175.017160/2022-81 / pg. 324



CNPJ: 24.323.931/0001-99

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:44:57 do dia 26/10/2023 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anatel.sigec/Consultas/Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

http://anatel.sigec/Consultas/Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anatel.sigec/Consultas/Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 24.323.931/0001-99
Razão Social: CENTRO CULTURAL VIDA FM CCVFM
Endereço: R JOSE MATOLA DE MIRANDA SN QD 09 LOTE 11 C02 / IPIIBA / SAO GONCALO / RJ / 24752-055

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/10/2023 a 22/11/2023

Certificação Número: 2023102407092335049968

Informação obtida em 26/10/2023 15:45:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

CPF 93175.017160/2022-81 / pg. 327

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CNPJ: 24.323.931/0001-99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:46:16 do dia 26/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2024.

Código de controle da certidão: **0DA3.CD03.3E8D.5236**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta Certidos Atualizadas (11/10/2023)

SEI 93175-017160/2022-81 / pg. 328

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 24.323.931/0001-99
Certidão nº: 59454084/2023
Expedição: 26/10/2023, às 15:46:44
Validade: 23/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.323.931/0001-99**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Consulta Certidões Atualizadas (11/06/2024) - 02F39175-017160/2022-81 / pg. 329

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político.

A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a e exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.

3. Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (11186629).

Brasília, 26 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 26/10/2023, às 16:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11186629)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 330

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11186630** código CRC **E3645213**

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186630



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

CHECKLIST

Município/UF: SÃO GONÇALO/RJ

Processo nº: 53115.017160/2022-81 CNPJ: 24.323.931/0001-99

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**Nº do edital/ano: **66/2022 publicado no DOU em 03/05/2022****Prazo de inscrição: de 04/05/2022 a 04/07/2022****Canal e Frequência: 254 - 98,7 (11148944)**

1. Diretoria atual: (11095003) para o período de 17/08/2023 a 16/08/2027

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda	182755660353 02/02/2000	Paulo Matias de Miranda Selma Leão Pereira Luiz	20513741712	Não
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde	153456720388 26/01/1993	Jorge Augusto Campos Verlinde Sônia Cristina da Silva Braga	15105335759	Não
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra	137762710329 07/10/1988	Paulo Cezar Dutra da Silva Georgina Rosa da Silva	12163591727	Não

2. Certidões:

2.1. CNPJ: 11186629

2.2. Certidão FGTS: 11186629

2.3. Certidão PGFN: 11186629

2.4. Certidão CNDT: 11186629

2.5. Certidão CNDA: 11186629

3. Consulta ao CEIS: 11186344

4. Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 11186630

5. Fiscaliza: 11148988

6. Minuta de Portaria: 11186369

7. Minuta de Exposição de Motivos: 11186372



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Checklist de Revisão Final (11186634)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 332

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

OBSERVAÇÕES: PROCESSO INSTRUÍDO de acordo com Parecer Referencial 0005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/23 (11186339).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglecias**, **Analista Técnico-Administrativo** em 26/10/2023, às 16:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11186354** código CRC **4AB1BDFA**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 11186354



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381>

Checklist de Revisão Final (11186339)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 333

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.017160/2022-81, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização ao Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02 - Ipiúba, na localidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Minuta de Portaria (11-000000)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 334

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
26/10/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**
Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
26/10/2023, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>,
informando o código verificador **11186369** código CRC **0565E35C**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186369



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Miranda de Oliveira (11186369)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 335

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-81, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo/RJ, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 26/10/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**
Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 26/10/2023, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11186372** código CRC **123D1DBF**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186372



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Minuta de Exposição de Motivos (11186372)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 337

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **53115.017160/2022-81**

Entidade: **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

Ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

1. Atendidos todos os requisitos previstos no Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmado em 09/10/2023, constante do processo NUP nº 00738.000278/2023-67, que está anexado a este processo de Outorga (11186339), dispensando-se assim a análise individualizada prevista no art. 301, da Portaria de Consolidação nº 01, de 2023, e o cumprimento das diligências erigidas neste, conforme consta a seguir:

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantido, a execução do serviço de radiodifusão comunitária e a data de assinatura da portaria de autorização, deve-se:

I.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção de regularidade da entidade; (ok - 11186629)

II.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 11148988)

2. Esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito e, dispensado o prévio envio à Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), deve o processo seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 26/10/2023, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Scheffer**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 26/10/2023, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25e4ef4af3-970a-12fd7765381>

0c9aba25e4ef4af3-970a-12fd7765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11186374** código CRC **504E8129**

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11186369);
- Minuta de Exposição de Motivos (11186372).

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11186374



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Despacho (11186374)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 339

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10985, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

A **MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA** ^{continua} o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.017160/2022-81,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica outorgada autorização ao Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02 - Ipiúba, na localidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes**, **Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 11/2023, às 20:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11203052** código CRC **CF150D63**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11203052



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Portaria 10985 Outorga - RadCom (11203052)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 340

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 07 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-81, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo/RJ, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10985, de 7 de novembro de 2023, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

SÔNIA FAUSTINO MENDES
Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Faustino Mendes**, Ministra de Estado das Comunicações substituta, em 11/2023, às 20:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Exposição de Motivos nº 11 - Outorga - RadCom (11205033) - SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 341

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11203055** código CRC **D464DDBC**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11203055



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodag-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Exposição de Motivos nº 11 - Outorga - PladCom (11203055)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 342

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43684/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10985/2023(11203052) e Exposição de Motivos (11203055)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho_DEPUB (11186374), encaminho a Portaria nº 10985/2023(11203052) e Exposição de Motivos nº 411/2023 (11203055), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 16/11/2023, às 19:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11203059** código CRC **72696457**

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11203059



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício Interno 43684 (11203055)

SEP 33113:017160/2022-81 / pg. 343

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Imprimir Recibo

Página principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com solicitação de publicação de materiais com as seguintes características:

Data de envio: 23/11/2023 06:25:35
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9994960
Data prevista de publicação: 24/11/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

Os materiais enviados somente serão publicados nos dados e jornais indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de materiais nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valentia
21155900	ATO PORTARIA MCOM NA 11023.rtf	6c6f6eab16dd4ed42a24ff6917a8799f	8,00	R\$ 311,36
21155901	ATO PORTARIA MCOM NA 10942.rtf	5f48ead11e8c93f6b6e0cbb1b68733b7	9,00	R\$ 350,28
21155902	ATO PORTARIA MCOM NA 11022.rtf	8c42ad6853f1785c94ba3a2d56d17b01	8,00	R\$ 311,36
21156043	ATO PORTARIA MCOM NA 11016.rtf	84217c7b2e9c0dee10a74ebd6c3b4a5e	9,00	R\$ 350,28
21156044	ATO PORTARIA MCOM NA 10985.rtf	60194cc19331d3a5a2dada885225a931	10,00	R\$ 389,20
21156045	ATO PORTARIA MCOM NA 10976.rtf	cbd0fae8a59c72fa1063e3af52e2dd6a	10,00	R\$ 389,20
21156046	ATO PORTARIA MCOM NA 11010.rtf	5525c49fe68083f43a505e18c77c07c9	10,00	R\$ 389,20
21156047	ATO PORTARIA MCOM NA 10983.rtf	84e959e0a7bea728a58cec3f27c811fc	9,00	R\$ 350,28
21156048	ATO PORTARIA MCOM NA 10984.rtf	2e01345bff00510aa59d5e6b150c098a	9,00	R\$ 350,28
21156049	ATO PORTARIA MCOM NA 10994.rtf	1ca6c59c2bfc83e07c7c9ba28d793765	9,00	R\$ 350,28
21156050	ATO PORTARIA MCOM NA 10979.rtf	e4dd47600507ae36179e1fb657d99889	9,00	R\$ 350,28
21156051	ATO PORTARIA MCOM NA 10980.rtf	81277f70f4dd09e9e3cc7484dcd3b237	9,00	R\$ 350,28
21156052	ATO PORTARIA MCOM NA 10989.rtf	f868e6b781f18f2045e6a05e40de877e	9,00	R\$ 350,28
21156053	ATO PORTARIA MCOM NA 10954.rtf	93f9e7db3838276aec9d9ce9dbc3dcfe8	7,00	R\$ 272,44
21156054	ATO PORTARIA MCOM NA 11012.rtf	d2a3bbc9f7d6ced367098a9c63c1d3d6	8,00	R\$ 311,36
21156055	ATO PORTARIA MCOM NA 11094.rtf	86551a537630d124156fd2655120395e	9,00	R\$ 350,28



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=9994960

Comprovante de Envio Portaria n° 10985 (11229554) - SEI 53119.017160/2022-81 / pg. 344

21156056	ATO PORTARIA MCOM NA 11093.rtf	1c497729e73082fa 92c76310d7c1291f	16,00	R\$ 622,72
21156057	ATO PORTARIA MCOM NA 10950.rtf	358d1a68ab1199370a9f608b42cdd4b2	14,00	R\$ 544,88
21156058	ATO PORTARIA MCOM NA 10966.rtf	54ce84087e2aaf40 2f06f4e6d99966c8	9,00	R\$ 350,28
21156059	ATO PORTARIA MCOM NA 10986.rtf	90c431d1c160d309 895112dd4ba46711	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			191,00	R\$ 7.433,72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo-do?idof=9994960

Comprovante Envio Portaria nº 10985 (11229554) - 0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

SEI 55119.017160/2022-81 / pg. 345

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/11/2023 | Edição: 223 | Seção: 1 | Página: 13

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.985, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, com base no inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21/9/2016, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 1º do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria MCOM nº 10.985, de 7 de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.017160/2022-1, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização ao Centro Cultural Vida FM - CCV, inscrita no CNPJ nº 24.323.931/0001-99, cuja sede se situa na Rua José Matola de Miranda, S/Nº, bairro Ipiíba, na localidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, para execução de programação Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando frequência de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação em sessão ordinária, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço de radiodifusão comunitária de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.323.931/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2015
NOME EMPRESARIAL CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LITORAL FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOSE MATOLA DE MIRANDA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LOTE 11 QUADRA09 CASA 02
CEP 24.752-055	BAIRRO/DISTRITO IPIIBA	MUNICÍPIO SAO GONCALO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRESIDENTE23CCVFM@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 9339-1520
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/07/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

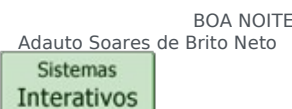
Emitido no dia **24/11/2023** às **18:02:18** (data e hora de Brasília).Página: **1/1**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Anexo CNPJ - Receita Federal (11255291)

SEI-55175:017160/2022-81 / pg. 347


[Menu Principal](#)
[SRD»» RADCOM»» Consultas»» Geral](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	RJ	Distrito:	
Município:	São Gonçalo	Sub Distrito:	
Canal:	254	Local Específico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM	CNPJ:	24.323.931/0001-99
Nome Fantasia:	LITORAL FM	Bairro:	Ipiíba
Logradouro:	Rua José Matola de Miranda	Número:	S/N
Telefone:	(21) 99339-1520	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	24323931000199	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	24752055	Logradouro:	Rua José Matola de Miranda		
Número:	S/N	Complemento:	Lote 11, Quadra 09, Casa 02	Bairro:	Ipiíba
Município:	São Gonçalo	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	21 99339-1520				Fax:

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	53115017160202281	Fistel:	50446958824
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc.	SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		10985	Portaria	MC	07/11/2023	24/11/2023	Outorga	Jur.

[Tela Inicial](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

24/11/2023

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 44455/2023/MCOM

Brasília, 24 de novembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 411 (11203055)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10985/2023/SEI-MCOM (11233813), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 411 (11203055), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 24/11/2023, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11235341** código CRC **CFCF30DB**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11235341



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício Interno 44455 (11233813)

SEP 30/13:017160/2022-81 / pg. 349

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Brasília, 30 de novembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-81, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo/RJ, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10985, de 7 de novembro de 2023, publicada no DOU de 24 de novembro de 2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Exposição de Motivos nº 007/36/2023-MOCOM (11248836)

SEI 93115.017160/2022-81 / pg. 351

Oc9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35452/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.017160/2022-81

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 30/11/2023, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11248891** código CRC **702A1997**

Referência: processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11248891



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

Ofício 35452 (11248891)

SEI 53115.017160/2022-81 / pg. 352

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

Brasília, 30 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53115.017160/2022-81, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro Cultural Vida FM - CCVFM, inscrita no CNPJ sob nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo/RJ, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações Substituta expediu a Portaria MCOM nº 10985, de 7 de novembro de 2023, publicada no DOU de 24 de novembro de 2023.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023 CONJUR- MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO
DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO.
AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.
ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA
REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n.
55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária
(RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de
Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que
envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste
Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na
MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da
Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
(SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão
de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para
execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n.
01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de
processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão
comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de
Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da
emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://triliteg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:
(...)
5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
ANÁLISE
2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.
3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.
(...)
5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.
CONCLUSÃO



6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer não abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos atos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7765381

responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, *caput* e parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República (art. 223, *caput*, §3º e §5º, da CF; art. 6º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para a obtenção da autorização RadCom é a Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 06 de junho de 2023.

26. No caso dos avisos de habilitação/edital publicados sob a égide da anterior Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

27. Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser feita à luz do que dispõe a legislação supramencionada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://trf4.jusbrasil.com.br/leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-92fd77765381

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-92fd77765381

II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja apenas uma interessada, o Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a tempestividade do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado em julgado no REsp n. 1.955.888/SP^[1], com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que “*basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora*”.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo “*razão social*” constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio “*no original*”, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos^[2] do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de ausência completa de qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazo improrrogável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a *"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação *"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculos, definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte rol não taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos limites do art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar "*impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta*" e deve elencar tal declaração no requerimento de outorga. Nesse sentido, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO	BASE NORMATIVA
1. Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, <i>caput</i> e inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2. Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, <i>caput</i> e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Verificação da localização da sede da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. Em havendo uma única entidade interessada e essa restar habilitada, o Ministério analisará documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do resultado prévio da habilitação e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do resultado definitivo da habilitação (arts. 278 e 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

<https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a fase de seleção (item II.2.2.2 infra).

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, tidas como todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade entre os sistemas irradiantes"*. Será direta, *"quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; indireta, *"quando entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta em comum"* (art. 258, inc. IV, alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos itens 40 a 44 supra.

71. O Ministério deverá informar o resultado prévio da seleção e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do resultado definitivo da fase de seleção, do qual constará a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da fase de instrução, previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser indeferido o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se "*após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a outorga do Poder concedente*". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema fiscalização em operação, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento "*substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, quando, após a*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da inexistência da referida condenação, após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento "o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto de técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.	Art. 290, inc. I, §1º e 808, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).

88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à [denominação do outorgado], inscrita no CNPJ sob xxx/xxxx-xx, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de [município e unidade da



federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal xxx, cuja frequência é de xxx MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963^[3].

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.



III – CONCLUSÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://trf1e4-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 89 deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. [00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565); ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [00738000278202367](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565) e da chave de acesso ebb26469

Notas

- ¹ *ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas restrições ao funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) área de execução do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de comprovação de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área.2. O Tribunal Regional Regional da 3ª Região manteve a sentença de improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema com o objetivo de afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.3. Com razão*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

<https://trf3.jusbrasil.com.br/autenticacao-assinatura/camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[o]s dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida", ou seja, basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora.4. Recurso especial provido.(REsp n. 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, DJe 25/3/2022, g.n.).

2. [^] Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. § 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. [^] Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. A referida MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>
<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA
FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 17473/2023/SEI-MCOM

Processo nº: 53115.017160/2022-81.

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Gonçalo/RJ**, em atendimento ao Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

ANÁLISE

2. A En dade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 28/06/2022 (Balcao_Digital_ME) (11095004), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02 Coordenadas geográficas: 22°52'21"S de latitude e 42°58'48"W de longitude



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ncom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 1/4

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/07/2022.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	PG. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(11095004)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(11147873)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10784506)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(11095003)
5. Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(11095005)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(10104976) (10621590)
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(10104972)
8.	(10964512) (10964513) (10964514)

Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ncom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 2/4

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

		(10964515)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(pg. 1 - 11148947)
10.	Cer dão nega va de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(pgs. 2/3 - 11148947)
11.	Cer dão que comprove a regularidade da En dade com o Fundo de Garan a do Tempo de Serviço – FGTS.	(pg. 4 - 11148947)
12.	Cer dão conjunta nega va de débitos da En dade, rela va aos tributos federais e à dívida a va da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(pg. 5 - 11148947)
13.	Cer dão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da En dade perante a Jus ça do Trabalho, por meio da apresentação de cer dão nega va, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(pg. 6 - 11148947)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(11148988) (11148987)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho (11045246), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (10464059).

7. Após consultas aos sí os do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respec va Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Jus ça do Estado do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Jus ças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (11148949).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ncom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 3/4

CONCLUSÃO

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 09/10/2023, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 09/10/2023, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/10/2023, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11149014** e o código CRC **B952623E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11149014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 4/4

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 17473/2023/SEI-MCOM

Processo nº: 53115.017160/2022-81.

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do requerimento do **CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **São Gonçalo/RJ**, em atendimento ao Edital nº 66/2022, publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2022.

ANÁLISE

2. A En dade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 28/06/2022 (Balcao_Digital_ME) (11095004), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
QUADRO DIRETIVO
Diretor Geral (Presidente): Germano Leão Miranda
Diretor Administrativo (Secretário): Rômulo Braga Verlinde
Diretor de Operações (Tesoureiro): Paulo Henrique da Silva Dutra
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02 Coordenadas geográficas: 22°52'21"S de latitude e 42°58'48"W de longitude



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ncom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 1/4

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

Endereço: Rua José Matola de Miranda, S/N - Lote 11, Quadra 09, Casa 02

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 04/07/2022.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	PG. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(11095004)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.	(11147873)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10784506)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(11095003)
5. Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(11095005)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	(10104976) (10621590)
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	(10104972)
8.	(10964512) (10964513) (10964514)

Projeto técnico conforme art. 290 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ncom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 2/4

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

		(10964515)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(pg. 1 - 11148947)
10.	Cer dão nega va de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(pgs. 2/3 - 11148947)
11.	Cer dão que comprove a regularidade da En dade com o Fundo de Garan a do Tempo de Serviço – FGTS.	(pg. 4 - 11148947)
12.	Cer dão conjunta nega va de débitos da En dade, rela va aos tributos federais e à dívida a va da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(pg. 5 - 11148947)
13.	Cer dão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da En dade perante a Jus ça do Trabalho, por meio da apresentação de cer dão nega va, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(pg. 6 - 11148947)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(11148988) (11148987)

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 258, inciso IV da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. De acordo com o Despacho (11045246), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 275 da Portaria GM-MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, publicada no DOU de 05/06/2023, conforme Relação de Processos Vizinhos (10464059).

7. Após consultas aos sí os do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da respec va Subseção Judiciária de São Gonçalo/RJ, e do Tribunal de Jus ça do Estado do Rio de Janeiro, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Jus ças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (11148949).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://ncom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 3/4

CONCLUSÃO

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico-Administrativo**, em 09/10/2023, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/10/2023, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/10/2023, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11149014** e o código CRC **B952623E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

Documento nº 11149014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12133155&infra... 4/4

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais



0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd7776538f



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4852/2023/GM/CC/PR

Brasília, 08 de dezembro de 2023. *data da assinatura digital.*

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 738/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 738/2023 (4810301), do Ministério das Comunicações, para que a autoridade competente do Centro Cultural Vida FM - CCVFM, nº 24.323.931/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na frequência de 100.1 MHz, em conformidade com o que dispõe o caputulo da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.224, de 1996, de 24 de fevereiro de 1998.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete, em 08/12/2023, às 18:08, conforme o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.217, de 26 de junho de 2001, em vigor desde 13 de março de 2003, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4811048 e o código de segurança 0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381 no endereço eletrônico https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.017160/2022-81 SUPER nº 4811048

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica

Referência: Exposição de Motivos nº 738/2023 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Despacho:

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de representação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR - órgãos competentes para analisar o tema - Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante a Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLÉ
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por Duncan Frank SEMPLÉ, Subsecretário(a), em 11/12/2023, às 15:00, conforme o art. 11, III, a, do Decreto nº 5.646, de 4 de maio de 2005, e o art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2015, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4818791 e o código de verificação https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=7.

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SUPER nº 4818791

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 822/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/

PROCESSO SEI Nº 53115.017160/2022-81.

INTERESSADO(A)/CC/PR.

REFERÊNCIA Exposição de Motivos nº 00738/2023 MCOM, de 30 de novembro de 2023, do Ministério da

ASSUNTO Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária no município de São Gonçalo

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00738/2023 MCOM (4806070), da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.017160/2022-81, acompanhado de [Exposição de Motivos nº 00738/2023 MCOM, de 30 de novembro de 2023](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo Município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, sem direito à exclusividade, para a Centro Cultural Vida Viva, inscrita no CNPJ nº 24.323.931/0001-99, conforme disposto na [Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998](#) e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, desde que a permissão seja outorgada de acordo com a Lei nº 9.612 de 1998, e seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 000015/2023/CONJUR- de 09/10/2023 (4806054), que conclui que a análise individualizada dos pedidos de outorga de autorização dos serviços de radiodifusão comunitária é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica referencial.
 - Nota Técnica nº 17473/2023/SEI-MCOM, de 09/10/2023 (4810313) da Secretaria de Comunicação Social do MCOM, e posicionamento sobre a viabilidade de deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
 - Despacho, de 06/11/2023 (4806061) da Secretaria de Comunicação Social do MCOM, que atesta, de forma expressa, que o caso em tela dispensa a análise jurídica individualizada e a emissão de parecer jurídico referencial.
4. Observa-se que os registros administrativos do caso encontram-se no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SCD](#) da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do processo.
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar os [Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 24.323.931/0001-99
NOME EMPRESARIAL: CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: GERMANO LEAO MIRANDA
Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/08/2024 às 15:36 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sen do, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MC de outorga de autorização; (ii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade de da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iii) o administra sob responsabilidade do COM não impede a continuidade de processos desta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) o prosseguimento do feito conforme com Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 2º do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de](#) envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência emir manifestação final quanto à legalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de](#)

À consideração superior.

Brasília, data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para cabíveis.

Brasília, data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SCRD\)](#) para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os atualizações permanecem ininterruptas pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária.

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por Jefferson Milton Marinho, Assessor(a), em 12/09/2024, às 18:18, conforme ho oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duque**, Secretário(a) Adjunto(a), em 12/09/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duque**, Secretário(a) Especial, em 12/09/2024, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6047144 e o código digital https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso=6047144.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.017160/2022-81 SEI nº 6047144

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. -- Telefone: 61 3411.1958
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.017160/2022

Nota SAJ - Radiodifusão nº 773 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição)
Processo nº:	53115.017160/2022-81

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.017160/2022-81, autorga expedida por meio da Portaria MCOM nº 10.985/2023 para exploração do serviço de radiodifusão comunitária pelo prazo de dez anos, cujo interessado é o CENTRO CULTURAL VIDA FM - CCVFM PJ nº 24.323.931/0001-99, na Cidade de São Gabriel de
- Pela Lei nº 9.612/1998, denominada radio difusão comunitária radiodifusão sonora, em Freqüência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere a concessão, o disposto na Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação do Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de validade da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo produz efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos do MCOM, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional para ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos a outorga em sede interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom) 6º da Lei nº 9.612/1998.



Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, compete ao Poder Executivo autorizar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

instuídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do serviço Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concederá a habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos mencionados na Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se a cumprir as normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por pessoas físicas e jurídicas sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço, a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade. Caso contrário, o Poder Concedente deverá promover a convocação de outras entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, a autorização será outorgada nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidida mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo nº 53115.017160/2022-81, o Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise. O Conselho Nacional de Radiodifusão (CNR) também manifestou a viabilidade jurídica da outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação da conformidade com a legislação pertinente, o Ministério das Comunicações outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação de voz, a programação deverá observar os princípios enunciados no art. 223 da Constituição. A outorga dos serviços de radiodifusão produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Conselho Nacional de Radiodifusão - CNR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, a administração pública atua de forma complexa, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 1º, da Constituição. O complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou coletivos, para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de administração pública distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem a outorga do serviço de radiodifusão comunitária, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta Magna.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos necessários para a outorga ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga pelo próprio Ministério, antes da assinatura do ato administrativo. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação de regularidade na fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerando a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações e atualizações dos documentos necessários para a outorga, quando à documentação apresentada, poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até a conclusão do processo de outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionando o processo nº 53115.017160/2022-81, que não é de natureza jurídica para expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

DE ACORDO.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381

DANIELA FERREIRA MARQUES
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Su
(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência lim
was ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.6
1998, entende-se por cobertura restrita a aquela destinada a determinada comunidade de um
Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (natur
propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RO D RI GUES JUNI O R, *O planejamento funcional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face
conceito de atividades audiovisuais*, Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto M

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery Assessor** em 19/09/2024, às 19:22, conforme hor
de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques** em 19/09/2024, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula** em 20/09/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6097776 e o código de
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso

Referência: Processo nº 53115.017160/2022-81

SEI nº 6097776



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381>

0c9aba25-e4ef-4af3-970a-12fd77765381